

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA  
PÚBLICA**

**MARIEL MAYER PILARSKI**

**DEVIR URBANO, DIREITO À CIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS:  
URBANIDADE E ESPACIALIDADES EM CURITIBA**

**DISSERTAÇÃO**

**CURITIBA**

**2020**

**MARIEL MAYER PILARSKI**

**DEVIR URBANO, DIREITO À CIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS:  
URBANIDADE E ESPACIALIDADES EM CURITIBA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Planejamento e Governança Pública, da Escola de Gestão e Economia, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Orientadora: Prof. Dra. Ana Paula Myszczyk  
Coorientadora: Prof. Dra. Giovanna Pezarico

**CURITIBA**

**2020**

#### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação**

Pilarski, Mariel Mayer

Devir urbano, direito à cidade e políticas públicas [recurso eletrônico]: urbanidade e espacialidades em Curitiba / Mariel Mayer Pilarski. -- 2020.

1 arquivo eletrônico (119 f.): PDF; 4,34 MB.

Modo de acesso: World Wide Web,

Texto em português com resumo em inglês.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Planejamento e Governança Pública. Área de Concentração: Planejamento Público e Desenvolvimento, Curitiba, 2020.

Bibliografia: f. 116-119.

1. Administração pública - Dissertações. 2. Urbanização - Curitiba (PR). 3. Planejamento urbano - Aspectos sociais - Curitiba (PR). 4. Devir (Filosofia). 5. Vida urbana. 6. Sociologia urbana. 7. Espaço e tempo. 8. Integração social. 9. Política urbana. 10. Direito urbanístico. 11. Política pública. I. Myszczyk, Ana Paula, orient. II. Pezarico, Giovanna, coorient. III. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública. IV. Título.

CDD: Ed. 23 -- 351

**Biblioteca Central do Câmpus Curitiba - UTFPR**  
**Bibliotecária: Luiza Aquemi Matsumoto CRB-9/794**

## **TERMO DE APROVAÇÃO DE DISSERTAÇÃO Nº 125**

A Dissertação de Mestrado intitulada **DEVIR URBANO, DIREITO À CIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS: URBANIDADE E ESPACIALIDADES EM CURITIBA**, defendida em sessão pública pelo(a) mestrando(a) **Mariel Mayer Pilarski**, no dia 23 de julho de 2020, foi julgada para a obtenção do título de Mestre em Planejamento e Governança Pública, área de concentração Planejamento Público e Desenvolvimento, e aprovada em sua forma final, pelo **Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública**.

BANCA EXAMINADORA:

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Paula Myszczyk – UTFPR (Presidente)**

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Giovanna Pezarico – UTFPR**

**Prof. Dr. Ricardo Lobato Torres – UTFPR**

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jussara Maria Leal de Meirelles – PUC-PR**

A via original deste documento encontra-se arquivada na Secretaria do Programa, contendo a assinatura da Coordenação após a entrega da versão corrigida do trabalho.

Curitiba, 23 de julho de 2020



## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, Miguel e Alice, que foram abrigo, refúgio e segurança nesses dois anos e, desde sempre, fizeram de tudo para que tivéssemos paz e leveza na vida. A minha irmã, Miria, que com muita paciência ajudou a pensar e organizar todos os dados, quadros, tabelas e gráficos deste trabalho (você é incrivelmente boa nisso!). Aproveito, inclusive, para me desculpar pelas ausências neste período.

As minhas queridas orientadoras, Ana e Giovanna, que me auxiliaram e conduziram todos este – complexo – trabalho. Ana é a orientadora da vida, desde a graduação. Giovanna foi um presente que ganhei no mestrado. Obrigada por todo carinho e ensinamentos.

Aos professores Ricardo e Jussara, por aceitarem ser avaliadores deste trabalho e que fizeram considerações necessárias, quando da qualificação, para que o rumo tido fosse o melhor possível.

A todos os professores do PGP, a quem agradeço por todos os ensinamentos.

Aos bons amigos que o mestrado me trouxe e que serão para a vida. Sem dúvidas, com vocês por perto foi menos difícil.

A todos em professores, representadas pelas queridas Delane e Fabiane, que passaram pela minha vida e me fizeram amar a sala de aula e são, sem dúvidas, parte de todo o processo trilhado até aqui.

Aos meus colegas de trabalho, que por diversas vezes tiveram que entender minhas ausências e foram pacientes, obrigada mesmo!

Por fim – e não menos importante – aos meus amigos que, representados pela Juliana, fizeram parte de tudo isto e foram um grande suporte diante de todas as turbulências da vida.

## RESUMO

PILARSKI, Mariel Mayer. **Devir urbano, direito à cidade e políticas públicas: urbanidade e espacialidades em Curitiba.** 111 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2020.

O direito à cidade com o advento da Constituição Federal de 1988 passa a outra categoria e deve-se primar por uma especial atenção no que tange, então, ao planejamento urbano dos nossos municípios, para que se tenha, de fato, aquilo que é proposto constitucionalmente, primando-se por um ambiente hígido, harmônico e integrado. Este trabalho tem por objetivo, portanto, analisar como os elementos espaciais interferem, no município de Curitiba, para a efetivação do direito à cidade e da consequente dimensão ontológica de urbanidades que o caracterizam. Para tal, foram elaboradas categorias a partir do que é posto por Ascher, Netto, Surel, Kuhn, Lefebvre, Capra e Milton Santos sobre o urbano, as urbanidades, as políticas públicas e mudança de paradigmas. Os objetivos específicos são: realizar revisão bibliográfica sobre urbanidades, planejamento urbano e direito à cidade; estabelecer as dimensões espaciais das urbanidades em Curitiba (dentro do objeto de estudo deste trabalho), a partir da teoria de Netto; realizar estudo de caso de como os elementos espaciais em Curitiba interferem na efetivação das dimensões das urbanidades e; apresentar sugestões para que o município de Curitiba possa ter ferramentas de planejamento urbano. A metodologia adotou uma abordagem qualitativa; de natureza aplicada; sendo os objetivos exploratórios, descritivos e explicativos. Os procedimentos utilizados foram o documental, bibliográfico e estudo de caso. Após a separação que se propôs na metodologia, foram elaborados mapas (para oferecer a noção espacial de onde os equipamentos estão dispostos) e quadros. A partir da análise de cada equipamento público municipal, comparou-se a quantidade com a renda per capita e o número de habitantes por regionais do município, sendo realizada a separação em total/parcialmente integrado, distante ou excluído da urbanidade. Esta dissertação chegou à conclusão de que, em que pese a grande quantidade de equipamentos dispostos, atualmente há uma tendência ao não atendimento das expectativas daquilo que se faz imprescindível para a urbanidade integrada – e efetivo direito à cidade, principalmente ao que se refere à distribuição de equipamentos pelo número de pessoas que moram nas devidas localidades.

**Palavras-chave:** Urbanidades. Devir urbano. Direito à cidade. Mudança de paradigmas. Integração.

## ABSTRACT

PILARSKI, Mariel Mayer. **Becoming urban, right to the city and public policies: urbanity and spatiality in Curitiba.** 111 p. Dissertation (Professional Master's in Planning and Public Governance) – Federal Technological University of Paraná. Curitiba, 2020.

The right to the city with the advent of the 1988 Federal Constitution changes to another category and special attention must be given to the urban planning of our municipalities, so that, in fact, what is proposed constitutionally, striving for a healthy, harmonious and integrated environment. This dissertation means to analyze how the spatial elements interfere, in Curitiba city, for the realization of the right to the city and the consequent ontological dimension of urbanities that characterize it. To achieve that, where made categories from the theoretical discussion put by Ascher, Netto, Surel, Kuhn, Lefebvre, Capra and Milton Santos about the urban, urbanities, public policies and paradigm shifts. The general objective of this dissertation is to analyze how, in the mentioned city, spatial elements interfere for the realization of the right to the city and the consequent ontological dimension of urbanities that characterize it, based on the theorists used, for the proper categorization. The specific objectives are: to carry out a bibliographic review on urbanities, urban planning and the right to the city; establish the spatial dimensions of urbanities in Curitiba, within the object of study of this work, based on Netto's theory; carry out a case study of how the spatial elements in Curitiba interfere in the realization of the dimensions of urbanities and; make suggestions so that the municipality of Curitiba can have urban planning tools. The methodology as to approach will be qualitative; how much nature is applied; the objectives are exploratory, descriptive, and explanatory and the procedures are: documentary, bibliographic and case study. After the separation that was proposed in the methodology, maps (to have a spatial notion of where the equipment is located) and tables were elaborated. From the analysis of each municipal public equipment, comparing the amount with the per capita income and the number of inhabitants by regional, there was a separation in total / partially integrated, distant, or excluded from urbanity. The tendency that this dissertation has concluded is that, despite the large amount of equipment available, currently the expectations of what is essential for integrated urbanity - and effective right to the city, especially with regard to distribution of equipment by the number of people living in the appropriate locations.

**Keywords:** Urbanities. Urban becoming. Right to the city. Changing paradigms. Integration.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Visualização de como serão atendidos aos objetivos e da estruturação da dissertação .....	21
FIGURA 2 – A transformação da sociedade urbana por Lefebvre .....	39
FIGURA 3 – Urbanidades passadas, presentes e a responsabilidade com o futuro urbano .....	50
FIGURA 4 – O uso do solo, sistema viário e o transporte público no Plano Diretor de 1966 .....	57
FIGURA 5 – Elementos da geração de urbanidade .....	60

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Evolução do IDHM em Curitiba .....	58
GRÁFICO 2 – População, em porcentagem, dentro de cada uma das tendências sobre a integração, distanciamento ou exclusão de urbanidades das regionais de Curitiba .....	82
GRÁFICO 3 – Histograma com as tendências obtidas na pesquisa .....	82
GRÁFICO 4 – Equipamentos de cultura por regional.....	84
GRÁFICO 5 – Equipamentos de economia por regional.....	85
GRÁFICO 6 – Equipamentos de esporte por regional .....	87
GRÁFICO 7 – Equipamentos de assistência social por regional.....	88
GRÁFICO 8 – Equipamentos de educação por regional.....	90
GRÁFICO 9 – Equipamentos de segurança por regional.....	91
GRÁFICO 10 – Equipamentos de saúde por regional.....	92
GRÁFICO 11 – Equipamentos de abastecimento alimentar por regional .....	94
GRÁFICO 12 – Equipamentos de meio ambiente por regional.....	95
GRÁFICO 13 – Equipamentos de transporte por regional .....	96
GRÁFICO 14 – Equipamentos de turismo por regional.....	97
GRÁFICO 15 – Equipamentos de trabalho por regional .....	98
GRÁFICO 16 – População, em porcentagem, dentro de cada uma das tendências sobre a integração, distanciamento ou exclusão de urbanidades das regionais de Curitiba .....	103
GRÁFICO 17 – Quantitativo em número de pessoas que estão integradas, distanciadas e excluídas em Curitiba .....	105
GRÁFICO 18 – Histograma com as tendências obtidas na pesquisa .....	108
GRÁFICO 19 – Comunicação livre de coerção no espaço urbano .....	110
GRÁFICO 20 – Conexões de atos através da estrutura e significados do espaço urbano .....	110
GRÁFICO 21 – Experiência do outro mediada pela cidade .....	111

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Renda, Pobreza e Desigualdade - Município - Curitiba - PR.....	58
TABELA 2 – Categorização, em porcentagens, da análise realizada. ....	62
TABELA 3 – Experiência do outro mediada pela cidade – comparativo com a renda per capita e o quantum populacional.....	80
TABELA 4 – Comunicação livre de coerção no espaço urbano – comparativo com a renda per capita e o quantum populacional .....	80
TABELA 5 – Conexões de atos através da estrutura e significado do espaço urbano – comparativo com a renda per capita e o quantum populacional .....	81

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Resumo metodológico .....	20
QUADRO 2 – Resumo da matriz disciplinar proposta por Surel, com base na teoria de Kuhn.....	29
QUADRO 3 – Resumo das fases propostas por Surel, dentro da teoria de Kuhn.	29
QUADRO 4 – Esquemático de dinâmica da modernização ocidental e do contexto das três revoluções urbanas modernas .....	36
QUADRO 5 – Dimensões da urbanidade.....	47
QUADRO 6 – Filosofias bases para a urbanidade e o devir urbano .....	49
QUADRO 7 – Resumo metodológico .....	55

## LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – Divisão do Município de Curitiba por regionais .....	59
MAPA 2 – Equipamentos públicos de abastecimento alimentar .....	67
MAPA 3 – Equipamentos públicos de assistência social .....	68
MAPA 4 – Equipamentos públicos de cultura.....	69
MAPA 5 – Equipamentos públicos de economia.....	70
MAPA 6 – Equipamentos públicos de educação.....	71
MAPA 7 – Equipamentos públicos de esporte .....	72
MAPA 8 – Equipamentos públicos de meio ambiente .....	73
MAPA 9 – Equipamentos públicos de saúde .....	74
MAPA 10 – Equipamentos públicos de segurança.....	75
MAPA 11 – Equipamentos públicos de trabalho .....	76
MAPA 12 – Equipamentos públicos de transporte .....	77
MAPA 13 – Equipamentos públicos de turismo.....	78
MAPA 14 – Equipamentos públicos de Curitiba .....	79

## **LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÔNIMOS**

- Centro POP – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
- CIC – Cidade Industrial de Curitiba
- CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
- FJP – Fundação João Pinheiro
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- SEUC – Sistema de Equipamentos Urbanos de Curitiba

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
1.1 TEMA.....	17
1.2 PROBLEMA.....	18
1.3 OBJETIVOS.....	19
1.3.1 Objetivo Geral.....	19
1.3.2 Objetivos Específicos.....	19
1.4 JUSTIFICATIVA.....	19
1.5 VISÃO GRÁFICA DA METODOLOGIA.....	20
<b>2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....</b>	<b>22</b>
2.1 DIREITO À CIDADE.....	22
2.1.1 Urbanização no Brasil.....	23
2.1.2 Visão tradicional do Direito Urbanístico / Urbano.....	26
2.1.3 Pensar políticas públicas a partir de uma nova ótica e de quebra de paradigmas.....	28
2.1.4 Direito, a teoria ecojurídica e a (necessidade) de mudança de paradigma.....	29
2.1.4.1 <i>Dignidade humana</i> .....	32
2.1.4.2 <i>Qualidade de vida</i> .....	33
2.2 PLANEJAMENTO URBANO: A POSSIBILIDADE DE UMA NOVA ÓTICA..	33
2.2.1 Apanhado histórico dos planos e planejamentos no urbano no Brasil...	33
2.2.2 Novos princípios do urbanismo.....	34
2.2.3 Transformação da urbanização e do urbano: a perspectiva de Lefebvre.....	38
2.3 URBANIDADES COMO DEVIR DO URBANO.....	44
2.3.1 Considerações históricas sobre a urbanidade.....	44
2.3.2 Conceituação de urbanidade.....	45
2.3.3 Dimensões da urbanidade e a integração, distanciamento e exclusão dos territórios.....	47
2.3.4 Devir urbano enquanto intenção ética da urbanidade.....	49
2.3.5 Ontologia, espaço, temporalidade e espacialidade.....	50
<b>3. METODOLOGIA.....</b>	<b>54</b>
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	54
3.2 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	55
3.2.1 Objeto da pesquisa.....	56

3.2.1.1 Município de Curitiba – PR.....	56
3.2.2 Estudo de caso: delineamento do método a ser utilizado na análise dos dados.....	59
3.3 FASES DA PESQUISA.....	62
3.3.1 Detalhamento da fase 1: o referencial teórico utilizado de base.....	63
3.3.2 Detalhamento da fase 2: os dados do cenário em que se insere o estudo de caso.....	63
3.3.3 Detalhamento da fase 3: tabulação dos dados obtidos.....	64
3.3.4 Detalhamento da fase 4: análise dos dados obtidos.....	65
3.4 LIMITES DO ESTUDO.....	65
<b>4. RESULTADOS.....</b>	<b>66</b>
4.1 MAPAS.....	66
4.2 QUADROS E TABELAS.....	80
4.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	82
4.3.1 Experiência do outro mediada pela cidade.....	83
4.3.1.1 Dos equipamentos de cultura.....	83
4.3.1.2 Dos equipamentos de Economia.....	84
4.3.1.3 Dos equipamentos de Esporte.....	86
4.3.2 Comunicação livre de coerção no espaço urbano.....	87
4.3.2.1 Assistência Social.....	87
4.3.2.2 Educação.....	88
4.3.2.3 Segurança.....	90
4.3.2.4 Saúde.....	91
4.3.3 Conexões de atos através da estrutura e significado do espaço urbano.....	92
4.3.3.1 Abastecimento alimentar.....	93
4.3.3.2 Meio Ambiente.....	94
4.3.3.3 Transporte.....	95
4.3.3.4 Turismo.....	96
4.3.3.5 Trabalho.....	97
<b>5. DAS INTEGRAÇÕES, DISTANCIAMENTO E EXCLUSÕES.....</b>	<b>99</b>
5.1 ANÁLISE DAS REGIONAIS A PARTIR DO REFERENCIAL TEÓRICO.....	99
5.2 SUGESTÕES.....	107
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: LIMITAÇÕES, DIFICULDADES E SUGESTÕES.....</b>	<b>114</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>116</b>



# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 TEMA

A Constituição Federal de 1988 prevê, dentro do seu panorama garantista, o direito à cidade<sup>1</sup> para todos, sendo uma responsabilidade dos municípios a organização do planejamento urbano. Todavia, não se trata, tão somente, de pensar em um urbano quantitativo, por meios de instrumentos estáticos.

Deve-se ter em mente que o direito à cidade “é, fundamentalmente, um direito que os cidadãos têm a uma cidade hígida, a um ambiente harmônico e equilibrado e a um local que proporcione dignidade à pessoa” (DE ALENCAR BATTUS; DE OLIVEIRA, 2016, p.82). Ou seja, é imprescindível que se considerem, também, as urbanidades dentro de todo o processo de garantir o direito à cidade, que de maneira corriqueira mostra-se fragilizado, diante das várias realidades existentes dentro de um mesmo município.

A urbanidade, por sua vez, é “uma experiência do mundo social: representa nossa imersão em suas condições de continuidade e integração, e seu oposto – as tendências de distanciamento social” (NETTO, 2012, p. 236) , considerando que dada as heterogeneidades existentes, não se pode pensar em um conceito estagnado.

Para que se concretize esse mencionado direito à cidade, as políticas públicas precisam de um “equilíbrio dos ecossistemas e, por consequente, das populações que dependem deles, a política não pode ser circunscrita à arte do possível” (LE PRESTRE, 2005, p. 19). Isso tudo converge para uma quebra de paradigmas na formulação de políticas públicas, para a revisão daquilo que se tinha como verdade absoluta e, até então, era o suficiente, atendendo as expectativas daqueles que vivem nas cidades.

No cenário traçado (necessidade de pensar no direito à cidade a partir das urbanidades e de um devir urbano), denota-se uma mudança sistêmica: o Direito entendido como ciência social (CAPRA; MATTEI, 2018) e as políticas como um objeto de investigação, e não apenas um campo (SUREL; SEGURA, 2008).

---

<sup>1</sup> Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

No mesmo sentido, é importante compreender que “a reflexão atualizada da urbanização brasileira exige o enfrentamento de obstáculos novos que se somam àqueles reconhecíveis nos temas amplos e complexos” (RIBEIRO, 1995, p. 557).

Para tanto, pensar o urbano com suas urbanidades, que se desdobram em dimensões (NETTO, 2012), é imprescindível para compreender a realidade posta e para almejar uma sociedade com o devir.

Ressalta-se, nesta introdução, que a dimensão espacial determina, no planejamento urbano, a motivação do direito à cidade, devendo esse paradigma ser representado em favor de outro que pense a cidade enquanto um centro de urbanidade e de equidade de oportunidades para as pessoas.

O futuro de todos se constrói e a sociedade está em um grande processo de transformação, do urbano-industrial para a informação e conhecimento, o que faz com o que o espaço urbano tenha novos e velhos problemas se sobrepondo (ASCHER, 2010).

## 1.2 PROBLEMA

A problemática da pesquisa centra-se na convergência do planejamento urbano para a efetivação do direito à cidade, a partir da teoria proposta por Netto (2012), sobre as urbanidades, com o devir urbano, a partir da espacialidade da dimensão ontológica (a rede de espaços públicos; lugares e edificações), razão pela qual há o recorte feito para unicamente os equipamentos públicos municipais.

Com o contexto que se apresentou, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: No planejamento do município de Curitiba, como os elementos espaciais<sup>2</sup> interferem para a efetivação do direito à cidade e da conseqüente dimensão ontológica de urbanidades que o caracterizam?

---

<sup>2</sup> Como é explicitado no capítulo 2 desta dissertação, os elementos espaciais referem-se à divisão que Netto (2012) propõe, aplicando-se o mesmo para a dimensão ontológica.

## 1.3 OBJETIVOS

### 1.3.1 Objetivo Geral

Analisar como, no município de Curitiba, os elementos espaciais interferem para a efetivação do direito à cidade e da conseqüente dimensão ontológica de urbanidades que o caracterizam.

### 1.3.2 Objetivos Específicos

- a) Realizar revisão bibliográfica sobre urbanidades, planejamento urbano e direito à cidade;
- b) Estabelecer as dimensões espaciais das urbanidades em Curitiba, dentro do objeto de estudo deste trabalho, a partir da teoria de Netto (2012);
- c) Realizar estudo de caso de como os elementos espaciais em Curitiba interferem na efetivação das dimensões das urbanidades.
- d) Apresentar sugestões para que o município de Curitiba possa ter ferramentas de planejamento urbano.

## 1.4 JUSTIFICATIVA

O tema pesquisado na presente dissertação visa contribuir para a construção do pensar nas políticas públicas de planejamento urbano, de maneira que elas convirjam com o direito à cidade, a partir das urbanidades. Assim, pretende-se contribuir nas seguintes perspectivas:

a) Perspectiva teórica: retomar conceituações de grande relevância para as políticas públicas, a sua análise e para o Direito, com uma (nova) possibilidade de aplicação a teorias modernas, que fazem um pensar de maneira integrada. Contribuindo, também, com isto, para o acervo teórico e metodológico.

b) Para o Programa de Pós-graduação em Planejamento e Governança Pública: a problemática apresentada está em consonância à linha de Planejamento e Políticas Públicas, de maneira multidisciplinar e produzindo conhecimento sobre a integração do direito à cidade e a necessidade de mudança paradigmática para a efetivação garantista deste.

c) Perspectiva pessoal: para autora foi uma oportunidade de aprofundar sobre o tema, além de se desenvolver profissionalmente. Poder estudar um assunto que tem grande impacto na população, como um todo, e propor um pensar alternativo à maneira positivada, é, sobremaneira, gratificante e recompensador. Além disto, analisar os equipamentos públicos, a partir da ótica e referencial que foram propostos, contribui exponencialmente para a própria cidade de Curitiba, que necessita mudar e repensar seus paradigmas para políticas de planejamento urbano e assim ter um município integrado com urbanidade e devir.

### 1.5 VISÃO GRÁFICA DA METODOLOGIA

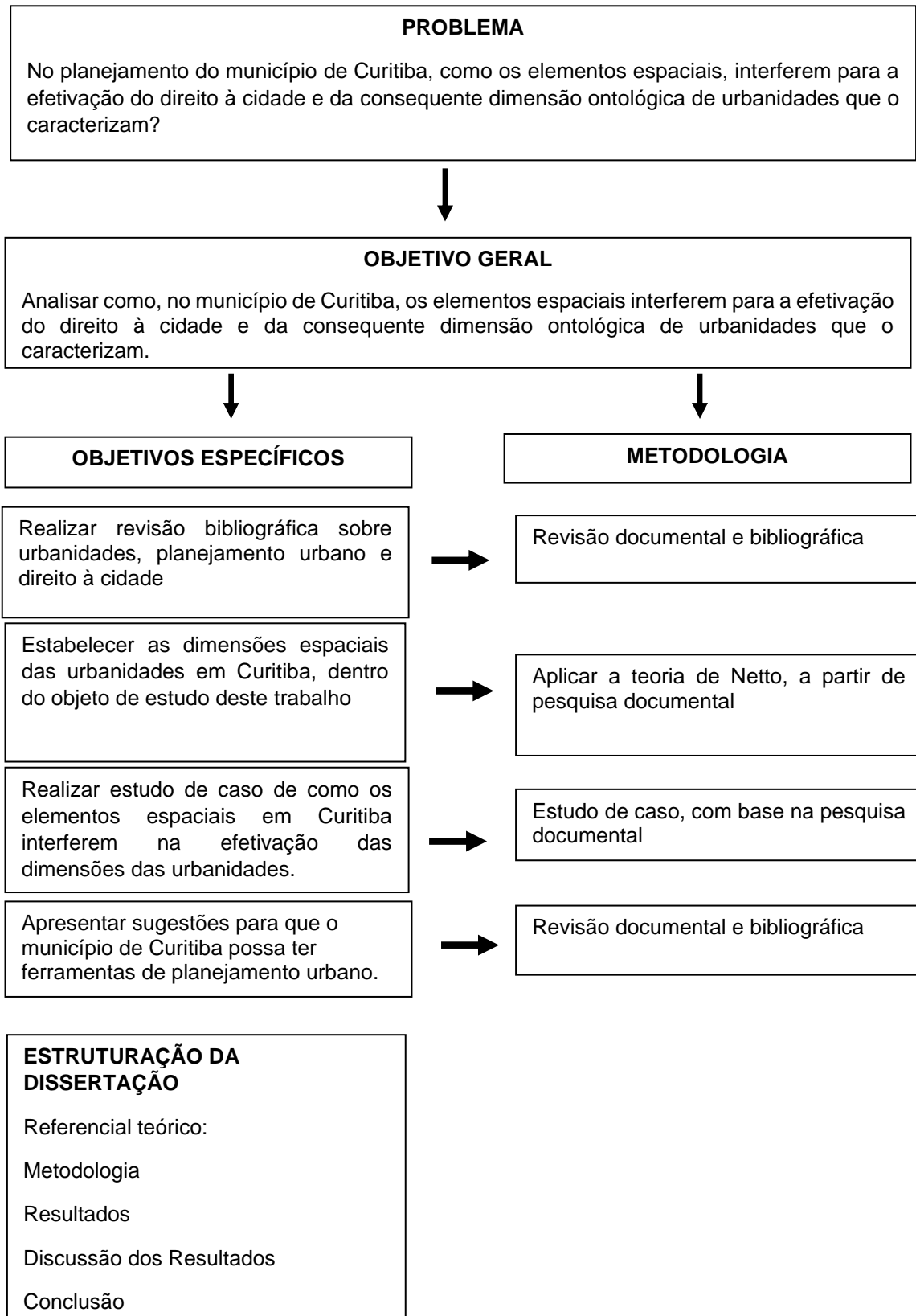
O Quadro 1 e a Figura 1 abaixo apresentam o resumo metodológico e a estrutura da dissertação, respectivamente.

**Quadro 1 – Resumo metodológico**

<b>Tipo</b>	<b>Método</b>
Quanto à abordagem	Qualitativa
Quanto à natureza	Aplicada
Quanto aos objetivos	Exploratória, descritiva e explicativa
Quanto aos procedimentos	Documental, bibliográfica e estudo de caso

Fonte: elaborado pela autora, com base em Gerhardt e Silveira (2009)

**Figura 1 – Visualização de como serão atendidos aos objetivos e da estruturação da dissertação**



Fonte: elaborado pela autora, com base em Dornelas (2015)

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### 2.1 DIREITO À CIDADE

Dada a redação do artigo 182 da Constituição da República de 1988, a cidade passa ser uma garantia a todos, brasileiros ou não, que habitam o território nacional, por meio das políticas públicas de planejamento urbano. E existe essa garantia na Carta Magna porque ela “é a interligação e interdisciplinaridade entre o aspecto urbano da cidade e outros vieses, como a política, o social e o econômico” (BATTAUS; DE OLIVEIRA, 2016, p. 88).

Neste sentido, toma-se como conceituação neste trabalho que o direito à cidade é aquele que “os cidadãos têm a uma cidade hígida, a um ambiente harmônico e equilibrado e a um local que proporcione dignidade à pessoa” (BATTAUS, DE OLIVEIRA, 2016, p. 81).

O que ocorre é que as cidades têm sofrido grande mutabilidade ao longo das últimas décadas, principalmente de maneira qualitativa, “de modo que, hoje, ela não é meramente uma versão maior da cidade tradicional, mas uma nova e diferente forma de assentamento humano” (SILVA, 2010, p. 23)

Para tanto, denota-se a dificuldade de implementação e efetivação do que é posto, considerando, entre outros motivos, que a

Distribuição explicitamente desigual da população no território urbano agrava-se com a ocorrência de fenômenos frequentes, cujos desdobramentos implicam a perda da qualidade de vida urbana. O significativo número de vazios urbanos que geram lacunas na ocupação do solo e descontinuidade do sistema viário e das redes de infraestrutura e, em contraposição, o adensamento desordenado de algumas regiões, são algumas referências desses fenômenos (BATTAUS; DE OLIVEIRA, 2016, p. 81).

Nisto, o Estado mostra-se demasiadamente frágil em implementar os próprios instrumentos que se propôs (BATTAUS, DE OLIVEIRA, 2016). Uma justificativa que pode se mostrar plausível para essa falta de efetividade são as mudanças de paradigmas que a sociedade tem ao longo dos anos.

É imprescindível, então, para a concretização de um direito, formular as políticas públicas a partir de outra ótica. Neste cenário, entende Surel (2008) que

se faz possível trazer os elementos do modelo proposto por Tomas Kuhn para discutir as políticas públicas, com o intuito de explicar o papel destas, no processo de “categorização cognitiva e construção social da realidade dentro de um espaço marcado por uma alocação de recursos e / ou pelo exercício da coerção legítima<sup>3</sup>” (SUREL, 2008, p. 44).

Cumprе relembrar que “a vida urbana envolve uma ambiguidade fundamental: ela ampara diferentes experiências individuais e as relaciona em modos de experiência em comum, sob a forma da vida urbana” (NETTO, 2012, p. 238), ou seja, existem várias cidades dentro de uma só.

Para tanto, faz-se necessário compreender, em um breve apanhado, o processo de urbanização no Brasil e o pensar políticas públicas e do Direito a partir de uma quebra de paradigmas.

### 2.1.1 Urbanização no Brasil

O Brasil é um país considerado novo, se comparado a países europeus. Portanto, por vários séculos foi tido como um país agrário e essencialmente agrícola (SANTOS, 1993). Neste sentido, se atina que:

Foi, durante muitos séculos, um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíam segundo logicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior. Havia, sem dúvida, para cada um desses subespaços, polos dinâmicos internos. Estes, porém, tinham entre si escassa relação, não sendo interdependentes (SANTOS, 1993, p. 26)

Nestor Goulart Reis *apud* Santos (1993) explicita sobre o começo da urbanização no país, do período de 1500 a 1720, com as três etapas principais da organização de todo o território:

A primeira fase, “entre 1530 e 1570 (...) cujo ponto de maior intensidade estaria compreendido entre os anos de 1530 e 1540”. Entre a fundação do Rio de Janeiro em 1567 e a Filipeia da Paraíba em 1585, há um intervalo em que apenas ocorre a instalação de Iguape. O segundo período fica “entre 1580 e 1640, anos de dominação espanhola, com dois pontos de maior intensidade: os anos entre 1630 e 1640, com a fundação de nove

---

<sup>3</sup> Tradução livre de: “categorización cognitiva y de construcción social de la realidad en el seno de un espacio marcado por una asignación de recursos y/o el ejercicio de la coerción legítima” (SUREL, 2008, p. 44)

vilas, (...) com a existência de uma urbanização sistêmica na costa norte, em direção à Amazônia”. Num terceiro momento “entre 1650 e 1720, foram fundadas trinta e cinco vilas, elevando-se duas delas à categoria de cidades: Olinda e São Paulo. Ao fim do Período, a rede urbana esta constituída por respeitável conjunto de sessenta e três vilas e oito cidades (SANTOS, 1993, p. 17-18).

No período mencionado, as cidades representavam uma emancipação do poder, que vinha de épocas anteriores (considerando que o país era colônia), e a evolução dependeria de fatores externos, como a política e economia (SANTOS, 1993). No mesmo interim, tem-se o denominado “sistema social da colônia”, que contava as camadas sociais, atividades econômicas e organização político-administrativa (SANTOS, 1993, p. 18).

A urbanização, de fato, só começa a aparecer no Brasil no século XVIII, porém, somente no século XIX que emergem características mais maduras e que ainda estão presentes (SANTOS, 1993).

Bastide *apud* Santos (1993) salienta dois momentos importantes nesse processo todo de urbanização: (i) no século XVIII, com plena expansão no XIX, quando a casa existente na cidade é mais relevante para o fazendeiro do que sua propriedade rural e; (II) quando surge a primeira máquina a vapor, em 1815, na Bahia, que fez com que os engenhos e maquinários manuais desaparecessem.

No período colonial a produção, em sua maioria, era feita para as próprias colônias e fazendas e tão somente o excedente era levado para as metrópoles (DEAK, 2010). A exemplificação disso se mostra por meio do percentual populacional que vivia nas cidades. Em 1872, eram 5,9% urbanos, enquanto em 1900 já se tinham 9,2%.

Já, entre 1920 e 1940, o quantitativo foi para 31,24% (SANTOS, 1993), isto porque é nesse período que “a população ocupada em serviços cresce mais depressa que o total da população economicamente ativa” (SANTOS, 1993, p. 23).

Na metade do século XX, mais precisamente entre os anos 40 e 50, a urbanização “conhece” o impacto da economia e a função administrativa do Estado. Sabe-se que “a base econômica da maioria das capitais de estados brasileiros era, até o fim da segunda guerra mundial, fundada na agricultura que se realiza em sua zona de influência e nas funções administrativas públicas e privadas, mas, sobretudo, públicas” (SANTOS, 1993, p. 25). Isso explica as oscilações populacionais ocorridas, além da estagnação do crescimento.



No mesmo período, prevalece a industrialização, que não deve ser entendida de maneira estrita, como o criar atividades industriais, mas sim “como um processo social complexo, que tanto influi a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamentos de território, para torná-lo integrado” (SANTOS, 1993, p. 27). A partir desse cenário se dá um impulso na urbanização, sendo que uma urbanização “mais envolvente e mais presente no território dá-se com o crescimento demográfico sustentado das cidades médias e maiores, incluídas, naturalmente, as capitais de estados” (SANTOS, 1993, p. 27)

Somente no período que se compreende de 1940 a 1980 que a residência da maioria populacional brasileira passa a ser urbana. Acrescido a isso, há um aumento da taxa de natalidade e decréscimo na de mortalidade, em razão do melhoramento sanitário trazido pela urbanização que melhora os padrões de vida<sup>4</sup> (SANTOS, 1993).

O Brasil, ao contrário de países desenvolvidos, passa a ter um célere processo de urbanização. Para melhor exemplificar: na década de 50 tinham-se em torno de 33 milhões de camponeses e 19 milhões de pessoas vivendo nas cidades. Portanto “um país predominantemente agrário, transformou-se em um país virtualmente urbanizado” (DEÁK, 2010, p. 9). Assim, é importante lembrar que:

É claro que transformações quantitativas de tal magnitude implicam transformações qualitativas profundas. O país, se não está inteiramente urbanizado, tem seguramente caráter preponderantemente urbano. (...) acima de tudo, as aglomerações urbanas constituem a base e o palco das transformações futuras da sociedade e também de sua economia (DEÁK, 2010, p. 9-10).

Então, pode-se afirmar que existem duas consequências, ao menos, em razão dessa transformação pela qual o Brasil passa: “a ampliação das diferenças inter e intrarregionais e; a atração e absorção da mão de obra pelos polos mais dinâmicos do país” (SOUZA, 2010, p. 126).

Não é somente o território que tem grande transformação, é fato que a sociedade se tornou cada vez mais urbana com o passar das décadas. Isso é um

---

<sup>4</sup> Ressalta-se, neste ponto, que “o fenômeno não se dá de maneira homogênea, uma vez que são diferentes os graus de desenvolvimento e de ocupação prévia das diversas regiões, pois estas são diferentemente alcançadas pela expansão da fronteira agrícola e pelas migrações inter-regionais” (SANTOS, 1993, p. 31).

processo irreversível, trazendo novos padrões de relações e estilos de vida (DE BRITO *et al.*, 2012).

Todo esse cenário – da rápida mudança no processo de urbanização – na década de 70 é explicada pelas altas taxas de fecundidade e pelo fluxo migratório interno ocorrido. Nisto se evidencia o crescimento das periferias mais acelerado do que dos centros, refletindo na distribuição do espaço e no planejamento como um todo. Há um processo claro de metropolização da pobreza (DE BRITO *et al.*, 2012).

Assim como o processo de urbanização no Brasil teve a peculiaridade de ser rápido, em comparação a outros países, também não houve homogeneidade. Ou seja, ele não virou urbano em todos os lugares, ao mesmo tempo. A taxa de urbanização variou durante décadas entre os estados (SANTOS, 1993).

### 2.1.2 Visão tradicional do Direito Urbanístico / Urbano

A regulação do urbano no país, em regra, sempre foi ao encontro da preocupação com os direitos individuais (considerados de primeira geração), a exemplo do direito de propriedade e do ir e vir, não com as vertentes coletivas e difusas da sociedade. O urbanismo, então:

consiste, em síntese, na intervenção do Poder Público com o objetivo de ordenar os espaços habitáveis. Trata-se de uma atividade dirigida à realização do triplo objetivo ' de humanização, ordenação e harmonização dos ambientes em que vive o Homem: o urbano e o rural. Uma atividade com tais propósitos só pode ser realizada pelo Poder Público, mediante intervenção na propriedade privada e na vida econômica e social das aglomerações urbanas (e também no campo), a fim de propiciar aqueles objetivos. Daí por que, hoje, se reconhece que a atividade urbanística é função pública (SILVA, 2010, p. 34).

Nessa ótica, o Direito Urbanístico pode ser compreendido, a partir do que é o urbanismo como técnica e ciência, advindos da cidade industrial<sup>5</sup>, e que é “instrumento de correção dos desequilíbrios urbanos, nascidos da urbanização e agravados com a chamada 'explosão urbana' do nosso tempo” (SILVA, 2010, p. 28).

Di Sarno (2003) explicita que, dada a lógica única e ímpar da urbanização no Brasil, em razão de questões de saúde pública, uso e ocupação dos espaços e vias

---

<sup>5</sup> Os tipos de cidade estão exemplificados no item 2.2.2 desta dissertação.

públicas, o Poder Público teve que sair da sua inércia e legislar sobre as questões. Mas estas foram em razão da urbanização desordeira e não da existência das cidades.

Essa legislação, por sua vez, deveria suprir a urbanização ocorrida e favelização no país. Mas não foi o que ocorreu. Explica Silva (2010) que:

É certo que a Lei Lehman (Lei 6.766/1979) pretendeu corrigir essa situação, fechando essa alternativa, que era a única forma de acesso do trabalhador pobre à propriedade urbana, sem lhe abrir outra possibilidade. Por isso, um dos resultados que se aponta com a promulgação da lei é o crescimento de favelas. Mas sequer a lei contribuiu para produzir uma qualidade ambiental satisfatória. Essa articulação contraditória entre norma e infração no espaço da metrópole brasileira gera a “cidade oculta, disfarçada e dissimulada (SILVA, 2010, p. 23).

Esse movimento explica-se porque havia duas correntes: i) uma que tentava resolver as problemáticas existentes a partir das formas de convivência social (que não fora utilizada), denominada de “utópica” e idealizada por Owen, Saint-Simon, Fourier, Cabet e Godin, e; ii) outra que tentava resolver as questões de maneira isolada, sem considerar as conexões existentes no urbano (SILVA, 2010), que foi a aplicada, dando origem à legislação urbanística moderna. Nesse sentido:

ligam-se especialistas e funcionários que introduzem regulamentos sanitários e serviços administrativos, mediante a utilização de instrumentos urbanísticos técnicos e jurídicos, que permitiram realizar transformações no meio urbano. (...) a evolução impôs ao Estado a prestação desses serviços urbanísticos, especialmente no referente aos serviços sanitários (SILVA, 2010, p. 30).

Mas, nesse cenário, abre-se margem para um vazio, não se considerando os demais vieses, com um pensar mecanicista e positivado na legislação. Não se considera a função social inerente à cidade para a efetivação de direitos e garantias fundamentais.

Pode-se inferir, inclusive, que há uma grande preocupação do Estado em regular, até certo momento histórico, tão somente os direitos fundamentais, o que levou a inúmeras problemáticas urbanas-sociais que se apresentam nas cidades e no urbano (sem urbanidade).

Mas, dada a “caixa-preta<sup>6</sup>” de questões que precisam começar a serem pensadas e propostas soluções, por conta, dentre outros motivos, das céleres mudanças trazidas com a globalização, da retomada da democracia e da promulgação da Constituição de 1988, mostra-se imprescindível analisar/pensar/propor as políticas públicas e os direitos a partir de maneira coletiva e difusa (DI SARNO, 2003 p. xiv).

### 2.1.3 Pensar políticas públicas a partir de uma nova ótica e da quebra de paradigmas

Surel (2008), em seu trabalho intitulado “as políticas públicas como paradigmas”, traz a ótica da aplicação da teoria de Kuhn às políticas públicas. Assim, é importante entender que estas são, antes de um campo, um objeto de investigação.

Com isso, é necessário ter como ponto de partida que a ciência tem uma oscilação de fases, entre as críticas e as normais. A fase normal é aquela em que há um equilíbrio e se fundamenta num paradigma. Então, quando há a necessidade de término do paradigma, Kuhn sugere que se forneçam novos modelos, que, por sua vez, levam ao nascimento de novas tradições e a possíveis investigações científicas, que leva à estruturação da ciência por meio de métodos e instrumentos de investigação (SUREL, 2008).

Na obra “as estruturas das revoluções científicas”, Thomas Kuhn (1962) entende que o paradigma é a junção de duas características:

(i) as realizações não têm precedentes, o que as afasta de outras formas de ciência;

(ii) as realizações são juntas, abertas para resolver toda espécie de problemas, que precisam ser resolvidos por um grupo. Conceitua-se, deste modo, como um “modelo ou padrão aceitos” (KUHN, 1962, p. 43).

Existem ocasiões em que dois paradigmas podem estar presentes de forma pacífica e que a simples existência de um não é suficiente para o desenvolvimento completo (KUHN, 1962). Ter um novo paradigma “implica uma definição nova e mais rígida do campo de estudos” (KUHN, 1962).

---

<sup>6</sup> A expressão é tratada no item 2.2.2 da dissertação, a partir do que propõe Lefebvre

Então Surel (2008, p. 51), sobre os paradigmas em políticas públicas, explana que “um paradigma não é apenas uma imagem social, mas um conglomerado de elementos cognitivos e práticos que estruturam o sucesso de um sistema de atores que o tornam coorte e durável”<sup>7</sup>.

O autor explica que um paradigma só existirá quando os quatro elementos se encontram de maneira simultânea, naquilo que Kuhn denomina como matriz disciplinar, quais sejam: (a) princípios metafísicos gerais; (b) hipóteses; (c) metodologias e; (d) instrumentos específicos; que são explicados pelo Quadro 2 que segue:

**Quadro 2 – Resumo da matriz disciplinar proposta por Surel, com base na teoria de Kuhn**

<b>MATRIZ DISCIPLINAR</b>	
<b>Princípios metafísicos gerais</b>	Normas de categorização e definição da realidade
<b>Hipóteses e Leis</b>	Conjunto de axiomas que vinculam o simbólico ao concreto.
<b>Metodologia</b>	Métodos a serem utilizados, de acordo com cada paradigma
<b>Instrumentos e ferramentas</b>	Facilitam a observação, explicação e ação diante do novo paradigma

Fonte: elaborado pela autora, com base em Surel (2008).

Entende-se, a partir dessas matrizes disciplinares e do que propõe Kuhn, que existem três fases a se seguir: (a) período vago ou pré-científico; (b) ciência ou política pública normal e; (c) fase de crises. Estas, são resumidas assim (Quadro 3):

**Quadro 3 – Resumo das fases propostas por Surel, dentro da teoria de Kuhn**

<b>RESUMO DAS FASES</b>	
<b>Período vago ou pré-científico</b>	Instável; flutuante; políticas públicas como emergências
<b>Ciência ou política pública normal</b>	Paradigma dominante; estabilidade
<b>Fase de crises</b>	Esgotamento do paradigma; insegurança

Fonte: elaborado pela autora, com base em Surel (2008).

#### 2.1.4 Direito, a teoria ecojurídica e a (necessidade) de mudança de paradigma

Como supra mencionado, havia uma lógica de se pensar, legislar e executar políticas com maior força, principalmente o que tange ao campo dos direitos individuais. Todavia, há uma necessidade de se romper esse paradigma, que não considera os direitos coletivos e difusos.

<sup>7</sup> Tradução livre de: “un paradigma no es solamente una imagen social, sino un conglomerado de elementos cognitivos y prácticos que estructuran la actividad de un sistema de actores que lo hacen coherente y durable” (SUREL, 2008, p. 51)

No mesmo viés proposto por Surel, da necessidade de se pensar de maneira difusa no sistema como um todo, com humanidade e urbanidade, Capra e Mattei (2018) trazem a lógica para o Direito, como a teoria ecojurídica.

O Direito tem que considerar – e respeitar – o local e o tempo em que se insere, em que pese ter se transformado, com o tempo, num “serviçal” da propriedade privada, que não cria uma consciência jurídica que reflita a necessidade do pensar difuso, sendo, inclusive, uma maneira de sustentar os constrangimentos criados por situações políticas. Assim como nas políticas públicas, o Direito é uma ciência social e não natural (CAPRA; MATTEI, 2018).

A teoria mecanicista posta na sociedade, segundo Capra e Mattei (2018) leva a uma armadilha, de modo que as pessoas se tornam incapazes de controlar as ações dos institutos jurídicos existentes, como as burocracias governamentais que são criadas. Este cenário torna as “estruturas de tomada de decisões (...) dramaticamente tacanhas, do ponto de vista social e ecológico” (CAPRA; MATTEI, 2018).

Por razão da mecânica que se instalou na sociedade, os indivíduos não se dão conta das sequelas que podem se instaurar, já que muitas vezes se tornam indefesos, inúteis (no sentido de não saber o que fazer ou que atitude ter diante de uma situação) e não perceber o que pode ser feito (CAPRA; MATTEI, 2018).

Conseqüentemente, leva-se a uma exclusão da população de maneira social, já que “a instituição da propriedade privada” é “estrutura fundamental de nossa tradição jurídica ocidental” (CAPRA; MATTEI, 2018, p. 179). Até porque se “limita duramente nossa capacidade de levar em consideração o efeito de decisões econômicas atuais sobre as gerações futuras, ou os verdadeiros custos de atividades insustentáveis para a comunidade como um todo” (CAPRA; MATTEI, 2018, p. 180).

Destarte, os autores propõem que seja necessária uma “mudança sistemática de paradigma na ordem do dia da política” com base em “três objetivos estratégicos a ser perseguidos: desconectar o direito do poder e da violência; dar soberania à comunidade; e tornar a propriedade generativa” (CAPRA; MATTEI, 2018, p. 187).

Pensar no Direito de maneira compartilhada faz, portanto, que não se pense mais nas pessoas de maneira individualizada, mas sim como partes de uma rede sociológica e ecológica, que tem como base a qualidade (CAPRA; MATTEI, 2018).

Ou seja, deve-se considerar o pensar englobando os direitos individuais, coletivos e difusos. Essa forma conjunta do pensar o Direito leva a uma maior efetividade e eficácia da dignidade humana, princípio da República consagrado pela Constituição Federal. Não há como se pensar a concretização dos direitos fundamentais sem se considerar todo o meio (e a qualidade deste) em que se está inserido (MARCHI, 2018), razão pela qual urge a necessidade do Direito Socioambiental, que é o que se propõe pela teórica ecojurídica.

Neste sentido:

o novo modelo de Estado de Direito objetiva conciliar os direitos liberais, os direitos sociais e os direitos ecológicos num mesmo projeto jurídico-político para a comunidade estatal. Tal redefinição conceitual do Estado de Direito contemporâneo justifica-se em face das mudanças ocorridas em função desta sua nova orientação ecológica, assumindo o Estado, portanto, o papel de guardião dos direitos fundamentais diante dos novos riscos existenciais a que está exposto o ser humano (FENSTERSEIFER, 2007).

Há que se ressaltar que fazer esta mudança de visão não é algo simples e fácil. Portanto “um primeiro passo necessário consiste em contestar a visão profissional estabelecida do ordenamento jurídico como algo separado de suas comunidades de usuários e criadores” (CAPRA; MATTEI, 2018, p. 191). O que, em última consideração, leva a uma quebra de paradigma e uma total crítica, já que:

A relação mecanicista entre indivíduos em concorrência no mercado ou na hierarquia estatal só pode ser superada pelo surgimento, de baixo pra cima, e novas “leis naturais”, contextualizadas e baseadas na comunidade, agora entendidas como princípios de ecologia que permitiram que a vida florescesse na Terra, durante bilhões de anos (CAPRA; MATTEI, 2018, p. 192).

Assim, Capra e Mattei (2018) entendem que é necessária uma “nova concepção” daquilo que temos como comunidade, adotando um “diálogo político verdadeiramente progressista, livre da bagagem ideológica da modernidade” (CAPRA; MATTEI, 2018, p. 192). Na teoria apresentada isto se faz totalmente possível, uma vez que assim será possível sobreviver e prosperar.

Com isso, pensar na solidariedade como um fim da comunidade leva à necessidade de uma revolução sistêmica, “requer que as instituições jurídicas gerem incentivos para o comportamento ecologicamente sustentável das pessoas”

(CAPRA; MATTEI, 2018, p. 211), devendo, para tanto, difundir o poder entre todos da comunidade, fazendo com o que o *commons* apareça fortemente.

É salutar mencionar que não há uma definição jurídica para *commons*, mas se reconhece que não é nem algo público e nem algo privado. Portanto, pode ser uma instituição que incentive um comportamento mais sustentável ou, também, algo que seja reconhecido como satisfatório, para algo fundamental, que não se contempla nas relações de mercado (CRAPA; MATTEI, 2018).

O *commons* leva ao *comming*, que, para os autores é “o cuidado, dever, reciprocidade e participação” (CAPRA; MATTEI, 2018, p. 218). E, por consequência, isto desafia a acumulação do capital e visa transformar “a totalidade de nossa compreensão dos usos e costumes locais” (CAPRA; MATTEI, 2018, p. 221).

Portanto, “a comunidade é o lugar onde o reconhecimento desse estado de coisas pode acontecer” (CAPRA; MATTEI, 2018, p. 231), levando a uma mudança de comportamento e quebra de paradigma, já que passa a considerar o pensar difuso e não mais, apenas, individual e centrado na propriedade privada.

#### 2.1.4.1 *Dignidade humana*

Para maior compreensão desta dissertação, é salutar compreender o que é dignidade humana, princípio da República disposto no artigo 1º da Constituição de 1988.

A conceituação é ligada ao valor intrínseco da pessoa desde a antiguidade clássica (sinônimo de posição pessoal) e ao cristianismo. Mas “foi com a concepção jusnaturalista que se consagrou a ideia de que a própria condição humana, independentemente de qualquer outra circunstância, é tutelar de direitos que devem ser reconhecidos e respeitados pela sociedade e Estado” (MYSZCZUK, 2012, p. 179).

Myszczuk (2012) alerta que há uma dificuldade em conceituar de maneira única o que é a dignidade humana, que pode variar de acordo com o contexto histórico em que se analisa e por ter elementos inerentes a todos. Portanto, é mais fácil identificar o que não é, como sendo aquilo que demonstra uma violação de direitos.



#### 2.1.4.2 *Qualidade de vida*

É cediço que a discussão sobre o que é qualidade de vida é recente, do ponto de vista histórico, inclusive com várias lacunas metodológicas e necessidades bibliográficas (SEIDL; ZANNON, 2004). Este cenário:

Decorre, em partes, dos novos paradigmas que têm influenciado as políticas e as práticas do setor nas últimas décadas. Os determinantes e condicionantes do processo saúde-doença são multifatoriais e complexos. (...) Consoante essa mudança de paradigma, a melhoria da QV passou a ser um dos resultados esperados, tanto das práticas assistenciais quanto das políticas públicas para o setor nos campos de promoção da saúde e da prevenção de doenças (SEIDL, ZANNON, 2004, p. 580).

Os primeiros escritos na literatura médica datam da década de 30. Na década de 70 passa-se a entender como algo “vago e etérea entidade, algo sobre a qual muita gente fala, mas que ninguém sabe claramente o que é” (SEIDL; ZANNON, 2004, p. 581). Em 1974-compreende-se que é “a extensão em que prazer e satisfação têm sido alcançadas” (SEIDL; ZANOON, 2004, p. 582).

Nos idos de 1980, começam a ser feitos estudos empíricos sobre o assunto e a se considerar as inúmeras dimensões existentes. Já em 1990, passa-se a entender dois pontos relevantes, o da subjetividade (como a pessoa entende seu estado de saúde e aspectos não-médicos) e da multidimensionalidade (composto por vários itens, de diferentes aspectos) (SEIDL; ZANOON, 2004).

## 2.2 PLANEJAMENTO URBANO: A POSSIBILIDADE DE UMA NOVA ÓTICA

### 2.2.1 Apanhado histórico dos planos e planejamentos no urbano no Brasil

Como já amplamente demonstrado anteriormente, a urbanização no Brasil se deu de maneira e com características muito peculiares. Razão pela qual é importante fazer um breve apanhado dos planos e planejamentos urbanos ao longo da história do país.

Partindo-se da era moderna e da instituição da república, o urbanismo, por meio de documentos públicos, começa a ser posto no início do século XX, com a elaboração do Plano Rio de Janeiro, que tinha uma grande similaridade aos planos

européus, retirando pessoas em situação de vulnerabilidade dos centros da cidade (DI SARNO, 2003). Nada é posto nas Constituições, a não ser a possibilidade de desapropriação por ordem pública (SILVA, 2010).

Durante a chamada “Era Vargas” (décadas de 30 e meados de 40), a ideia dos planos e planejamentos urbanos era de trazer o embelezamento às cidades, por meio de parques, praças e jardins, sendo que os estados eram os responsáveis por seus desenvolvimentos e a grande maioria era, ainda, predominantemente, agrícola (DI SARNO, 2003).

A partir dos anos 1950 “o urbanismo começa a ser encarado como uma questão de desenvolvimento, fase essa em que já se constatava a dualidade ‘campo x cidade’; ‘integrantes x marginais’” (DI SARNO, 2003, p. 6).

Tentou-se, nos idos de 1960, a implementação de uma política urbana, pela lei nº 4380, de 1964, que previa o Banco Nacional de Habitação e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (para que formulasse um planejamento territorial). Em 1969 é que se inseriu na Constituição vigente que era competência da União a elaboração de planos nacionais sobre a viação férrea e estradas de rodagem (SILVA, 2010).

Na década de 1970, já na ditadura, o Brasil passa pela Reforma Urbana Modernizadora, que começa a considerar aspectos técnicos sociais e econômicos para a confecção dos planos (DI SARNO, 2003).

Já a partir de 1980 encara-se como a Reforma Urbana Redistributiva, que leva em conta, com maior ênfase, a questão social, divisão da terra, uso urbano do solo, gestão democrática para pensar os planos (DI SARNO, 2003).

Foi só com a Constituição da República de 1988 que se dá a atenção necessária ao planejamento urbano e à matéria urbanística, ressaltando-se a importância da preservação ambiental e função social da propriedade e da cidade.

### 2.2.2 Novos princípios do urbanismo

O conceito de planejamento urbano, a partir das balizadas anteriormente e que é utilizado nesta dissertação será restrito à perspectiva das urbanidades. Então,

adota-se<sup>8</sup> o posicionamento de François Ascher descrito em “os novos princípios do urbanismo”.

Com a transformação das sociedades como um todo, o impacto nas cidades é de sobremaneira salutar, isto porque esse “novo desenvolvimento deve-se manifestar no espaço urbano, sobrepondo velhos e novos problemas” (ASCHER, 2010, p. 14). Nesse sentido, “pensar as cidades hoje implica formulações complexas que incluem as instâncias econômicas, sociais, políticas e culturais” (ASCHER, 2010, p. 14).

É salutar que “estamos preocupados com as formas que as cidades estão assumindo e com os riscos de toda ordem que elas parecem gerar para a sociedade e para o ambiente” (ASCHER, 2010, p. 17). Até porque:

A dinâmica da urbanização está ligada ao potencial de interação oferecido pelas cidades, à sua urbanidade, ou seja, a potência multiforme que gera o reagrupamento de uma grande quantidade de pessoas em um mesmo lugar (ASCHER, 2010, p. 19).

Para tanto, o processo de modernização das cidades interage em três aspectos: i) a individualização, onde o mundo é representado a partir da própria pessoa; ii) a racionalização, que substitui as tradições pela razão dos atos e as escolhas e; iii) a diferenciação social, traduzida nas diversidades e desigualdades das funções dos grupos da sociedade (ASCHER, 2010).

Passadas a primeira e segunda fase da urbanização, Ascher (2010) entende que estamos na terceira, que é a modernidade, que traz inúmeros reflexos no início do século XXI, como o progresso e os dramas advindos deste. Para melhor compreensão, tem-se o Quadro 4, que apresenta as dinâmicas da modernização ocidental e do contexto das três revoluções urbanas modernas:

---

<sup>8</sup> Justifica-se a escolha em razão da proposta do autor, que entende que se ultrapassou uma terceira geração e vive-se uma espécie de crise, que faz com que se pense na necessidade de num novo urbano.

**Quadro 4 – Esquemático de dinâmica da modernização ocidental e do contexto das três revoluções urbanas modernas**

	<b>Comunidade</b>	<b>Sociedade industrial</b>	<b>Sociedade hipertexto</b>
<b>Elos sociais</b>	Pouco numerosos, curtos, não diversificados, não estabelecidos através de mídias, estáveis, fortes e multifuncionais.	Mais numerosos, de diversos tipos, evolutivos, fortes, em vias de especialização.	Muito numerosos, muito variados, através de mídias e diretos, frágeis, especializados.
<b>Tipos de Solidariedade</b>	Mecânica	Orgânica	Comutativa
<b>Territórios sociais (espaço das relações sociais)</b>	Amplamente autárquicos e fechados, de caráter local.	Integrados em um conjunto mais amplo, semiabertos, de base nacional.	Abertos, múltiplos, mutantes, em escalas variáveis (do local ao global), reais e virtuais.
<b>Morfologia socioterritorial</b>	Alveolar	Aureolar	Reticular
<b>Paradigmas dominantes</b>	Crenças, tradição e continuidade, destino, força, autoridade, sabedoria.	Razão universal, funcionalidade, simplificação e especialização, democracia representativa.	Complexidade, incerteza, autorregulação, flexibilidade, governança.
<b>Ações</b>	Repetitivas e rotineiras	Racionais	Reflexivas
<b>Principais regulações</b>	Costumes, chefe	Estados e leis	Sistemas estatais, subsidiários, direito e contratos, parcerias, opinião pública
<b>Atividades econômicas dominantes</b>	Agrícolas	Industriais	Cognitivas
<b>Cultura</b>	De caráter dominante local	Fortes componentes socioprofissionais	Diversificada e híbrida (multipertinência social e cultural)
<b>Tipo urbano dominante</b>	Cidade-mercado	Armadura urbana hierarquizada, cidades industriais	Sistema metropolitano
<b>Instituições</b>	Paróquias, juntas de freguesias, estado-nação.	Comunidades, regiões, administração centralizada, estado-nação de bem-estar social, pactos, alianças e tratados.	Aglomerção, país, regiões, estado-nação de bem-estar social, organizações internacionais e supranacionais, ONG's.

Fonte: Ascher, 2010, p. 58-59.

Com o contexto apresentado da primeira e segunda revolução urbana (comunidade e sociedade industrial, respectivamente), percebe-se que a terceira tem cinco grandes mudanças: i) metapolização; ii) transformação dos sistemas urbanos de mobilidade; iii) formação de espaço-tempo individual; iv) a redefinição das relações entre interesses individuais, coletivos e gerais e; v) novas relações de risco (ASCHER, 2010).

Entende-se a metapolização como um processo duplo, que compreende a metrópole e a formação de novos territórios, que são as metapoles. Com isto, se induz a uma homogeneidade, onde os mesmos atores econômicos estão presentes em mais de uma parte do território (ASCHER, 2010).

Com as transformações dos sistemas urbanos de mobilidade se entende que a cidade não é algo virtual e imutável. Pelo contrário. A cidade se move e se comunica, “continuidade de novas decisões de deslocamento das pessoas, bens e informações, animada pelos eventos que exigem a copresença e na qual a qualidade dos lugares mobilizará todos os sentidos” (ASCHER, 2010, p. 67).

A formação de espaço-tempo individual tem ligação com a recomposição social das cidades. Isto porque havendo uma maior individualização há uma necessidade de se pensar e organizar no território e no emprego do tempo, o que considera outros fatores, como a importância do pensar nos meios de transporte e comunicação (ASCHER, 2010). Além disto, no imperativo da adequação dos serviços públicos:

Os mínimos atos cotidianos dependem assim de dispositivos complexos, geralmente de mercado, estes constituem-se, de fato, nos pontos de apoio para desigualdades sociais, visto que as multiplicam, criando novas desvantagens. As dificuldades econômicas e/ou culturais de certos grupos sociais ou etários, que se utilizam desses instrumentos, são fatores de desigualdade que tonam mais importante o desenvolvimento de novos tipos de serviços públicos adaptados às cidades da terceira revolução urbana.

A complexidade das práticas sociais e das necessidades e, ainda, a indispensável individualização do fornecimento tornam igualmente necessário recorrer a princípios de equidade mais do que igualdade, quando da criação desses serviços e do seu correspondente financiamento (ASCHER, 2010, p. 71).

A redefinição das relações entre interesses individuais, coletivos e gerais interage com a diversificação, já que a dinâmica da sociedade se alterou, além da necessidade de se remodelar a democracia e dos problemas inerentes à segregação social (ASCHER, 2010). Os riscos acontecem porque:

O paradoxo da modernização é que o desenvolvimento do conhecimento e da técnica, bem como à circulação acelerada e expandida das informações, aumentam os riscos: o progresso da ciência traz consigo a emergência constante de novos riscos relacionados à poluição às emissões de gás carbônico na atmosfera, ao uso dos sistemas de refrigeração, etc. (...) O progresso da técnica é uma faca de dois gumes: abre novas possibilidades, mas também aumenta os estragos que pode

provocar. Além disso, a sociedade hipertexto emergente tem dificuldade em achar novas formas de regulação, assiste-se, assim, em muitos países, a um aumento da violência urbana e delitos de toda ordem (ASCHER, 2010, p. 77).

Diante do apresentado, entende-se que o novo urbanismo, que prima pelas urbanidades, precisa dos seguintes princípios (ASCHER, 2010):

- i) elaborar e manejar projetos urbanos em um contexto incerto;
- ii) priorizar os objetivos em relação aos meios;
- iii) integrar os novos modelos de resultado;
- iv) adaptar as cidades às diferentes necessidades;
- v) conceber lugares em função das novas necessidades sociais;
- vi) agir em uma sociedade fortemente diferenciada;
- vii) requalificar a missão do poder público;
- viii) responder à variedade de gastos e demandas;
- ix) promover qualidade urbana e;
- x) adaptar a democracia à terceira revolução urbana.

### 2.2.3 Transformação da urbanização e do urbano: a perspectiva de Lefebvre

Diante da perspectiva trazida por Ascher (2010), ao tratar da mudança de urbanização e a vinda da sociedade hipertexto, é relevante compreender como chegou-se até este momento. Para tanto, nesta sessão é abordada a sociedade e seu processo de transformação no contexto urbano, pela ótica de Lefebvre.

O autor traz, primeiramente, que a expressão “sociedade urbana” vai responder a uma ânsia teórica, para explicar os movimentos que ocorrem como um todo (LEFEBVRE, 1999). É este o conceito de sociedade urbana que se adotará no presente trabalho, em razão dos objetivos que são propostos e por ser compreendida como aquela que vem do processo de industrialização, que, por sua vez, levam à absorção da produção agrícola (LEFEBVRE, 1999). Com isto, o que a teoria de Lefebvre traz é:

Outra interpretação, uma outra ontologia para a análise da sociedade e sua possível emancipação. Passa-se, portanto, de uma questão urbana com um objeto material e sensível, para uma problemática urbana, em que o urbano, a sociedade urbana, se anuncia, ainda não como uma realidade

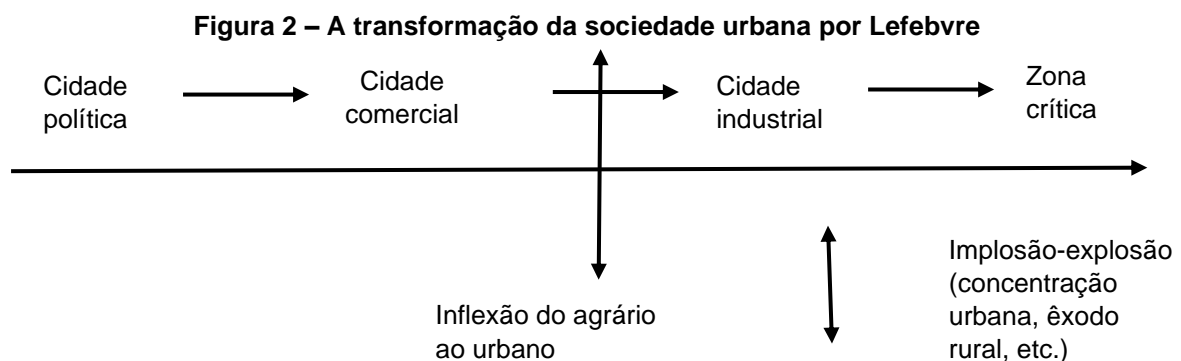
acabada, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora (COSTA, 2015, p. 20-21).

Assim, traçam-se duas balizas:

- a) Muitas pessoas, desde alguns anos, têm visto no urbanismo uma prática social com caráter científico e técnico. Nesse caso, a reflexão teórica poderia e deveria apoiar-se nessa prática elevando-a ao nível dos conceitos e, mais precisamente, ao nível epistemológico. Ora, a ausência de uma tal epistemologia urbanística é flagrante. Iremos aqui nos esforçar para preencher tal lacuna? Não. Com efeito, essa lacuna tem um sentido. Não seria porque o caráter institucional e ideológico disso a que se chama urbanismo prevalece até nova ordem, sobre o caráter científico? Supondo que esse procedimento possa se generalizar, e que o conhecimento sempre passe pela epistemologia, o urbanismo contemporâneo aparece distante disso. É preciso saber por que e dizê-lo;
- b) Tal como ele se apresenta, ou seja, como política (com esse duplo aspecto institucional e ideológico, o urbanismo condiciona-se a uma dupla crítica: uma crítica de Estado Liberal e uma crítica de Estado de Bem Estar Social<sup>9</sup> (LEFEBVRE, 1999, p. 17).
- c)

A mencionada crítica de Estado Liberal não é ignorada. Por vezes ela é oculta e dá as justificativas para uma ideologia neoliberal, ou seja, abre caminho para a iniciativa privada. A de bem-estar social é a crítica utópica, tem uma distância do real e tenta abrir uma via que seja possível explorar e balizar, dentro das políticas existentes (LEFEBVRE, 1999).

Com este cenário, Lefebvre (1999) propõe um eixo (que é, ao mesmo tempo, espacial e temporal), que vai de 0 (ausência de urbanização, da pura natureza) a 100% (que é o urbano), que leva ao que segue (Figura 2):



Fonte: Lefebvre (1999, p. 25).

<sup>9</sup> A citação original traz as expressões, consecutivamente, de crítica de direita e crítica de esquerda. Porém, neste trabalho se adota o estado liberal como o de direita e o de bem-estar social como o de esquerda, com o intuito de não partidizar e entrar num mérito que não cabe nesta dissertação.

A cidade política era aquela que tinha como habitantes os sacerdotes, nobres, guerreiros; que protegia o território vasto, que tinha como proprietário apenas um monarca. A troca e o comércio aumentavam e este processo de integração levou séculos. Portanto, o espaço urbano torna-se o lugar de encontro. Porém, com o tempo, a cidade passa a ter um peso no conjunto social, há um desequilíbrio e se instala a realidade urbana, em que a sociedade não se ajusta mais ao campo (LEFEBVRE, 1999).

Na sequência desta ruptura, tem-se a cidade comercial, onde a indústria está ligada à não-cidade, que conquista as cidades e leva à urbanização da sociedade. Todas as características anteriores não mais existem, sendo, agora, que há repressão, referências, percursos por sinais (LEFEBVRE, 1999).

A cidade industrial surge com aglomerados, anunciando que haverá uma zona crítica. A implosão-explosão se mostra claramente e os problemas tomam proporção mundial. A realidade urbana aqui tem uma superestrutura, que modificou as relações de produção, com as relações sociais sendo exprimidas pelo espaço e sua política (LEFEBVRE, 1999).

A cidade industrial surge no mesmo período em que houve a Revolução Industrial, ou seja, aproximadamente 1760. O mencionado evento histórico fez com que houvesse o êxodo rural, o que culminou com o processo de acumulação que se iniciava nas grandes cidades, levando à diminuição de salários e à força do capitalismo (COSTA, 2015).

Nesse período, as condições higiênico-ambientes eram demasiadamente precárias. Se de um lado tinha uma grande explosão econômica, que trazia esperança, de outro se tinha uma fragmentação e exclusão social<sup>10</sup>. Com isto, leva-se às primeiras concepções do urbanismo (COSTA, 2015). Assim:

De um lado, aquelas propostas dos socialistas utópicos, que não viam solução para os problemas observados nas cidades industriais e propunham ambientes novos que poderiam não somente evitar os malefícios das grandes cidades, mas também influenciar na formação de uma nova sociedade coletivizada e socialmente igualitária. (COSTA, 2015, p. 22).

---

<sup>10</sup> A exclusão social ali mencionada é diferente da que se tem hoje. Como Costa (2015, p. 22) *apud* Benevolo (1981, p,44) explica, a pobreza, que até então era uma condição suportada por grande parte, passa a ser a miséria, que é um mal e deve ser eliminado com o que está ao alcance.



Há, também, o processo de implosão/explosão demonstrado por Lefebvre. Isto quer dizer que a cidade arcará com as consequências de todo processo. De um lado, com a perda das características orgânicas anteriores, do sentimento de pertencimento. De outro, com a realidade urbana imposta pela industrialização, em escala mundial de problemas, com a periferização (TONUCCI FILHO, 2015).

Na fase crítica posta na figura sobre a transformação da sociedade urbana por Lefebvre, pode-se dizer que há um vazio e uma caixa preta. Destaca-se que a natureza é a primeira a evidenciar as problemáticas, dos bens que seriam “abundantes”, mas entram em colapso ao longo do tempo (LEFEBVRE, 1999). A caixa preta, por sua vez, “supõe, sobretudo, que a cidade foi o lugar das criações e não simples resultado, simples efeito espacial de uma criação que ocorreu noutro lugar. (...) O urbano pode tornar-se objetivo, isto é, criação e criador” (LEFEBVRE, 1999, p. 35).

Diante deste cenário posto, há uma cegueira, que vê o “campo novo” (que é o urbano), com os olhos e conceituações advindas da industrialização, que tem um pensamento fragmentado e analítico. Isto leva, por sua vez, à falta de desenvolvimento e nascimento (LEFEBVRE, 1999). Ou seja:

Destarte, com a industrialização, uma extrema segregação se impõe aos grupos, etnias, estratos e classes sociais, destruindo morfologicamente a cidade e ameaçando a vida urbana. Os trabalhadores, expulsos da cidade para as periferias, perdem o sentido da cidade como obra criativa e coletiva (TONUCCI FILHO, 2015, p. 218).

O fenômeno urbano<sup>11</sup> toma tamanha complexidade que beira a chamada *teoria da complexificação*, onde os fenômenos sociais, que nunca são simples, têm graus de complexidade. A mencionada teoria tem fundamentos filosóficos e científicos, por meio da ordem interna (refere-se à coerência) e em outros momentos uma desordem (que pode levar a uma nova inteligibilidade) (LEFEBVRE, 1999). Cabe salientar que neste trabalho:

O objetivo não é reconstruir o antigo humanismo, comprometido desde quando Marx e Nietzsche o submeteram à mais dura crítica teórica. A questão é saber se a sociedade urbana autoriza a elaboração de um novo humanismo, uma vez que a sociedade dita industrial, capitalista ou não,

---

<sup>11</sup> Adota-se, aqui, o posicionamento de Lefebvre (1999, p. 49), onde urbano deve ser compreendido como cidade.

desacreditou praticamente todo o antigo. Não está descartado que a interrogação, posta a partir da filosofia da reflexão metafilosófica, culmine com a constatação de um novo fracasso. A problemática urbana não pode recorrer a priori esta eventualidade, sem recair nas velhas categorias ditas idealistas da fé e da provocação (LEFEBVRE, 1999, p. 65).

O humanismo pode ser compreendido em 3 etapas:

(i) o abstrato, onde conta a imagem do ser humano e é representado pelos filósofos;

(ii) o crítico, que contesta e;

(iii) o desenvolvido, que leva em conta a vontade (LEFEBVRE, 1999).

A fase crítica é dividida em duas etapas. Na primeira, demonstra-se que a agricultura é subalterna à industrialização e data do século XVI, época em que na Europa se tinha o renascimento e a reforma. Na segunda, a indústria se subordina à urbanização, além da subordinação do global ao urbano e do urbano ao habitar (LEFEBVRE, 1999). Então:

Há uma dupla inversão. A subordinação da realidade urbana a seus antecedentes e condições é superada, assim como a sujeição do habitar aos níveis pretensamente superiores da prática social. De onde uma reorganização fundamental (a partir do fundo e do fundamento) (LEFEBVRE, 1999, p. 93).

Portanto, a centralidade é essencial dentro do fenômeno urbano e é um movimento dialético, que pode construir ou destruir. Isto leva com que a cidade centralize as criações, visto que ela atrai tudo que nasce, além de criar relações e uma situação urbana (LEFEBVRE, 1999). E “o urbano, indiferente a cada diferença que ele contém, é considerado frequentemente como indiferença que se confunde com a natureza, com uma crueldade que lhe seria própria” (LEFEBVRE, 1999). Nisto há que se pontuar que:

O urbano não é indiferente a todas as diferenças, pois ele precisamente as reúne. Nesse sentido, a cidade constrói, destaca, liberta a essência das relações sociais: a existência recíproca e a manifestação das diferenças procedentes dos conflitos ou levando aos conflitos. (...). As relações (sociais) sempre se deterioram de acordo com a distância, no tempo e no espaço, que separa as instituições e os grupos. Aqui, elas se revelam na negação (virtual) dessa distância. Daí a característica de violência latente inerente ao urbano. (...) A centralidade, que concerne às matemáticas, concerne também ao drama. Ela os reúne, como reúne tudo. (...) no entendo, no curso de sua realização, a concentração sempre enfraquece e se rompe. É preciso, então, um outro centro, uma periferia, um alhures.

(...) esse movimento, produzido pelo urbano, produz, por sua vez, o urbano (LEFEBVRE, 1999, p. 109).

Então, pelo exposto, pode-se definir que o urbano é uma forma de abstração concreta, cumulativa de todas as situações e rupturas, com inclusões e exclusões. “É uma forma e receptáculo, vazio e plenitude, superobjeto e não objeto, supraconsciência e totalidade das consciências” (LEFEBVRE, 1999, p. 110).

Como explica Tonucci Filho (2015), sobre o que traz Lefebvre, o “fracasso” do urbanismo não é algo novo, em razão do capitalismo ou de uma tentativa de socialismo. As razões vêm desde a época dos gregos, de onde se advêm a noção instrumental do urbano. Deste modo, o urbano tem duas tendências:

- a) à centralidade, através dos distintos modos de produção das diferentes relações de produção, tendência que vai, atualmente, até o centro decisional, encarnação do Estado, com todos os seus perigos;
- b) à policentralidade, à oniscencialidade, à ruptura do centro, à disseminação, tendência que se orienta seja para a constituição de centros diferentes (ainda que análogos, eventualmente complementares), seja para a dispersão e para a segregação (LEFEBVRE, 1999, p. 110).

No cenário traçado por Lefebvre, sobre o urbano e a urbanização, se nota que há muito o homem deixou de ser a centralidade, razão pela qual se mostram as rupturas e zonas de crises postas.

Somente se chega ao cenário urbano atual porque há um rompimento da unidade natural e orgânica da denominada cidade política. Ocorre uma explosão no tecido urbano, que leva a inúmeros fragmentos (os chamados subúrbios, periferias etc.). A cidade que tinha valores de uso torna-se mercadoria, para se obter lucro (TONUCCI FILHO, 2015).

O sentimento de pertença a uma cidade é enfraquecido no processo de urbanização. Verifica-se que há uma quebra do cidadão com a cidade<sup>12</sup>, que vê seus direitos – de alguma maneira – serem diminuídos como cidadão (TONUCCI FILHO, 2015). E então, surge a necessidade de se pensar nas urbanidades.

---

<sup>12</sup> Tonucci Filho (2015) explica sobre o tema que há uma “superação de um dos fundamentos da cidadania moderna ocidental: a dissociação aristotélica entre o *oikos* (o mundo privado da não política) e a *polis* (o mundo público da política).

## 2.3 URBANIDADES COMO DEVIR DO URBANO

Dada as mudanças latentes na sociedade e nas cidades, há uma necessidade de se representar – também – no urbano com urbanidades e devir urbano, diante das crises paradigmáticas postas em nosso cotidiano.

### 2.3.1 Considerações históricas sobre a urbanidade

Historicamente, o movimento romancista, que questionou a teoria mecanicista proposta por Newton, surgiu no final do século XVIII, por meio da arte, da filosofia, do direito, entre outras. Argumenta que “o raciocínio científico deveria ser acompanhado pelo juízo estético, que oferecia um caminho complementar para o entendimento da natureza da realidade” (CAPRA; MATTEI, 2018, p. 136). Ainda, deve questionar se a teoria mecanicista é, de fato, um paradigma científico dominante. Os romancistas têm o conceito do orgânico, que é a principal maneira de interpretar a natureza para eles (CAPRA; MATTEI, 2018).

Com o início do século XIX e na influência do romantismo, começa-se a pensar de maneira evolucionista. Primeiramente na Biologia, com Georges Cuvier, que traz a classificação para a Zoologia e, posteriormente, com a teoria de Darwin, que forçou “os cientistas a abandonar a concepção cartesiana do mundo como uma máquina que havia surgido plenamente construída das mãos de seu criador” (CAPRA; MATTEI, 2018).

O período evolucionista e o romantismo não conseguiram, naquele momento histórico, romper com a teoria mecanicista do Direito e nem pôr fim na sua aplicabilidade. Isto se deve à necessidade posta pelo capitalismo no século XIX, além de ser um instrumento de grande poder para dominar o sistema como um todo (CAPRA; MATTEI, 2018).

O modelo impositivo que foi posto pela teoria mecanicista resultou no que se tem hoje. Ocorre que há uma crise, atualmente, em torno disto, de modo que se pode pensar numa teoria composta por redes vivas. Vive-se nas cidades onde “o espaço público é cada vez mais inóspito, marcado por grades nas fachadas de prédios, extensos muros contornando introvertidos condomínios, mega shopping

centers e estacionamentos e, a pior parte, as áridas freeways urbanas” (AGUIAR *et al.*, 2012, p. 61).

Ou seja, há uma necessidade de romper algumas barreiras, como: a superação da violência e do poder; necessidade de dar à comunidade soberania e; ter a propriedade de maneira mais criativa e generativa. Daí que, com este momento de crise posto, urge a importância de se pensar no urbano com urbanidade e o devir urbano (CAPRA; MATTEI, 2018).

### 2.3.2 Conceituação de urbanidade

As urbanidades como condição urbana podem ser compreendidas de maneira simplória como uma “civilidade do convívio” (NETTO, 2012). Entendendo a conceituação a partir do ponto de vista filosófico, constrói-se, de uma maneira primária, que no ambiente urbano as pessoas são balizadas pelas espacialidades contidas na cidade.

Netto propõe que haja uma construção híbrida entre o urbano e a filosofia, por meio de um caminho heterógeno, já que há uma necessidade de se:

Evitar a equivalência entre qualquer experiência urbana e urbanidade através de um critério, um princípio ético – um *ethos* da urbanidade como coexistência e bem-vir das alteridades e, como um desejo futuro: o devir do urbano numa urbanidade plena e aberta (NETTO, 2012, p. 237).

Quando se considera o tempo e o espaço, tem-se que entender que não existe uma liberdade completa. Na realidade, somos modelados pelo que está ao entorno e a partir daquilo que o ambiente proporciona. Do mesmo modo que o tempo se associa ao ritmo da vida urbana que se tem (NETTO, 2012). Então há “uma condição temporal para nossos atos relacionada a uma condição urbana: diferentes temporalidades da nossa experiência mediada pela urbe” (NETTO, 2012, p. 239).

Do mesmo modo, não se pode dissociar o presente do passado quando se refere ao espaço urbano, que é “durável, mutável apenas lentamente. Seu processo é resultado de ações passadas, frequentemente acumuladas por longo tempo”

(NETTO, 2012, p. 240). A urbanidade considera a copresença dos diferentes modos do ser<sup>13</sup>. Ou seja:

Como experiência do outro, depende da temporalidade e espacialidade do encontro. Naturalmente, diferenças nessas dimensões da prática podem colocar esse outro distante de nós. Tempos dessincronizados da ação são vetores da disjunção do encontro. (...) que pode induzir a uma desconexão de ações futuras – uma rarefação do encontro com o outro em gestões de exclusão temporal (NETTO, 2012, p. 242).

Para chegar ao que se pretende e compreender as urbanidades, são inseridas as tensões de diferenciação social. Tem relação com a natureza não instrumental, a produção, a vida, coletividade, identidades e grupos (aqui, aqueles que são mais similares, se aproximam) (NETTO, 2012).

Ainda dentro do campo social, consta a cidade como integração, que “requer a geração de situações onde a existência das diferenças seja reconhecida” (NETTO, 2012, p. 245), que não se deve ser naturalizada ao nível da indiferença, pois a urbanidade enseja que sejam reconhecidas estas assimetrias para se diminuir o estranhamento (NETTO, 2012). Neste sentido:

Serão sobretudo essas práticas do convívio nas oportunidades urbanas da troca simbólica que romperão com os processos de agregação social exclusiva, ao envolver contatos e reconhecimentos mútuos capazes de produzir permeabilidade entre campos sociais (NETTO, 2012, p. 245).

Neste cenário traçado, pode-se entender a urbanidade como a necessidade de diferir e definir a “identidade de cada cidade como projeção de formas de vida menos ou mais integradas entre si, incluindo qualquer forma de vida, mesmo que leve a uma desintegração, rejeição ou intolerância” (NETTO, 2012, p. 256).

Todavia, não é isto que se almeja quando se busca que uma cidade tenha urbanidade e não seja apenas urbana. Não se quer potencializar e naturalizar as diferenças. Ademais:

Se urbanidade envolve o convívio, temos de imaginar que ela não ocorra em um éter ou em uma situação material qualquer. Se a urbanidade se refere ao encontro, à experiência e reconhecimento do outro em sua alteridade e à efervescência da comunicação livre de restrição, esses

---

<sup>13</sup> O autor (NETTO, 2012, p. 241) traz esta expressão de Chakrabarty, que faz uma crítica pós-colonial.

fatores devem incluir um espaço que ampare exatamente esses acontecimentos – e não espaços que o impeçam (NETTO, 2012, p. 252).

De modo que é importante entender que a urbanidade é “um fenômeno produzido nas relações entre o social e o espacial, diferenças em socialidades e espacialidades se colocariam como fontes de diferenças de urbanidade” (AGUIAR *et al.*, 2012, p. 19) e que sua conceituação, em suma, compreende o *ethos* do convívio como condição para não haver a desurbanidade.

### 2.3.3 Dimensões da urbanidade e a integração, distanciamento e exclusão dos territórios

São as dimensões da urbanidade proposta na teoria de Netto (2012), a partir dos eixos social e espacial (Quadro 5):

**Quadro 5 – Dimensões da urbanidade**

	<b>Dimensão Fenomenológica</b>	<b>Dimensão Comunicativa</b>	<b>Dimensão Ontológica</b>
<b>Social</b>	Copresença, urbano	Autores em interação	Cognição; conexões e referências; ato-espaço-ato
<b>Espacial</b>	A rua, espaços públicos. Lugares do reconhecimento dos diferentes	O lugar; as modalidades; as arquiteturas	A rede de espaços públicos; lugares e edificações.

Fonte: adaptado de Netto, 2012.

As dimensões trazidas pelo quadro das urbanidades fazem com que se chegue numa “visão de urbanidade como efervescência do urbano” (NETTO, 2012, p. 251) e traz à tona o ponto que baliza esta dissertação: a dimensão ontológica espacial.

Ou seja, vai ser uma experiência de integração, não se devendo ignorar as várias diversidades, porém, considerando-se entender as condições de coexistências e como isto vai se materializar. Sem isto, haveria a “desurbanidade”.

Com base na análise dos elementos postos dentro dos eixos de dimensão ontológica e espacialidade é que se visa compreender se há integração, distanciamento ou exclusão no território.

Portanto, entende-se que a urbanidade da integração social é compreendida como aquela que visa o devir<sup>14</sup> do urbano para uma urbanidade plena. Nesse ponto, a sociedade tem a facilidade de compreender e “prever” que um paradigma pode estar se esgotando/esgotado e excitar a mudança de uma política pública, sem a necessidade de uma maior revolução, que gere algum tipo de temor, insegurança ou falta de acesso a um direito.

Assim sendo, para que se gere a urbanidade de maneira integrada são precisos três elementos de maneira satisfatória (NETTO, 2012; ASHER, 2010; SUREL, 2008):

(i) Experiência do outro mediada pela cidade: Que o papel do espaço pode ser invisibilizado e fragmentado em razão dos meios de integração social existentes e como isto se reflete no tipo de equipamento analisado, ou seja, qual a sua importância, dada uma hierarquia de direitos fundamentais e sociais para convergir ao direito a cidade;

(ii) Comunicação livre de coerção no espaço urbano: Como o equipamento produz um senso de inteligibilidade, isto é, como se compreende a disponibilização de um equipamento dessa natureza dentro do contexto social apresentado, considerando, assim como o anterior, qual direito acaba tendo que se tornar uma prioridade ante ao outro, e;

(iii) Conexões dos atos através da estrutura e significados do espaço urbano: Como a estrutura faz um tipo de “cordas invisíveis”, que tem o condão de “manter a realidade social e material articulada em nossa experiência e convívio urbanos” (NETTO, 2012, p. 251).

O distanciamento das urbanidades é aquele que encontramos no presente. Aqui, como traduz Netto (2012), são as características presentes: experiência da alteridade, comunicação irrestrita, estrutura do mundo social como construção, expressão e experiência, reconhecendo o outro dentro do espaço, além de ter responsabilidade pelos atos de urbanização.

A exclusão ocorre quando a urbanidade se mostra amalgamada, ou seja, quando se tenta aproximar ou juntar coisas/pessoas de diferentes “classes” e estão

---

<sup>14</sup> Por devir compreende-se: Vir a ser; tornar-se; devenir. Sm. FILOS Processo de transformação constante pelo qual passam todos os seres e todas as coisas; vir a ser. (MICHAELIS, 2020).



separadas. Assim, há um grau de desintegração do urbano que gera essa tentativa infrutífera do aproximar.

### 2.3.4 Devir urbano enquanto intenção ética da urbanidade

Propõe-se o uso de cinco conceitos da Filosofia para uma integração com o Planejamento Urbano (Quadro 6):

**Quadro 6 – Filosofias bases para a urbanidade e o devir urbano**

Conceito	Caraterísticas
Primeiro	Comportamento coletivo; noção de <i>ethos</i> ; comunicação livre e sem coerção; emancipação do espaço urbano.
Segundo	Cidades que representam o oposto do controle social, com estruturas em torno do espaço público e da presença coletiva.
Terceiro	Responsabilidade e orientação ao outro espaço coletivo urbano; ideia do bem- vir as diferenças; interação das alteridades.
Quarto	Natureza temporal a partir da ideia de <i>l'avenir</i> , onde não se prevê a presença do outro, que tem como identidade desconhecida; inclusão de questões éticas; emancipação de realidades; urbanidade plena como futuro desejável em práticas urbanas.
Quinto	Devir livre de teologia; deve ser aberto; sem possibilidade de antecipação ou previsão; devir aberto em uma coexistência.

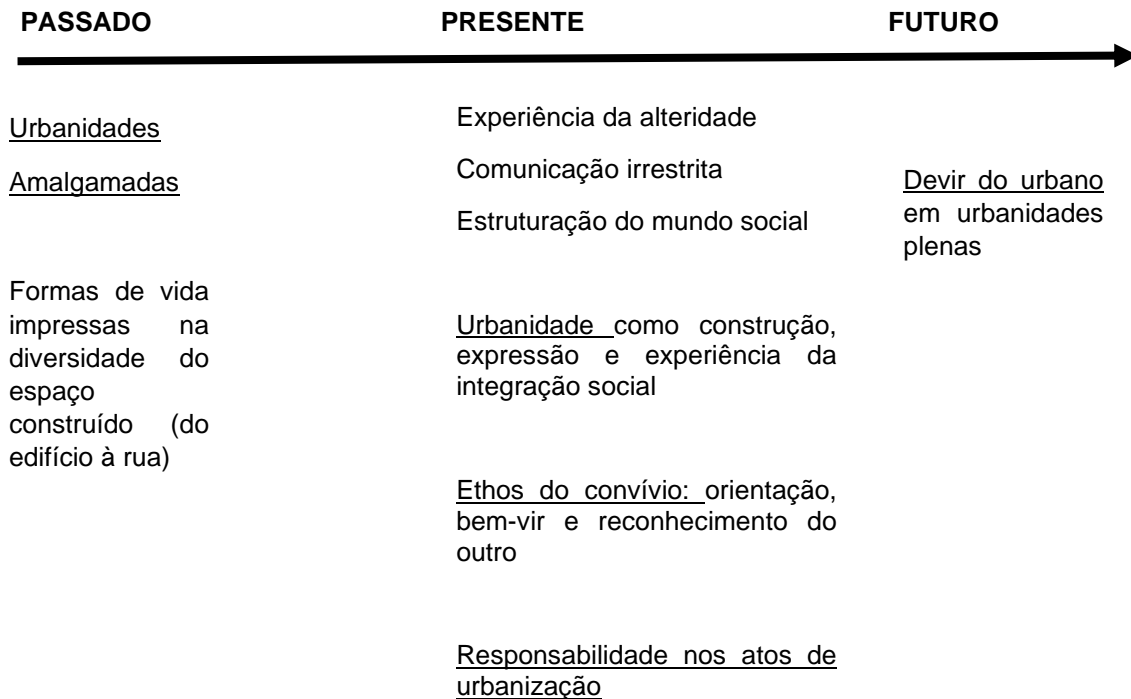
Fonte: elaborado pela autora com base em Netto (2012, p. 257-259).

Então, o desejado devir urbano é uma intenção ética, uma aspiração como forma de vida social, de modo que se almeja “um tempo urbano eticamente pautado, onde, amalgamada na materialidade concreta do espaço urbano, estará também a possibilidade de encontro com aquele socialmente diferente de mim” (NETTO, 2012, p. 259).

Porém, não há que se pensar que o devir é algo utópico, impossível de acontecer. Propõe-se que seja um modo de começar a pensar, além de já estar presente nas cidades, ou seja, são projeções materiais de urbanidades passadas, que se materializam na diversidade dos espaços urbanos (NETTO, 2012).

Então, pode-se inferir que o futuro urbano é um projeto de cada presente. O urbano oferece as condições empíricas da realização de processos da vida e da experiência coletiva, como ilustrado pelo quadro de urbanidades passadas, presentes e a responsabilidade com o futuro (NETTO, 2012) (Figura 3).

**Figura 3 - Urbanidades passadas, presentes e a responsabilidade com o futuro urbano**



Fonte: Netto (2012, p. 260).

### 2.3.5 Ontologia, espaço, temporalidade e espacialidade

Em razão das balizas anteriormente apresentadas, é imprescindível discorrer sobre pontos fundamentais para este trabalho: ontologia, espaço e a espacialidade. Até porque é preciso delimitar a partir de quais conceituações se trabalham os resultados obtidos na pesquisa.

A ontologia é aquela que “estuda as características fundamentais do ser: os que todo ser tem e não pode deixar de ter” (ABBAGANO, 2007, p. 662) e propõe as seguintes premissas:

1. Existem determinações *necessárias* do ser, ou seja, determinações que nenhuma forma ou maneira de ser pode deixar de ter.
2. Tais determinações estão presentes em todas as formas e modos de ser particulares.
3. Existem ciências que têm por objeto um modo de ser particular, isolado em virtude de princípios cabíveis.
4. "Deve existir uma ciência que tenha por objeto as determinações necessárias do ser, estas também reconhecíveis em virtude de um princípio cabível".
5. Essa ciência precede todas as outras e
6. Por isso, ciência primeira, porquanto seu objeto está implícito nos objetos de todas as outras ciências e porquanto, conseqüentemente, seu princípio condiciona a validade de todos os outros princípios (ABBAGANO, 2007, p. 662-663).

A ontologia considera o ser “independentemente de suas determinações particulares e naquilo que constitui sua inteligibilidade própria (...) Distingue-se, ainda, ontológico, que se refere ao ser em geral, de ôntico, que se refere ao ser em particular” (JAPIASSU; MARCONDES, 2001, p. 143). É, sobretudo, uma realidade pensada, que traz as coisas e seres à existência ou não, daquilo que é rotineiro (RHEINGANTZ, 2019, p. 27).

Portanto, a dimensão ontológica nas urbanidades é “o papel das cidades na ligação entre humano e material, entre nossas práticas e a moldagem da materialidade do mundo à volta na forma das cidades” (AGUIAR *et al.*, 2012, p. 19).

O espaço geográfico, aqui, será compreendido pela ótica de Milton Santos, que entende como “um resultado da inseparabilidade entre sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 2006, p. 65). A justificativa de não separar conceitos ou deixá-los puros, ficando a sociedade de um lado e os objetos de outro, porque “natureza e sociedade não são mais os termos explicativos, mas, ao contrário, requerem uma explicação conjunta” (LATOUR *apud* SANTOS, 2006, p. 65).

Cumprido, neste momento, trazer uma distinção relevante para esta dissertação: paisagem e espaço não são sinônimos.

A paisagem se dá como um conjunto de objetos reais-concretos. Nesse sentido a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal. O espaço é sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única. (...) A paisagem é, pois, um sistema material, e, nessa condição, relativamente imutável: o espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente. (...) O espaço é a sociedade, e a paisagem também o é. No entanto, entre espaço e paisagem o acordo não é total, e a busca desse acordo é permanente; essa busca nunca chega ao fim (SANTOS, 2006, p. 67).

Disto, depreende-se que o espaço é um componente social, dada as características de parcialidade, globalidade e transversalidade existentes, além de estar inserido na sociedade e nas relações que se formam derivadas desse conjunto (LEVY *apud* OLIVA, 2001). Até porque “o espaço não pode ser visto meramente como extensão, mas heterogeneidade produzida por atos e pelo esforço do atuar coletivo” (NETTO, 2012, p. 239).

Pensar à revés disto implica em negar “o papel da sociedade, do automóvel, enfim, do espaço geográfico apenas a um universo técnico, reduzindo o potencial explicativo da dimensão espacial sobre a sociedade a mera funcionalidade da vida

biológica/social” (OLIVA, 2001, p. 34). No mesmo sentido, entende-se que o espaço é mudado de forma lenta e durável, de modo que suas ações de hoje são um reflexo de ações passadas e assim sucessivamente (NETTO, 2012).

Tão logo, a ligação de ontologia e espaço se explica porque este “é tomado como ser, e é isso que nos permite considerações” (MARTINS, 2007, p. 34) daquela ordem, além do espaço ser um tipo de “memória ontológica de socialidades, temporalidades de ações e visões de mundo passadas” (NETTO, 2012, p. 241).

Ao que diz respeito à espacialidade (e ao espacial) há que se partir da premissa que “nossas posições e movimentos não estão inteiramente livres, irrestritos, mas modelados por uma estrutural material que nos acontece e nos cerca” (NETTO, 2012, p. 238). Com isto:

Cidades passam a ser formas de mediação da nossa experiência física, material do mundo. Sua estrutura particular de edificações de suporte à atividade humana, agregadas em quarteirões de formas várias e definindo as pessoas livres das ruas, implica em uma “canalização espaço-temporal” inevitável da nossa experiência. Nossa experiência do mundo se descerra a partir das tramas de canais e os *topoi* da cidade (posições ou lugares no espaço urbano, em relação entre si) (NETTO, 2012, p. 239).

A importância de compreender essa significância da cidade e a espacialidade, segundo o autor, é para que se possa utilizar a conceituação trazida de urbanidade para entender como o mundo se põe no urbano. Com isto:

Devemos entender o cruzamento entre a espacialidade particular das cidades – como estruturas e projeções de ações conjuntas, como meio da ação coletiva – e a temporalidade singular da experiência urbana, em encontros e interações de outro modo impossíveis de serem produzidos. A espacialidade urbana tem relação intrínseca aos ritmos variados da prática – uma forma de presença na produção das temporalidades diversas das ações das pessoas e suas experiências com o tempo. Conjuntamente, elas constituem a experiência da urbanidade (NETTO, 2012, p. 239-240).

Ou seja:

Os espaços construídos da arquitetura são atrelados a essa espacialidade aberta dos canais das ruas, edificações que permitirão a conexão dos atos de cada um a complexos da prática social ali atuados, frequentemente vinculados com atos ocorrendo simultaneamente ou sequencialmente em outros lugares. A conexão dos atos sociais dependente das atividades e práticas sediadas nessas edificações, assim como em lugares abertos e capazes de sediar a ocupação e a interação como modalidades sociais (NETTO, 2012, p. 253).

Assim, partindo da premissa que se analisam as dimensões espaciais a partir da ontologia, infere-se que se consideram questões inerentes ao espaço urbano, que fazem parte “deste ser” para verificar a urbanidade – ou não – do cenário que é traçado a partir dos resultados obtidos na pesquisa que se apresenta na sequência.

### 3. METODOLOGIA

Este capítulo aborda as questões metodológicas utilizadas na pesquisa, com a descrição de todos os pontos, como a caracterização, delimitação, objeto e fases.

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta dissertação tem abordagem qualitativa, com natureza aplicada. É qualitativa já que “emprega diferentes concepções filosóficas, estratégias e investigação e métodos de coleta, análise e interpretação de dados” (CRESWELL, 2010, p. 206), além de buscar compreender um fenômeno social, não se adotando um pensamento positivista, com o intuito de buscar o que deve/convém ser feito (GERHARDT; SILVEIRA, 2009), como é o caso da problemática deste trabalho, que envolve a interação de direitos fundamentais e o desenvolvimento prático do planejamento urbano.

Deste modo, utiliza-se como procedimentos a pesquisa documental, bibliográfica, com informações obtidas a partir de estudo de caso. Segundo Gil (2002) a vantagem da pesquisa bibliográfica é que ante a grande diversidade de dados (dispersos), consegue-se uma maior cobertura, visto que é feita com materiais já elaborados (livros e artigos científicos).

Diferentemente, a pesquisa documental, “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 2002, p. 45). E que tenham validade científica, podendo ser divididos em documentos de primeira mão (não tem nenhum tratamento analítico, como reportagens, fotos etc.) e de segunda mão (tem alguma análise, como pareceres, decisões judiciais, entre outros), por meio de arquivos públicos ou privados (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Na pesquisa aqui elaborada, a fonte documental utilizada foram as legislações e normativas sobre o tema, além dos dados obtidos por meio do Sistema de Equipamentos Urbanos de Curitiba - SEUC. O estudo de caso aplica-se em razão das seguintes possibilidades:

- a) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos;

- b) preservar o caráter unitário do objeto estudado;
- c) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação;
- d) formular hipóteses ou desenvolver teorias; e
- e) explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos (GIL, 2002, p. 54).

Na abordagem metodológica delineada, a problemática quer entender como no planejamento urbano de Curitiba os elementos espaciais interferem na efetivação do direito à cidade e da consequente dimensão ontológica de urbanidades que o caracterizam.

No que versa sobre os objetivos, eles se dão de maneira exploratória, descritiva e explicativa. É exploratória porque “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”, além da possibilidade de se melhorar as ideias existentes (GIL, 2002, p. 41). É descritiva, visto que descreve as características do objeto estudado.

E explicativa haja vista que “têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (GIL, 2002, p. 42), sendo aquela que permeia mais perto de conhecer a realidade, explicando o porquê de tudo (Quadro 7).

**Quadro 7 – Resumo metodológico**

<b>Tipo</b>	<b>Método</b>
Quanto à abordagem	Qualitativa
Quanto à natureza	Aplicada
Quanto aos objetivos	Exploratória, descritiva e explicativa
Quanto aos procedimentos	Documental, bibliográfica, estudo de caso

Fonte: elaborado pela autora, com base em Gerhardt e Silveira (2009).

### 3.2 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

O tema delimitado visa analisar, no planejamento urbano de Curitiba, como os elementos espaciais interferem na efetivação do direito à cidade e da consequente dimensão ontológica de urbanidades que o caracterizam, a partir da teoria proposta por Netto (2012).

Assim, parte-se da análise dos equipamentos públicos municipais existentes, mapeados e disponibilizados pelo banco de dados do SEUC, considerando sua dimensão ontológica e o lugar que ocupam na cidade.

Cumpra observar que não se quer em nenhum momento neste trabalho discutir o porquê – ou não – da instalação destes nos locais em que foram feitos, até porque muitas das tomadas de decisão dependem da discricionariedade do gestor em algum momento.

A escolha do referencial teórico, que auxilia na construção da metodologia aplicada, se deu da necessidade de começar a pensar no planejamento urbano a partir do que dispõe Ascher (2010); nas políticas públicas dada a necessidade de quebra de paradigma proposta por Surel (2008), a partir de Kuhn, considerando a teoria ecojurídica de Capra e Mattei (2018).

### 3.2.1 Objeto da pesquisa

Nesta sessão, abordam-se elementos essenciais para a compreensão do objeto da pesquisa, razão pela qual se mostra imprescindível discorrer sobre os assuntos que se correlacionam, de maneira a auxiliar a inclusão, posterior, do estudo de caso.

#### 3.2.1.1 Município de Curitiba – PR

Localizada no Sul do Brasil, a capital paranaense foi fundada inicialmente em 1693 como Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, e em 1721 começa a ser chamada de Curitiba. Em meados de 1800 começa uma forte imigração europeia, o que faz com que a cidade comece a tomar forma diante da colonização que estava recebendo, com ruas largas e regulares (IPPUC, 2019).

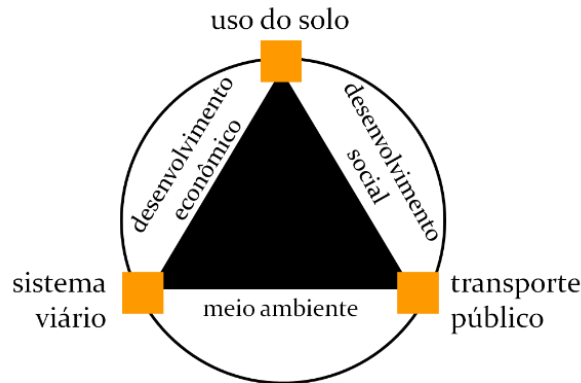
No ano de 1895, é feito o primeiro Código de Posturas da cidade, que estabelece desde como a limpeza deve ser feita, até onde os tipos de comércio podem funcionar. São feitas, ainda, as primeiras estruturas de saneamento e canalizações, além da construção das primeiras grandes avenidas, que ligam a cidade e direcionam seu crescimento (IPPUC, 2019).

O primeiro plano diretor de Curitiba data de 1943, que ficou conhecido como o Plano Agache, trazendo o zoneamento e as diretrizes para ordenar o crescimento. Com isto, advém um novo Código de Posturas e Obras, que divide a cidade em zonas (IPPUC, 2019).



Após audiências públicas, em 1966, é feito o novo Plano Diretor, que traz questões sobre o uso do solo, transporte coletivo e o sistema viário, resultando na figura que segue (IPPUC, 2019). O crescimento, a partir daqui, passa a ser linear e não mais radial. De 1970 a 1980, passa-se a implementar o plano elaborado (Figura 4):

**Figura 4 - O uso do solo, sistema viário e o transporte público no Plano Diretor de 1966**



Fonte: IPPUC, 2019.

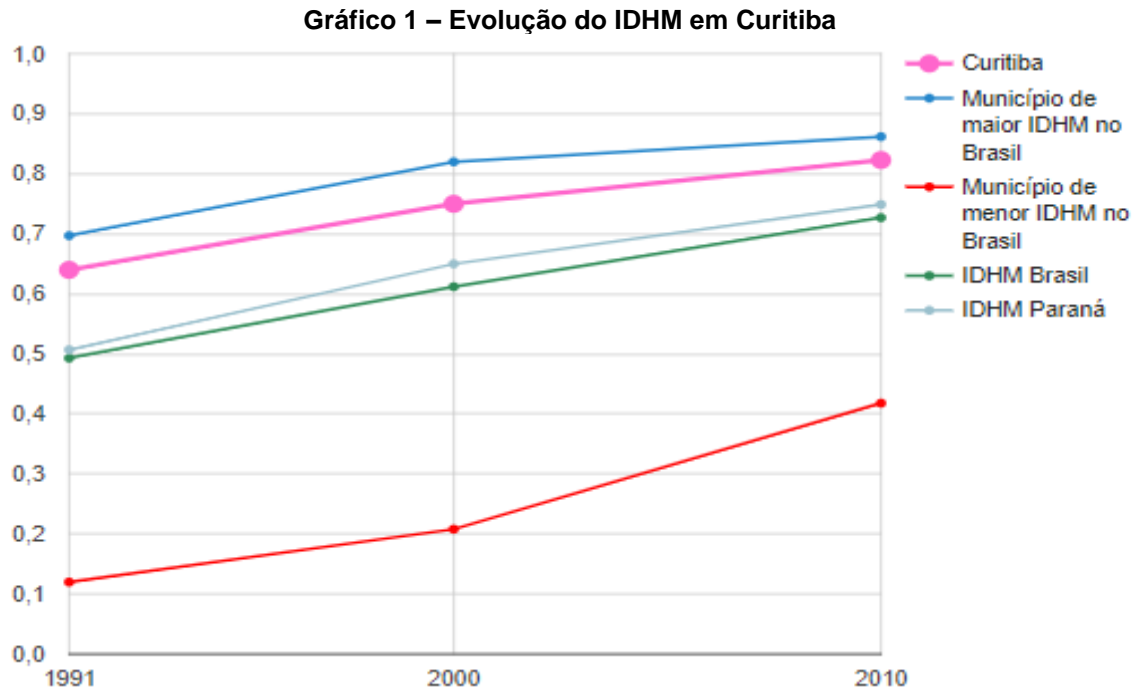
Entre os anos de 1980 e 1990, passa-se à implementação de equipamentos sociais, especialmente nas áreas de periferia, além de dividir a cidade em administrações regionais, para que todos tenham mais acesso. Na mesma época é feito o Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano (IPPUC, 2019).

Na década seguinte (1990-2000), o meio ambiente passa a ter espaço central no planejamento. Há um grande avanço na implementação do sistema de transporte como é tido hoje e o loteamento de novos bairros na região sul do município (IPPUC, 2019).

Entre 2000 e 2010 a mobilidade passa a ser o centro do planejamento e o Plano Diretor, em 2004, é adaptado ao Estatuto das Cidades, incluindo o desenvolvimento sustentável. E em 2014 há uma revisão daquele documento norteador, para que seja “estimulada a moradia mais próxima do trabalho, do comércio, dos serviços e do lazer por meio da implantação de polos de desenvolvimento nos bairros” (IPPUC, 2019).

No que versa sobre a população, segundo o Censo de 2010 (que foi o último realizado oficialmente), era de 1.751.907 habitantes, com um Índice de Desenvolvimento Humano – IDHM, de 0,823 (de um máximo de 1,000), ou seja,

muito alto, já que considera critérios como a longevidade, renda e educação. O gráfico 1 mostra como o índice evoluiu ao longo dos anos (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL):



Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2020).

A esperança de vida ao nascer saltou de 68,7 no ano de 1991, para 76,3 anos em 2010. Do mesmo modo, os índices de mortalidade infantil e mortalidade infantil até os 5 anos tiveram uma grande queda. Já ao que se refere à educação, a expectativa de anos de estudo no município é 10,95 anos, enquanto no Paraná é de 10,11 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL).

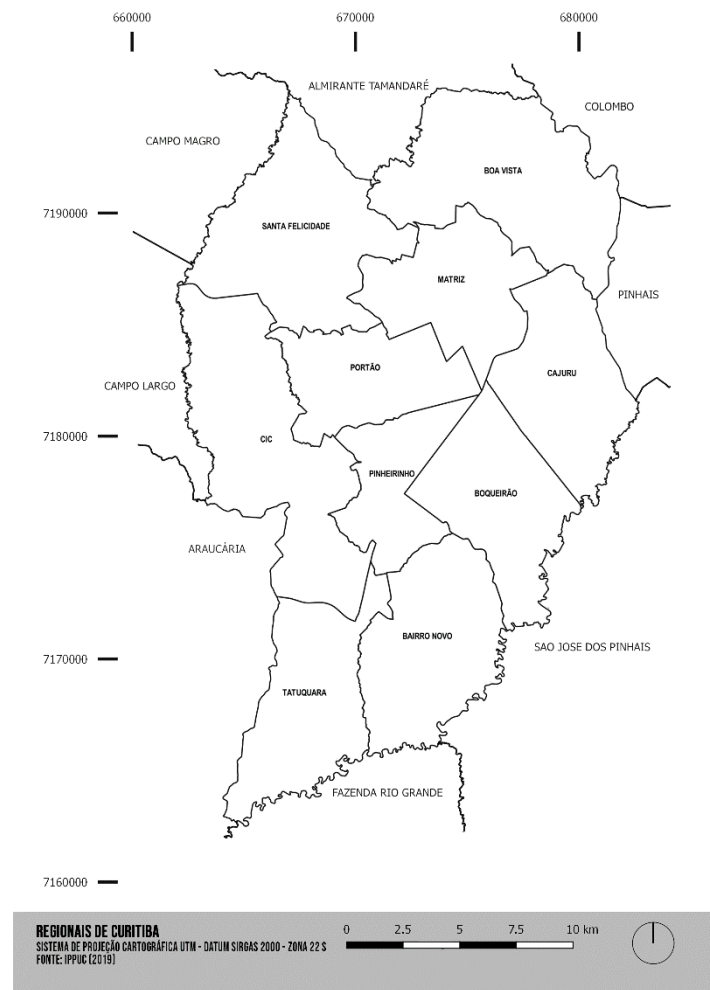
A renda per capita, calculada por meio do índice Gini, infere que para o ano de 2010 era a quantia de R\$1581,04, crescendo mais de 79% desde 1991 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL) (Tabela 1):

<b>Tabela 1 - Renda, Pobreza e Desigualdade - Município - Curitiba - PR</b>			
<b>Renda, Pobreza e Desigualdade – Município – Curitiba – PR</b>			
	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Renda Per Capita	878,39	1225,28	1581,04
% de extremamente pobres	1,54	1,41	0,48
% de pobres	7,94	6,20	1,73
Índice de Gini	0,55	0,59	0,55

Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2020).

Por fim, cabe ressaltar que a administração da cidade é dividida, atualmente, em regionais (como se fossem subprefeituras), com o intuito de facilitar o acesso da população aos serviços disponibilizados pelo município (Mapa 1).

**Mapa 1 – Divisão do Município de Curitiba por regionais**



Fonte: IPPUC (2020)

### 3.2.2 Estudo de caso: delineamento do método a ser utilizado na análise dos dados

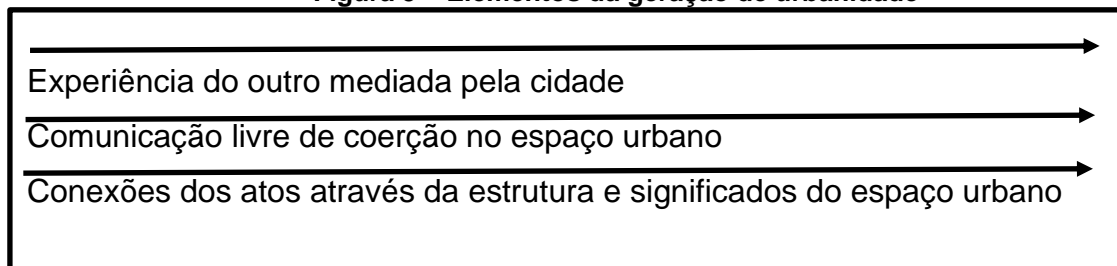
Esta dissertação propôs a análise dos equipamentos públicos municipais de Curitiba a partir da teoria de Netto (2012), sobre urbanidades, no que versa à dimensão ontológica, no campo espacial.

Cabe, neste ponto, ressaltar que a dimensão espacial determina, no planejamento urbano, a motivação do direito à cidade, devendo esse paradigma ser

representado em favor de outro que pense a cidade enquanto um centro de urbanidade e de equidade de oportunidades para as pessoas.

Para tanto, parte-se, primeiro, dos elementos que geram as urbanidades, quais sejam (Figura 5):

**Figura 5 – Elementos da geração de urbanidade**



Fonte: Netto, 2012, p. 254.

Segundo, com o levantamento dos equipamentos públicos, por meio do banco de dados utilizado (SEUC), categorizados pelas regionais administrativas, sendo que estes foram divididos entre esses três elementos, com base no que mais se identificam, considerando o seguinte (NETTO, 2012; ASHER, 2010; SUREL, 2008):

- a) Experiência do outro mediada pela cidade: Que o papel do espaço pode ser invisibilizado e fragmentado em razão dos meios de integração social existentes e como isto se reflete no tipo de equipamento analisado, ou seja, qual a sua importância, dada uma hierarquia de direitos fundamentais e sociais para convergir ao direito à cidade;
- b) Comunicação livre de coerção no espaço urbano: Como o equipamento produz um senso de inteligibilidade, isto é, como se compreende a disponibilização de um equipamento dessa natureza dentro do contexto social apresentado, considerando, assim como o anterior, qual direito acaba tendo que se tornar uma prioridade ante ao outro, e;
- c) Conexões dos atos através da estrutura e significados do espaço urbano: Como a estrutura faz um tipo de “cordas invisíveis”, que tem o condão de “manter a realidade social e material articulada em nossa experiência e convívio urbanos” (NETTO, 2012, p. 251).

É salutar ressaltar neste momento que:

A materialidade do espaço e redes urbanas em sua centralidade ainda não é amplamente reconhecida como meio de integração da realidade social e material. Na verdade, o próprio estado de realização desse papel do espaço da cidade como sistema que relaciona e conecta outros sistemas de integração social, na dinâmica cotidiana dos nossos atos e experiências, pode ser definidos como uma das faces da urbanidade (NETTO, 2012, p. 251).

Terceiro, com este desenho realizado e a separação dos equipamentos realizadas nos três elementos geradores de urbanidade, passou-se à análise de como estes contribuem para a integração social das urbanidades, distanciamento das urbanidades ou para uma exclusão amalgamada. Aqui foram abordadas, além destes três pontos, as teorias postas no referencial teórico.

A urbanidade da integração social é compreendida como aquela que visa o devir do urbano para uma urbanidade plena. Aqui, pretende-se alcançar os cinco conceitos filosóficos bases, conforme se apresenta no quadro que segue. Nesse ponto, a sociedade tem a facilidade de compreender e “prever” que um paradigma pode estar se esgotando/esgotado e excitar a mudança de uma política pública, sem a necessidade de uma maior revolução, que gere algum tipo de temor, insegurança ou falta de acesso a um direito.

Esse é o parâmetro de cidade que se espera construir com as políticas públicas voltadas para a urbanidade plena, adotando-se como parâmetro o quadro 6anteriormente apresentado.

No distanciamento das urbanidades é aquela que encontramos no presente. Aqui, como traduz Netto (2012), são as características presentes: experiência da alteridade, comunicação irrestrita, estrutura do mundo social como construção, expressão e experiência, reconhecendo o outro dentro do espaço, além de ter responsabilidade pelos atos de urbanização.

A exclusão ocorre quando a urbanidade se mostra amalgamada, ou seja, quando se tenta aproximar ou juntar coisas/pessoas de diferentes “classes” e estão separadas. Assim, há um grau de desintegração do urbano que gera essa tentativa infrutífera do aproximar.

Quarto e por fim, foi feita a análise e delineamento de como as regionais do município de Curitiba se apresentam dentro da classificação proposta, apresentaram-se sugestões e inferências de como o cenário pode ser modificado

para almejar um futuro com o devir urbano de maneira plena, dentro de todo o município.

Cada equipamento de cada regional, dentro das suas categorias, foi analisado com base na renda *per capita* e o quantitativo populacional. Ou seja, não é porque aquela regional tem mais equipamentos que é a melhor. Para tanto, usou-se como parâmetro os comparativos acima, o que fez com que a análise fosse feita para cada tipo de equipamento, considerando estes dois pontos para cada regional.

Assim, como não se chega em números absolutos, se propõe a divisão da classificação de integrada, distanciada e excluída da seguinte maneira:

**Tabela 2 – Categorização, em porcentagens, da análise realizada.**

<b>Classificação</b>	<b>Porcentagem da relação equipamento x renda per capita x população</b>
Totalmente Excluída	50% a 100%
Parcialmente Excluída	0% a 49%
Totalmente Distanciada	50% a 100%
Parcialmente Distanciada	0% a 49%
Totalmente Integrada	50% a 100%
Parcialmente Integrada	0% a 49%

Fonte: autoria própria (2020).

Ou seja, se após a análise realizada, a regional “x” ficou a partir de 50% como excluída, ela será enquadrada como totalmente excluída e assim sucessivamente. Utilizou-se como parâmetro para definição da tendência de qual categoria a regional estaria inserido aquela que a porcentagem ficou maior.

### 3.3 FASES DA PESQUISA

Este estudo, ante o exposto acima, compreendeu as seguintes fases (Quadro 8):

**Quadro 8 – Fases e procedimentos da pesquisa**

<b>Fases</b>	<b>Procedimentos</b>
1ª - Descrever o referencial teórico utilizado, com base nas teorias de Ascher, Lefebvre, Netto, Kuhn, Milton Santos e Surel	Bibliográfico
2ª - Coletar as informações para o estudo de caso, por meio do Sistema de Equipamentos Urbanos de Curitiba (SEUC)	Documental
3ª - Produzir os mapas/quadros com base nos dados levantados e separar os equipamentos dentro das categorizações delineadas na metodologia	Documental
4ª - Analisar os dados obtidos anteriormente, com base no método traçado	Documental, bibliográfico e estudo de caso

Fonte: autoria própria (2020).

### 3.3.1 Detalhamento da fase 1: o referencial teórico utilizado de base

No levantamento bibliográfico, realizado para o referencial teórico, foram apresentadas as principais obras que norteiam o tema desta pesquisa, com o intuito de embasar de maneira mais contundente este estudo. A abordagem foi feita com base:

- i) na teoria de planejamento urbano, como terceira revolução, e do direito à cidade proposta por Ascher;
- ii) no pensamento de Lefebvre, para o planejamento urbano e como as cidades se construíram ao passar dos anos, deixando tudo de maneira mais mecanicista;
- iii) na teoria de Thomas Kuhn, sobre a quebra/rompimento de paradigmas, após períodos de crise da sociedade, aplicando-se as políticas públicas, conforme trata Surel e;
- iv) na necessidade do pensar do devir urbano e das urbanidades (e suas dimensões), propostas por Netto;
- v) na proposta de Milton Santos para compreender a urbanização, o urbano e o espaço no Brasil.

### 3.3.2 Detalhamento da fase 2: os dados do cenário em que se insere o estudo de caso

Neste ponto, foram levantados, por meio do Sistema de Equipamentos Urbanos de Curitiba – SEUC, os dados que seriam analisados nesta dissertação.

Foram utilizados os seguintes filtros: filtro avançado > regional todas > bairro todos > tema todos > equipamentos todos > dependência administra público municipal.

Disto, extraíram-se 12 (doze) temas principais, dos 18 (dezoito)<sup>15</sup> disponibilizados pelo sistema do banco de dados, quais foram: saúde, abastecimento alimentar, assistência social, cultura, economia, educação, esporte, meio ambiente, segurança, trabalho, transporte e turismo. Todas se subdividem, da maneira que derivam os seguintes equipamentos, dentro dessas categorias:

---

<sup>15</sup> As categorias não contempladas neste trabalho referem-se a equipamentos que não são da categoria municipal. Ou seja, ou são estaduais, federais ou, ainda, da iniciativa privada.

- a) Abastecimento Alimentar (Cambio Verde, Armazéns da Família, Restaurantes Populares, Sacolões da Família, Mercados, Feiras)
- b) Assistência Social (Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Atividades para Idosos, Unidades de Acolhimento Institucional, Centro POP)
- c) Cultura (Bibliotecas, Faróis do Saber, Centros Culturais, Memoriais, Museus, Teatros)
- d) Economia (Espaços Expositivos de Negócios, Unidades de Empreendedorismo)
- e) Educação (Escolas, Centros de Educação Infantil)
- f) Esporte (Clubes, Academias ao Ar Livre, Centros de Esporte e Lazer)
- g) Meio Ambiente (Parques e Bosques)
- h) Saúde (Unidades Básicas de Saúde e outros que seja municipais)
- i) Segurança (Módulos da Guarda Municipal)
- j) Trabalho (Liceus de Ofícios, Postos de Atendimento SINE, Agência do Trabalhador)
- k) Transporte (Aeroportos, Terminais de Ônibus, Estações Tubo)
- l) Turismo (Postos de Informações e outros) (CURITIBA, 2020).

### 3.3.3 Detalhamento da fase 3: tabulação dos dados obtidos

Nesta terceira fase, com base nos dados obtidos, foram tabulados os dados, nas formas de gráficos, mapas e quadros, apresentados no tópico “4. Resultados”.

Os mapas foram elaborados a partir da geolocalização disponibilizada pelo levantamento realizado pelo SEUC, utilizando o software QGIS.

Além disto, com base na Figura 5, foram categorizados os equipamentos dentro dos elementos que geram a urbanidade, que resultou no que segue (Quadro 9):

**Quadro 9 – Categorização dos equipamentos públicos analisados**

(continua)

<b>Experiência do outro mediada pela cidade</b>	<b>Comunicação livre de coerção no espaço urbano</b>	<b>Conexões dos atos através da estrutura e significados do espaço urbano</b>
Cultura (Bibliotecas, Faróis do Saber, Centros Culturais, Memoriais, Museus, Teatros)	Assistência Social (Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Atividades para Idosos, Unidades de Acolhimento Institucional, Centro POP)	Abastecimento Alimentar (Cambio Verde, Armazéns da Família, Restaurantes Populares, Sacolões da Família, Mercados, Feiras)
Economia (Espaços Expositivos de Negócios, Unidades de Empreendedorismo)	Educação (Escolas, Centros de Educação Infantil)	Meio Ambiente (Parques e Bosques)



**Quadro 9 – Categorização dos equipamentos públicos analisados**

(conclusão)

Esporte (Clubes, Academias ao Ar Livre, Centros de Esporte e Lazer)	Saúde (Unidades Básicas de Saúde e outros que seja municipais)	Transporte (Terminais de Ônibus, Estações Tubo)
	Segurança (Módulos da Guarda Municipal)	Trabalho (Liceus de Ofícios, Postos de Atendimento SINE, Agência do Trabalhador)
		Turismo (Postos de Informações e outros)

Fonte: elaborado pela autora, com base em Curitiba, 2020.

**3.3.4 Detalhamento da fase 4: análise dos dados obtidos**

Por fim, com base nos dados obtidos da maneira anteriormente traçada, foi feita a análise, nos termos delineados para este estudo de caso e posteriores considerações/sugestões.

**3.4 LIMITES DO ESTUDO**

Durante a realização da pesquisa e levantamento de dados, houve dificuldade de acesso às informações. Explica-se. O SEUC não é de simples localização dentro do site da prefeitura e sequer tem algum indicativo quando da página da Lei de Acesso à Informação – LAI.

A LAI, por sua vez, foi uma primeira tentativa para obtenção, totalmente frustrada. Isto porque as respostas não eram satisfativas à necessidade da pesquisa.

Dos dados obtidos pelo SEUC, há que se ressaltar que dentro de cada um dos tipos de equipamentos, eles são “alimentados” por secretarias diferentes, não seguindo um padrão cronológico e nem sobre a qualidade das informações que são prestadas.

Por fim, até 2016 a prefeitura realizava levantamento, por meio do IPPUC, em cadernos organizados sobre as regionais de Curitiba, trazendo projeções de dados atualizados. A partir de 2017, não foram localizadas mais produções.

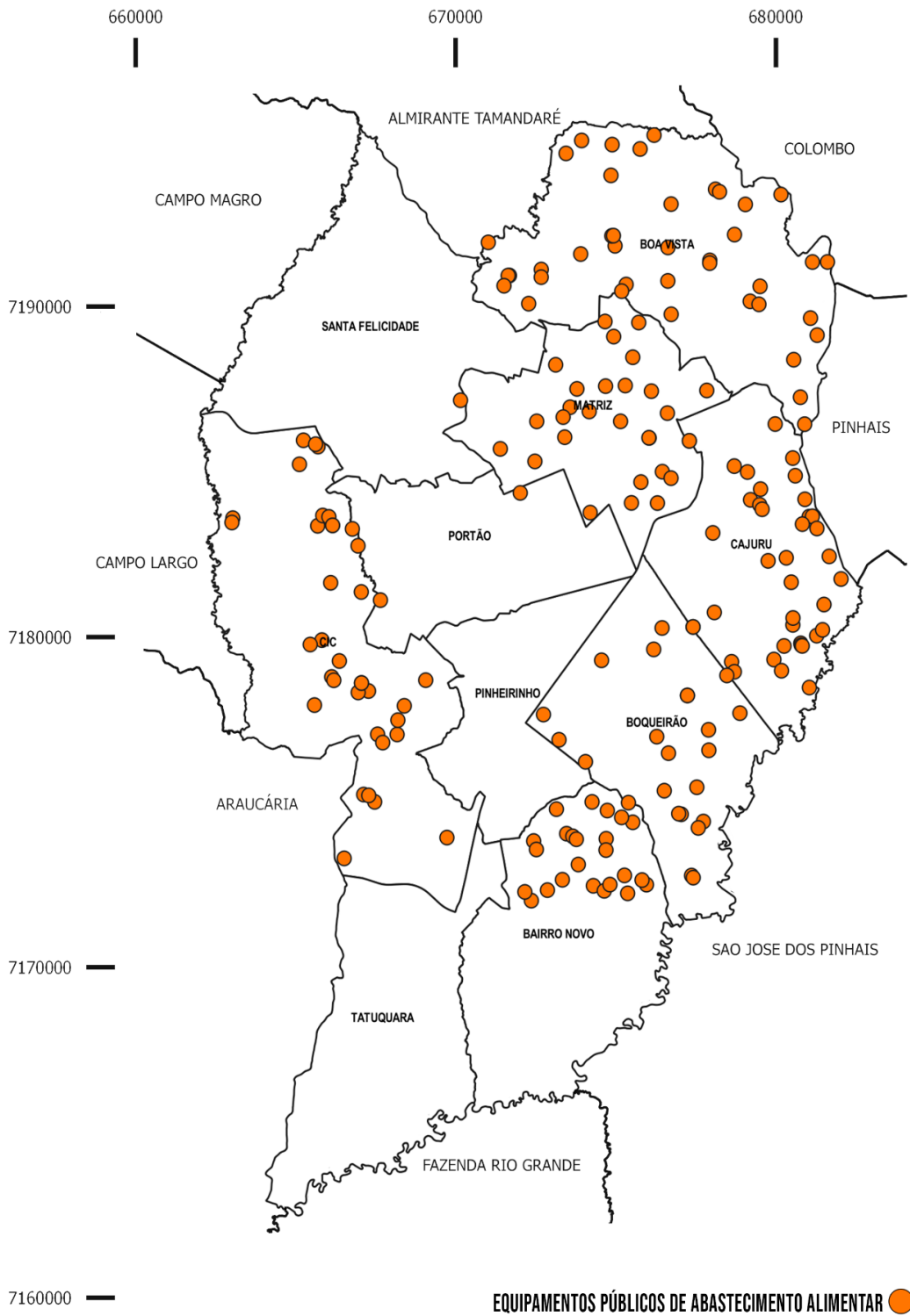
## 4. RESULTADOS

Este capítulo traz os resultados obtidos pelo levantamento dos dados. Divide-se em: mapas, quadros, gráficos e a análise da integração, distanciamento ou exclusão das regionais.

### 4.1 MAPAS

Com base na metodologia anteriormente delineada, foram elaborados trezes mapas do município de Curitiba, sendo que doze referem-se à distribuição nos territórios dos equipamentos públicos elencados e um com a junção de todos estes.

**Mapa 2 – Equipamentos públicos de abastecimento alimentar**



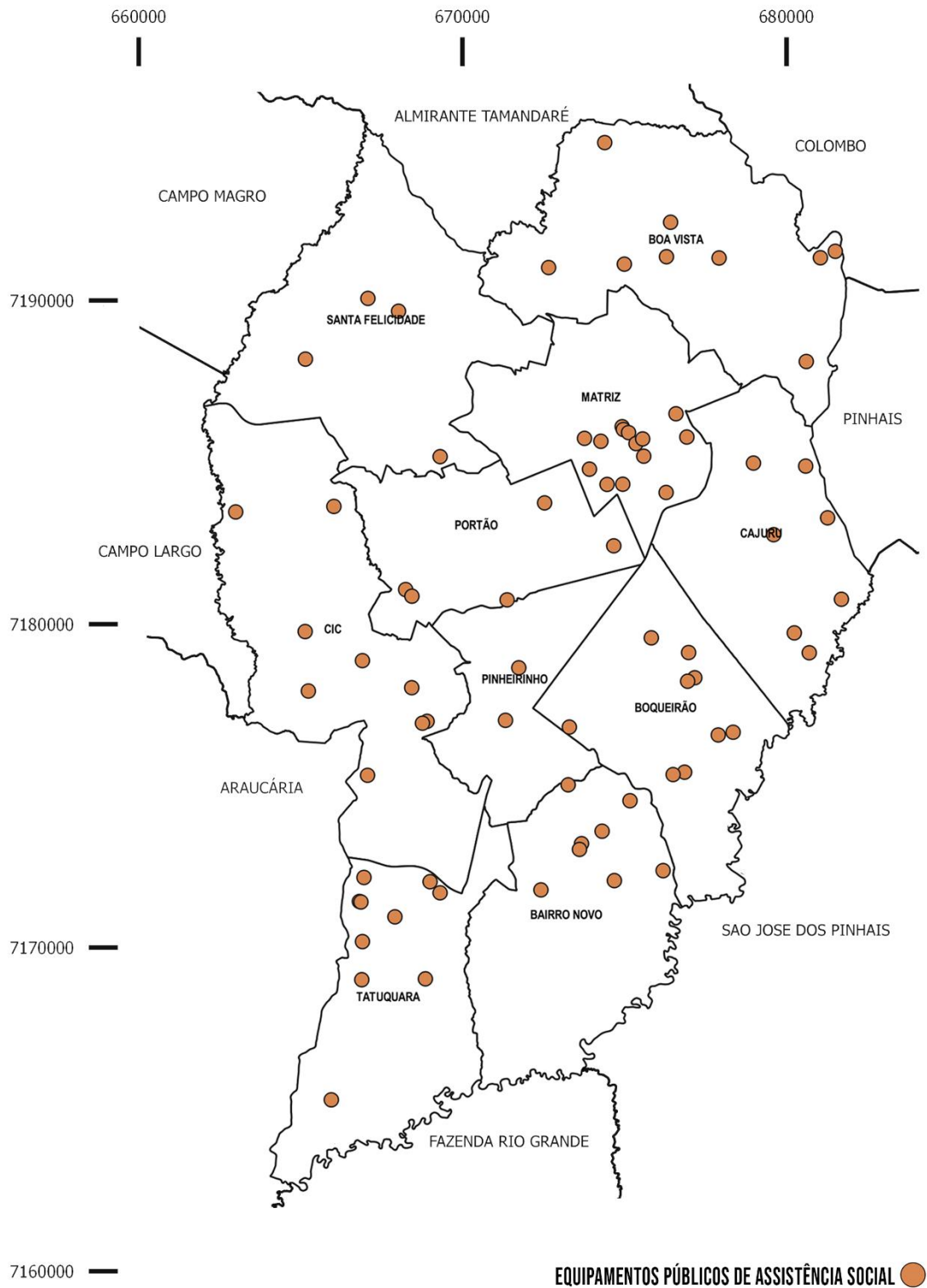
**EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR** 0 2.5 5 7.5 10 km

SISTEMA DE PROJEÇÃO CARTOGRÁFICA UTM - DATUM SIRGAS 2000 - ZONA 22 S

FONTE: SEUC (2020)


Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados obtidos pelo SEUC (2020).

**Mapa 3 – Equipamentos públicos de assistência social**



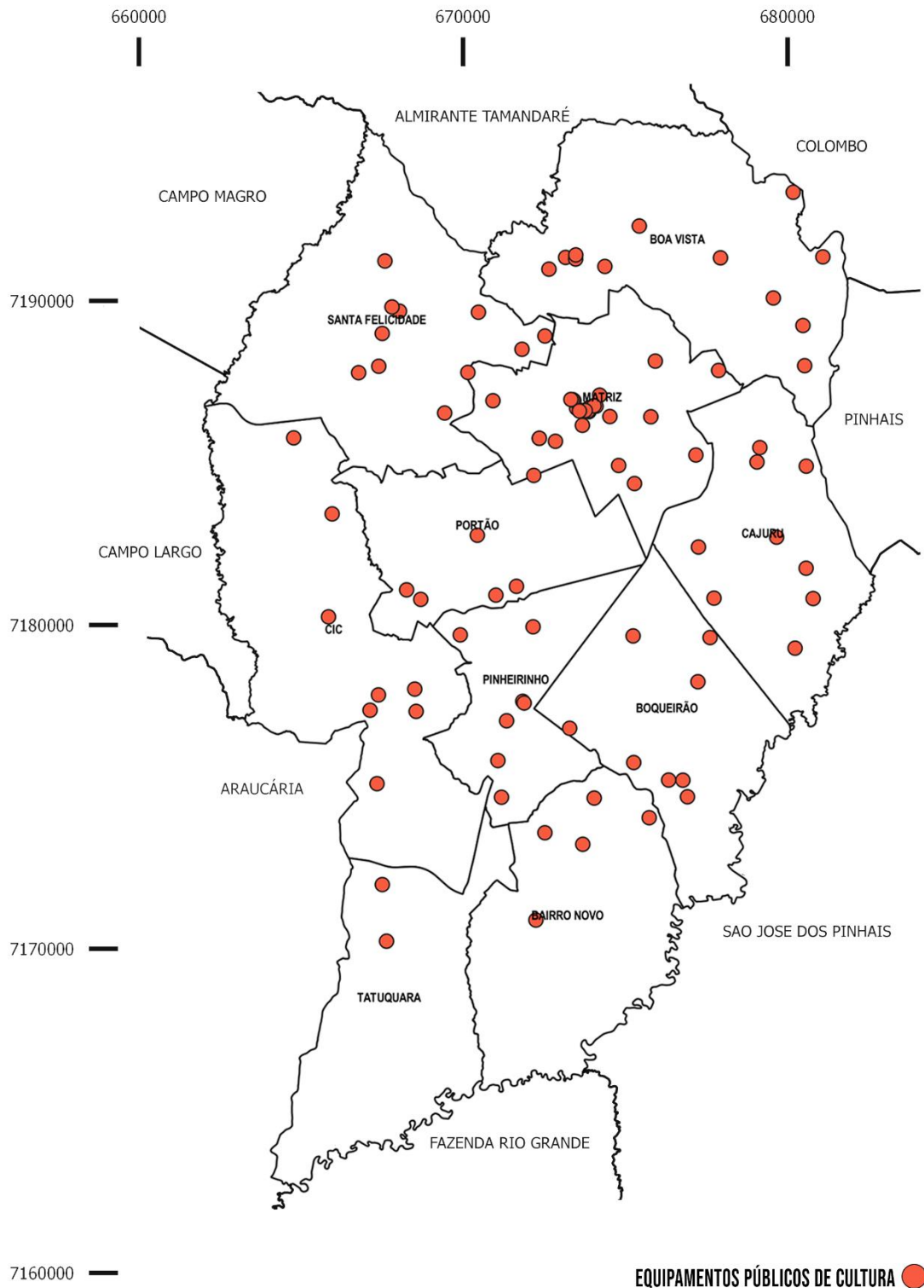
**EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
SISTEMA DE PROJEÇÃO CARTOGRÁFICA UTM - DATUM SIRGAS 2000 - ZONA 22 S  
FONTE: SEUC (2020)

0 2.5 5 7.5 10 km



Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados obtidos pelo SEUC (2020)

Mapa 4 – Equipamentos públicos de cultura



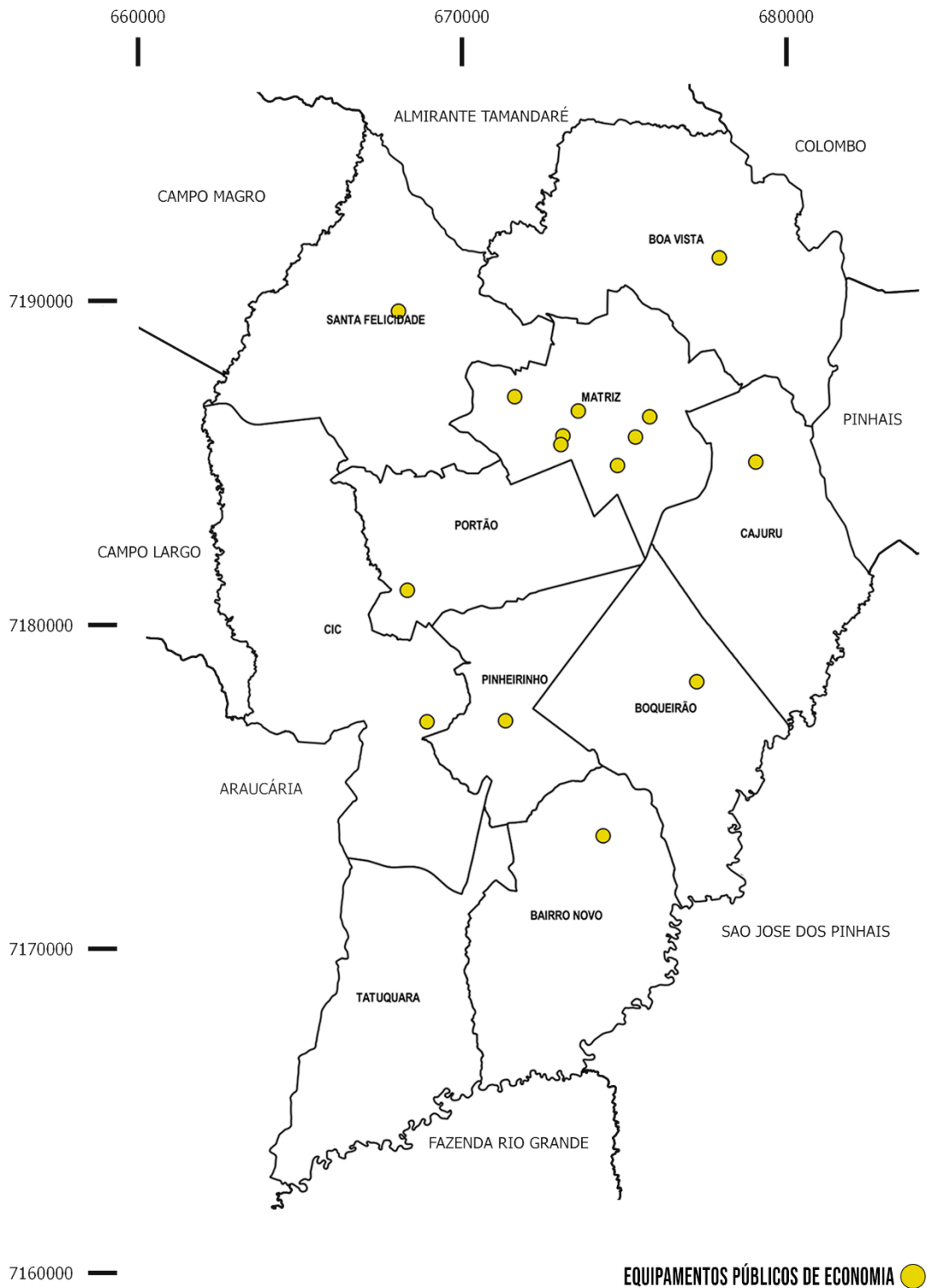
**EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE CULTURA**  
SISTEMA DE PROJEÇÃO CARTOGRÁFICA UTM - DATUM SIRGAS 2000 - ZONA 22 S  
FONTE: SEUC (2020)

0 2.5 5 7.5 10 km

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE CULTURA ●

Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados obtidos pelo SEUC (2020).

Mapa 5 – Equipamentos públicos de economia

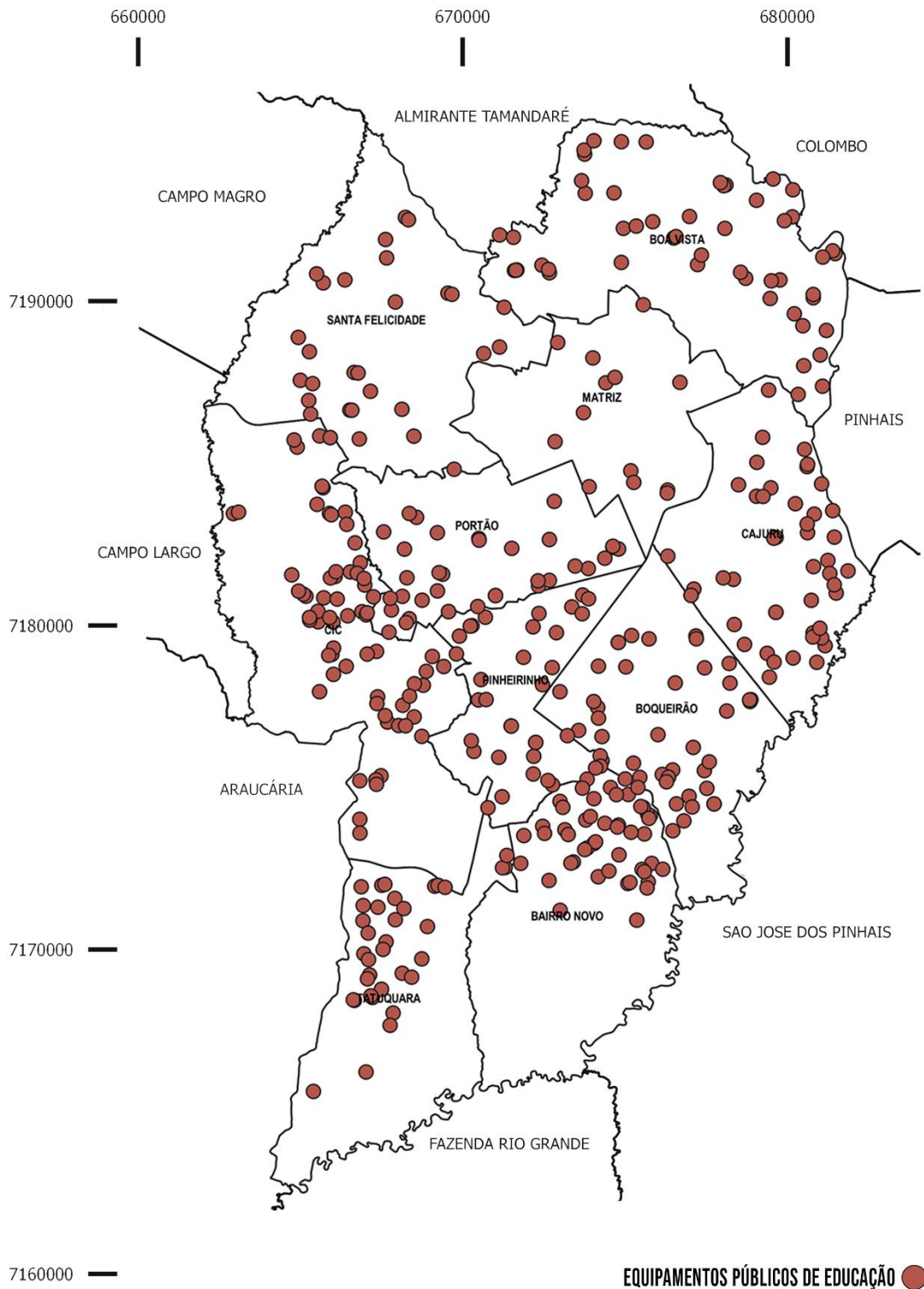


**EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE ECONOMIA**  
SISTEMA DE PROJEÇÃO CARTOGRÁFICA UTM - DATUM SIRGAS 2000 - ZONA 22 S  
FONTE: SEUC (2020)

0 2.5 5 7.5 10 km

Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados obtidos pelo SEUC (2020).

Mapa 6 – Equipamentos públicos de educação

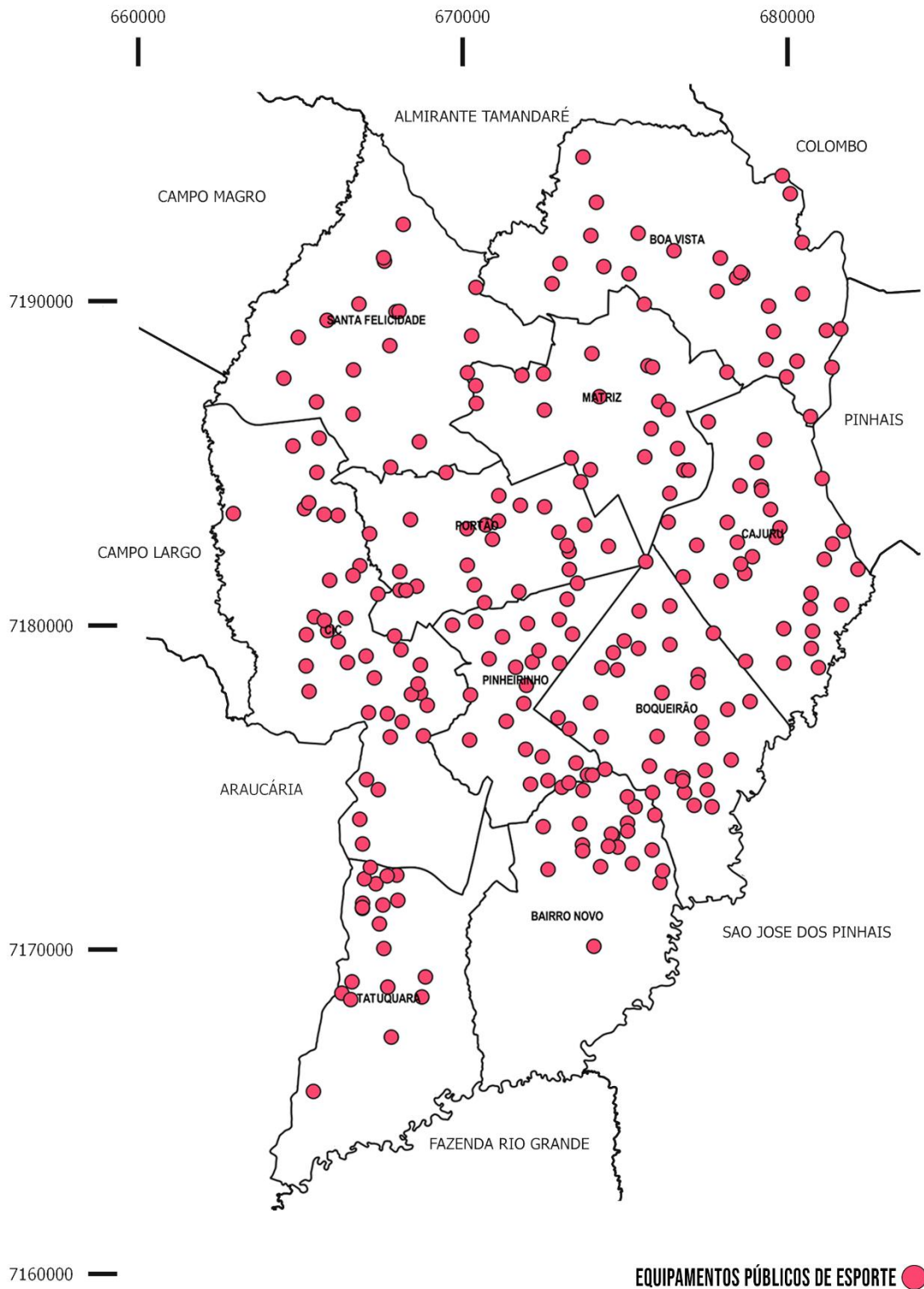


**EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE EDUCAÇÃO**  
SISTEMA DE PROJEÇÃO CARTOGRÁFICA UTM - DATUM SIRGAS 2000 - ZONA 22 S  
FONTE: SEUC (2020)

0 2.5 5 7.5 10 km

Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados obtidos pelo SEUC (2020)

Mapa 7 – Equipamentos públicos de esporte



**EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE ESPORTE**  
SISTEMA DE PROJEÇÃO CARTOGRÁFICA UTM - DATUM SIRGAS 2000 - ZONA 22 S  
FONTE: SEUC (2020)

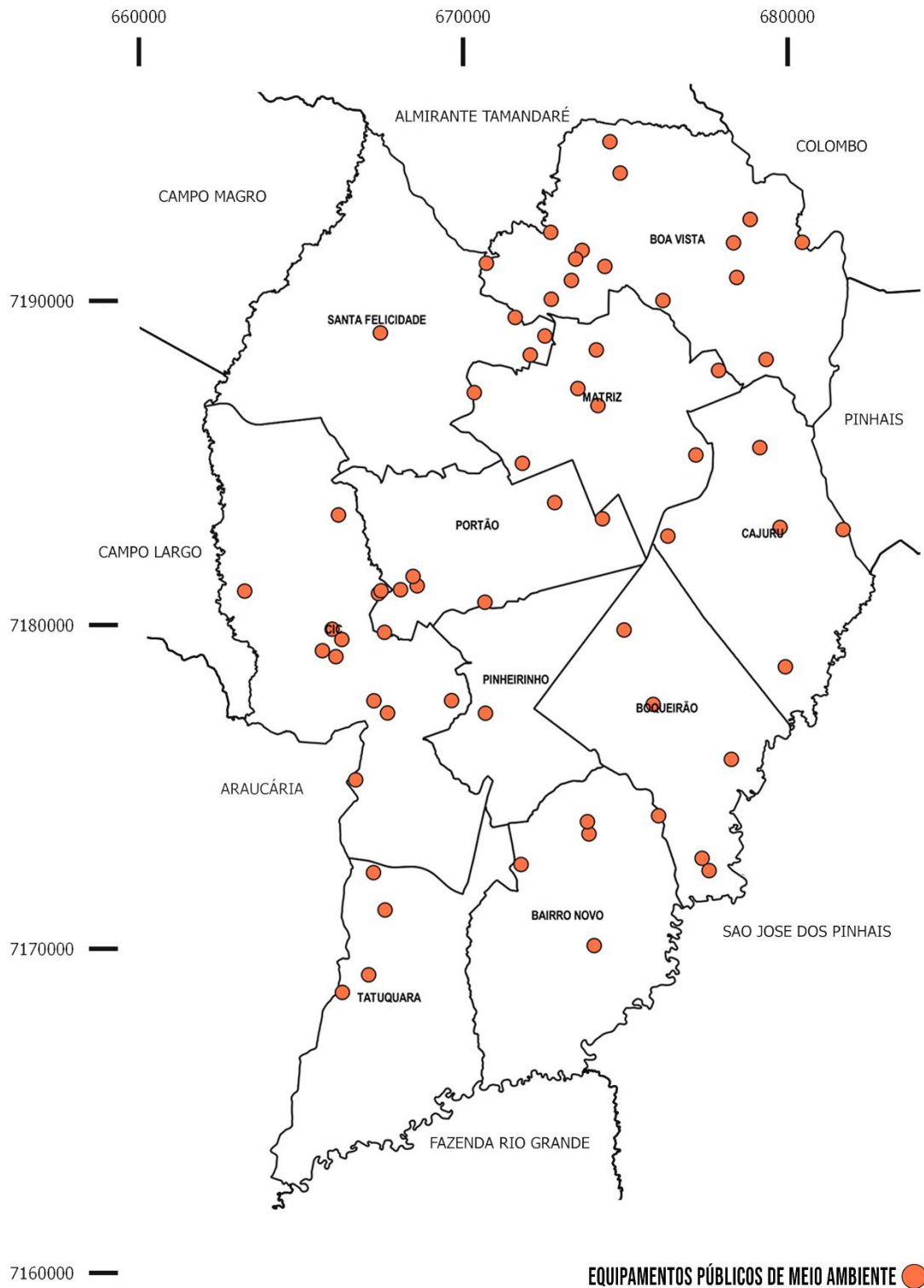
0 2.5 5 7.5 10 km

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE ESPORTE ●

Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados obtidos pelo SEUC (2020)



Mapa 8 – Equipamentos públicos de meio ambiente

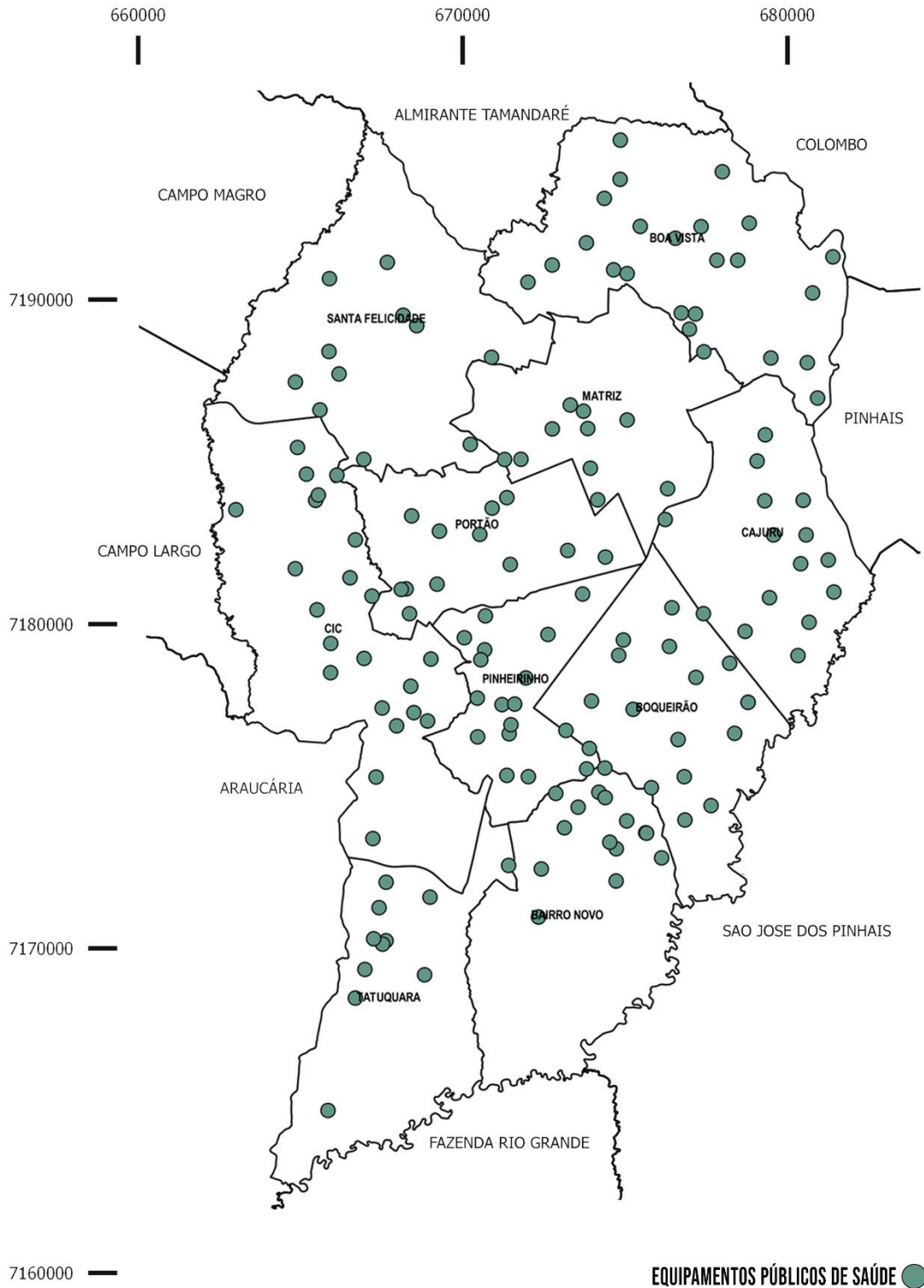


**EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE MEIO AMBIENTE**  
SISTEMA DE PROJEÇÃO CARTOGRÁFICA UTM - DATUM SIRGAS 2000 - ZONA 22 S  
FONTE: SEUC (2020)

0 2.5 5 7.5 10 km

Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados obtidos pelo SEUC (2020)

Mapa 9 – Equipamentos públicos de saúde



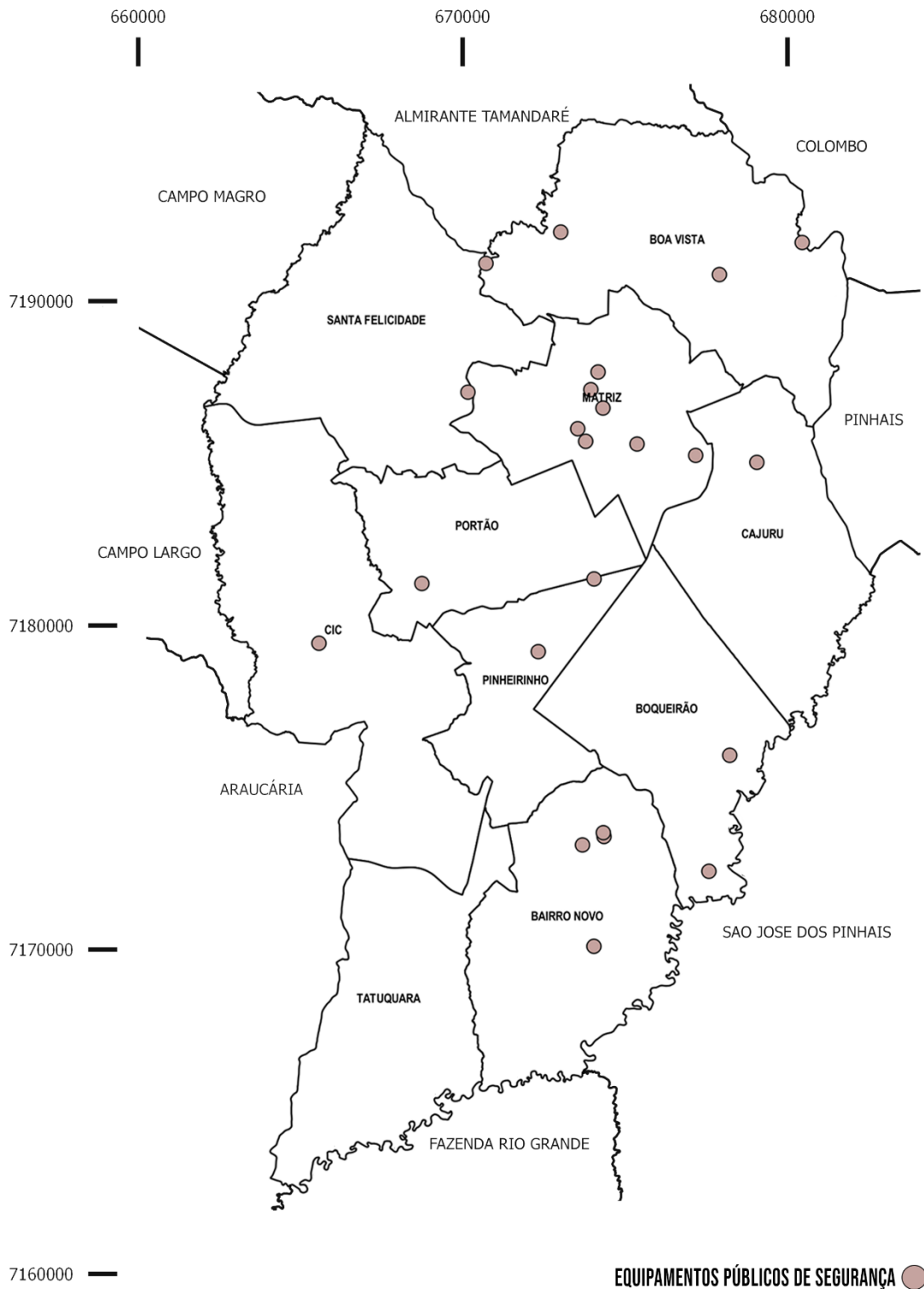
**EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
SISTEMA DE PROJEÇÃO CARTOGRÁFICA UTM - DATUM SIRGAS 2000 - ZONA 22 S  
FONTE: SEUC (2020)

0 2.5 5 7.5 10 km

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SAÚDE ●

Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados obtidos pelo SEUC (2020)

Mapa 10 – Equipamentos públicos de segurança

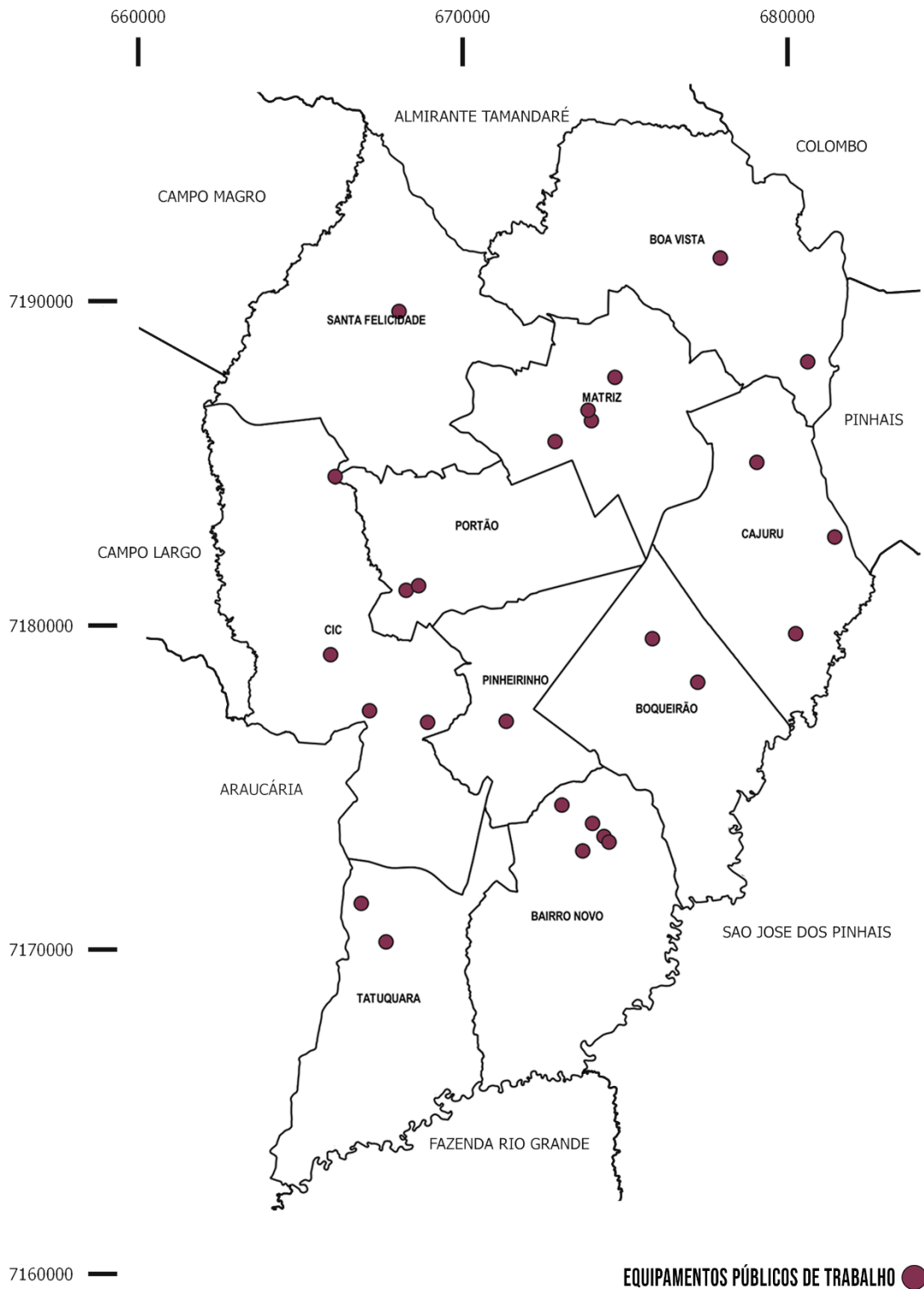


**EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SEGURANÇA**  
SISTEMA DE PROJEÇÃO CARTOGRÁFICA UTM - DATUM SIRGAS 2000 - ZONA 22 S  
FONTE: SEUC (2020)

0 2.5 5 7.5 10 km

Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados obtidos pelo SEUC (2020)

Mapa 11 – Equipamentos públicos de trabalho

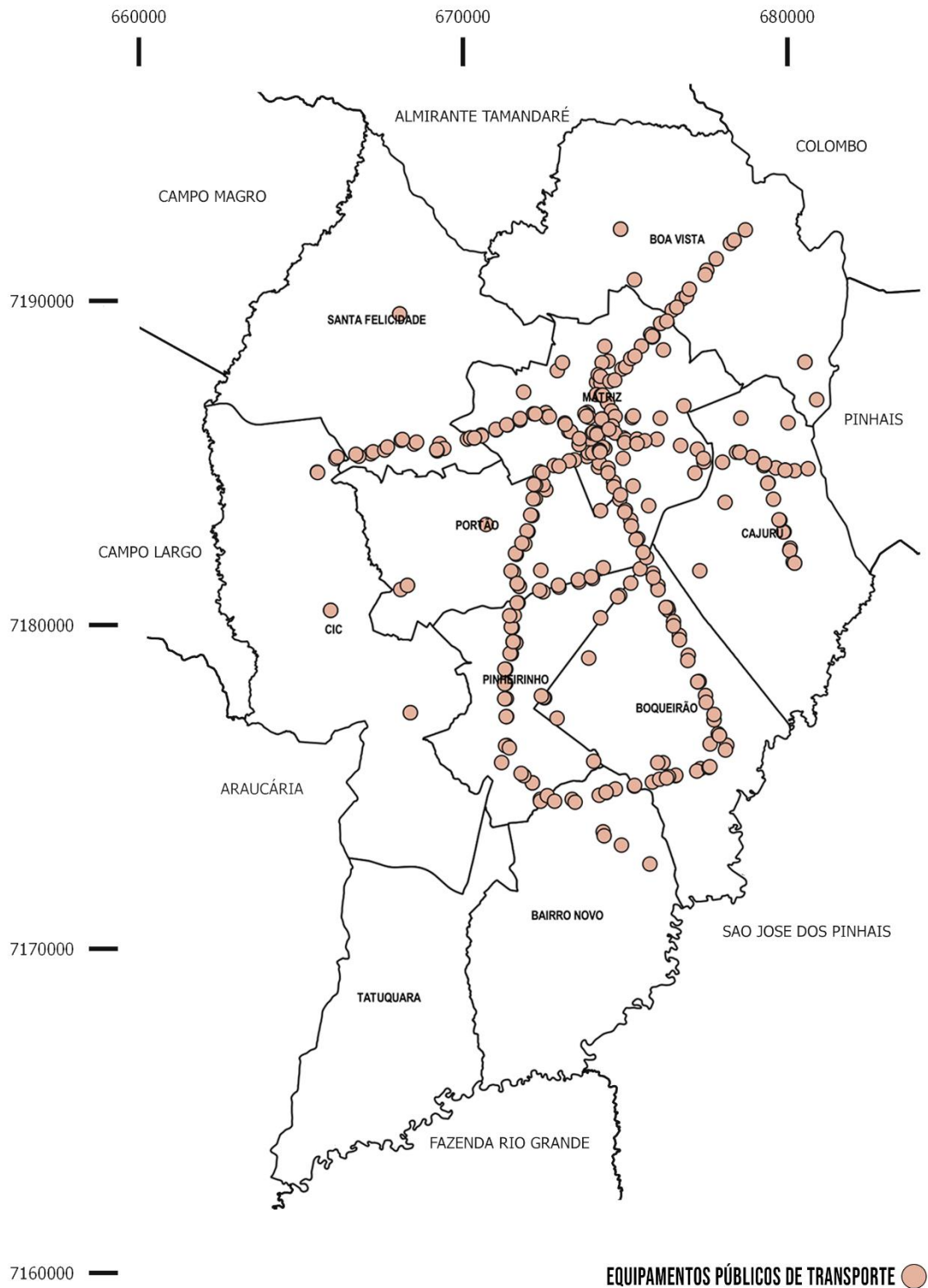


**EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE TRABALHO**  
SISTEMA DE PROJEÇÃO CARTOGRÁFICA UTM - DATUM SIRGAS 2000 - ZONA 22 S  
FONTE: SEUC (2020)

0 2.5 5 7.5 10 km

Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados obtidos pelo SEUC (2020)

Mapa 12 – Equipamentos públicos de transporte



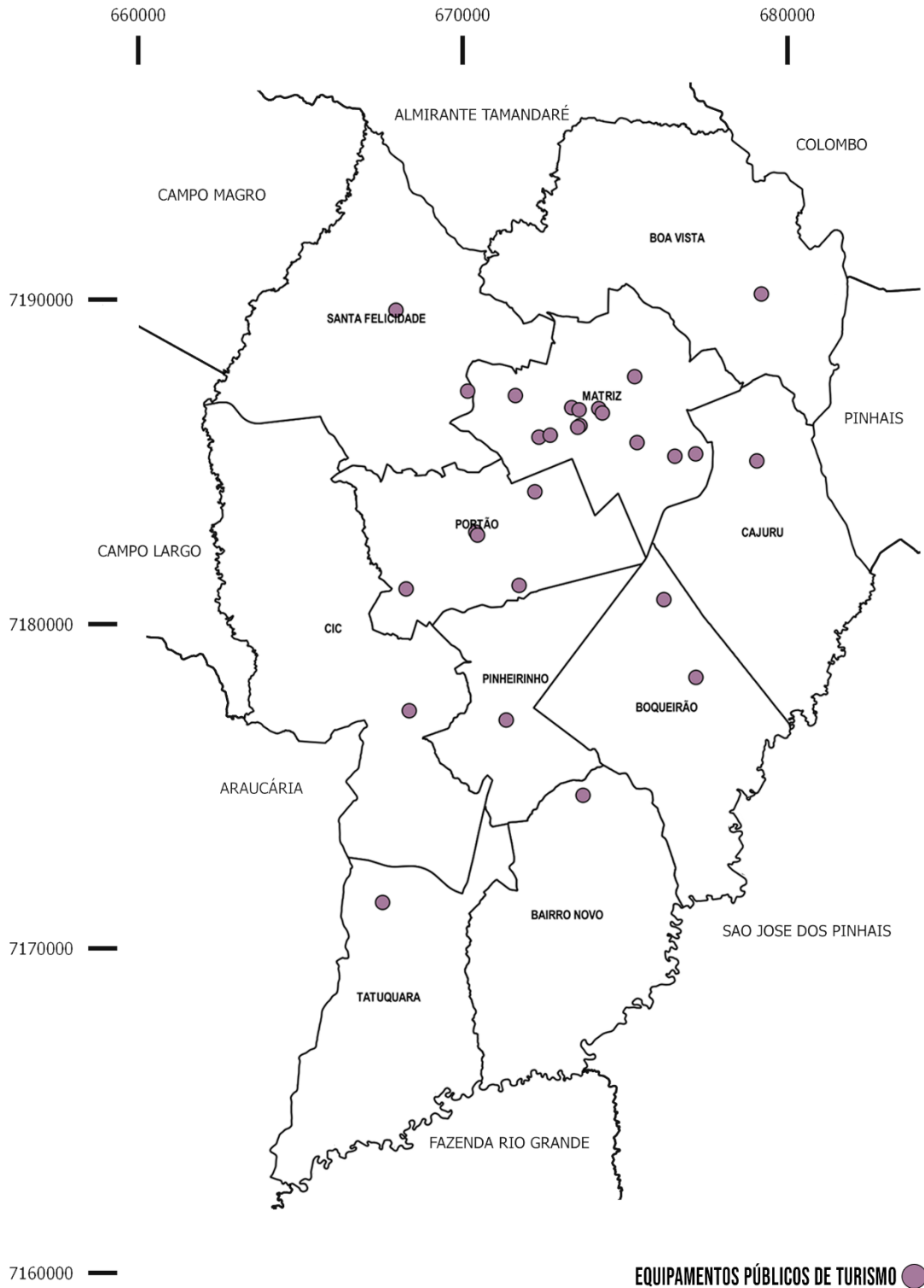
**EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE TRANSPORTE**  
SISTEMA DE PROJEÇÃO CARTOGRÁFICA UTM - DATUM SIRGAS 2000 - ZONA 22 S  
FONTE: SEUC (2020)

0 2.5 5 7.5 10 km



Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados obtidos pelo SEUC (2020)

Mapa 13 – Equipamentos públicos de turismo



**EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE TURISMO**  
SISTEMA DE PROJEÇÃO CARTOGRÁFICA UTM - DATUM SIRGAS 2000 - ZONA 22 S  
FONTE: SEUC (2020)

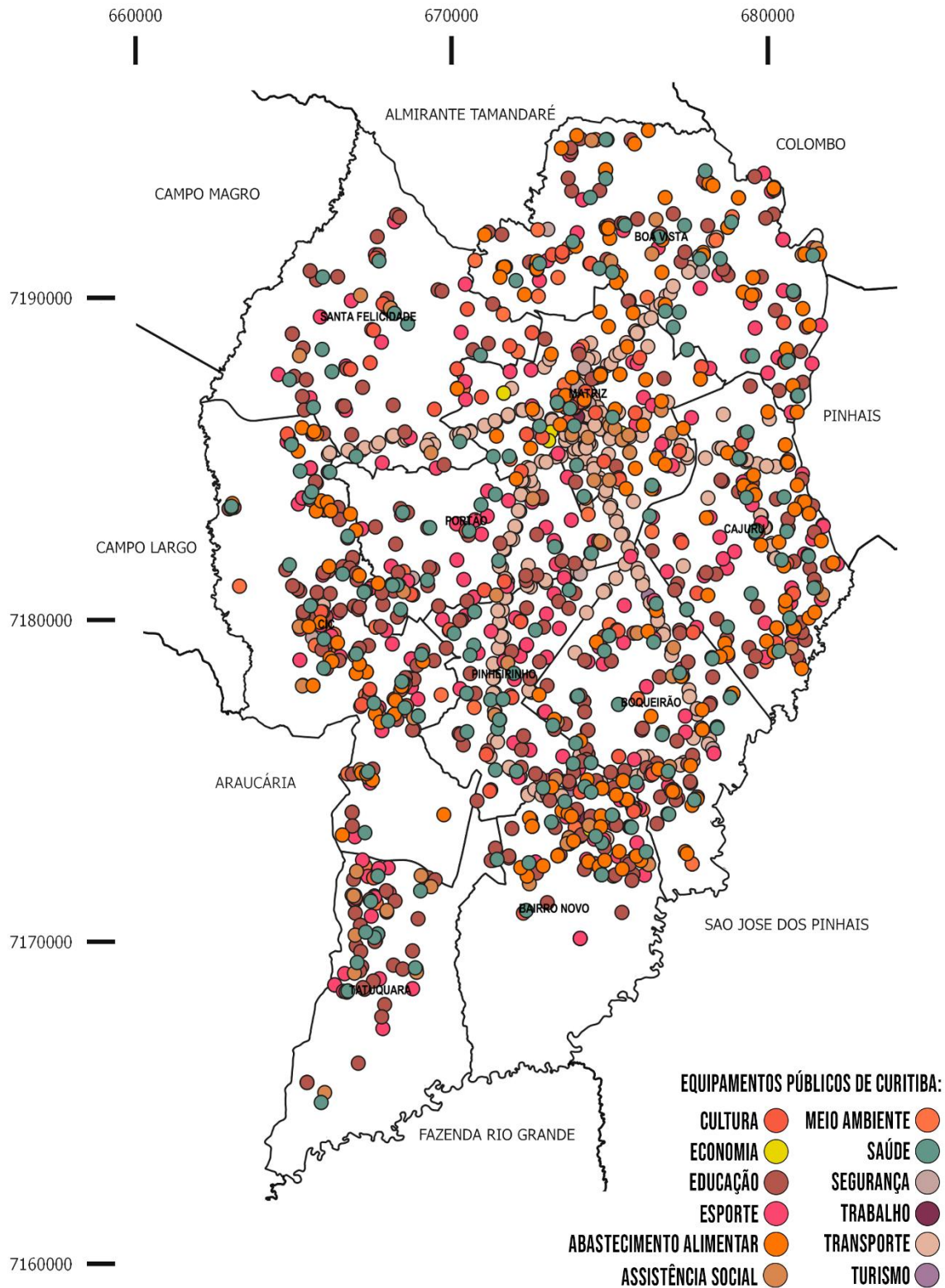
0 2.5 5 7.5 10 km

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE TURISMO ●

Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados obtidos pelo SEUC (2020)




Mapa 14 – Equipamentos públicos de Curitiba



**EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE CURITIBA**  
 SISTEMA DE PROJEÇÃO CARTOGRÁFICA UTM - DATUM SIRGAS 2000 - ZONA 22 S  
 FONTE: SEUC (2020)

0 2.5 5 7.5 10 km



Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados obtidos pelo SEUC (2020)

## 4.2 QUADROS E TABELAS

Ainda, foram elaborados quadros com base nos dados levantados, no intuito de uma melhor visualização, além da geográfica anteriormente posta.

Os três primeiros, dentro dos elementos que compõe a urbanidade, são para classificar, com base em dados de renda per capita e quantitativo populacional, como aquela regional está dentro da cidade.

**Tabela 3 - Experiência do outro mediada pela cidade – comparativo com a renda per capita e o quantum populacional**

Regional	Ranking – Renda per capita	Ranking – Quantitativo Populacional	Cultura	Economia	Esporte
Matriz	1	3	50	8	20
Portão	2	6	12	2	29
Sta. Felicidade	3	7	12	1	20
Boa Vista	4	1	16	2	31
Cajuru	5	2	10	1	35
Pinheirinho	6	9	7	2	24
Boqueirão	7	4	8	2	35
CIC	8	5	8	1	41
Bairro Novo	9	8	5	1	25
Tatuquara	10	10	2	0	20
<b>Total Geral</b>	<b>55</b>	<b>55</b>	<b>130</b>	<b>20</b>	<b>280</b>

Fonte: elaborado pela autora, com base em IBGE – Censo Demográfico 2010 / IPPUC – Banco de Dados/ Monitoração/IPPUC – população estimada 2016 / SEUC (2020).

**Tabela 4 - Comunicação livre de coerção no espaço urbano – comparativo com a renda per capita e o quantum populacional**

Regional	Ranking- Renda per capita	Ranking - Quantitativo Populacional	Assistência social	Educação	Segurança	Saúde
Matriz	1	3	19	14	6	12
Portão	2	6	5	35	1	13
Sta. Felicidade	3	7	6	27	2	11
Boa Vista	4	1	9	52	4	23
Cajuru	5	2	7	47	1	16
Pinheirinho	6	9	4	36	2	17
Boqueirão	7	4	9	45	2	18
CIC	8	5	9	74	2	21
Bairro Novo	9	8	9	49	4	15
Tatuquara	10	10	10	38	0	11
<b>Total Geral</b>	<b>55</b>	<b>55</b>	<b>87</b>	<b>417</b>	<b>24</b>	<b>157</b>

Fonte: elaborado pela autora, com base em IBGE – Censo Demográfico 2010 / IPPUC – Banco de Dados/ Monitoração/IPPUC – população estimada 2016 / SEUC (2020).



**Tabela 5 - Conexões de atos através da estrutura e significado do espaço urbano – comparativo com a renda per capita e o quantum populacional**

Regionais	Ranking – Renda per capita	Ranking – Quantitativo Populacional	Abastecimento alimentar	Meio Ambiente	Transporte	Turismo	Trabalho
Matriz	1	3	44	7	129	20	6
Portão	2	6	34	7	39	5	3
Sta. Felicidade	3	7	24	6	23	1	2
Boa Vista	4	1	39	14	19	1	3
Cajuru	5	2	39	5	32	1	4
Pinheirinho	6	9	22	1	40	1	2
Boqueirão	7	4	24	5	49	2	3
CIC	8	5	38	12	10	1	4
Bairro Novo	9	8	28	5	15	1	5
Tatuquara	10	10	27	4	0	1	2
<b>Total Geral</b>	<b>55</b>	<b>55</b>	<b>319</b>	<b>66</b>	<b>356</b>	<b>34</b>	<b>34</b>

Fonte: elaborado pela autora, com base em IBGE – Censo Demográfico 2010 / IPPUC – Banco de Dados/ Monitoração/IPPUC – população estimada 2016 / SEUC (2020).

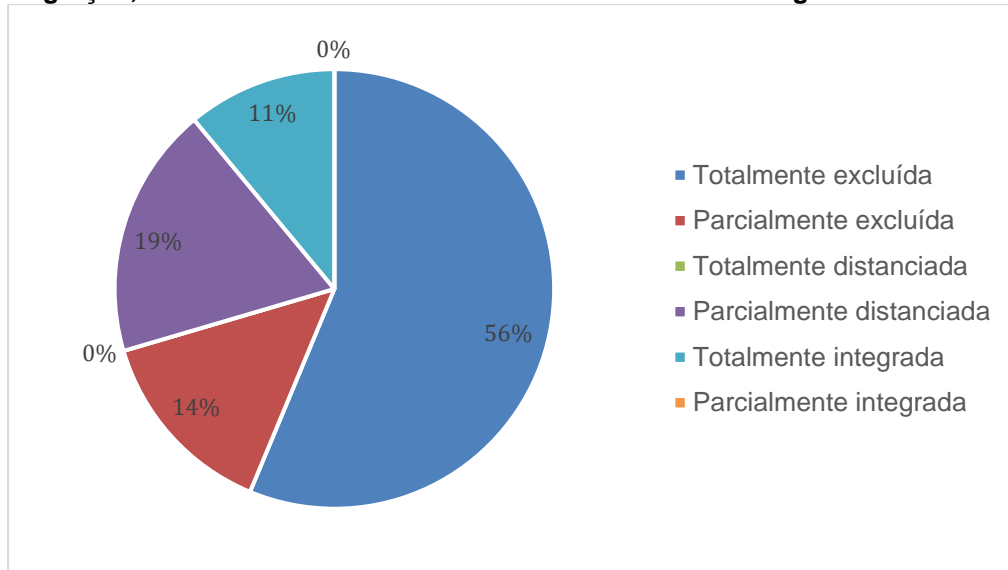
Também foram elaborados o Quadro 11 e os Gráficos 02 e 03, sobre as tendências de urbanidade apresentada pelas regionais:

**Quadro 10 – Tendências sobre a integração, distanciamento ou exclusão de urbanidades das regionais de Curitiba, com base na quantidade e localização dos equipamentos, comparada com os elementos metodológicos utilizados.**

Regional	Integração	Distanciamento	Exclusão	Tendência apresentada
Bairro Novo	17%	25%	58%	Totalmente excluída
Boa Vista	33%	25%	42%	Parcialmente excluída
Boqueirão	17%	25%	58%	Totalmente excluída
Cajuru	8%	33%	58%	Totalmente excluída
CIC	8%	33%	58%	Totalmente excluída
Matriz	83%	17%	0%	Totalmente integrada
Pinheirinho	0%	42%	58%	Totalmente excluída
Portão	33%	50%	17%	Parcialmente distanciada
Sta Felicidade	25%	50%	25%	Parcialmente distanciada
Tatuquara	8%	17%	75%	Totalmente excluída

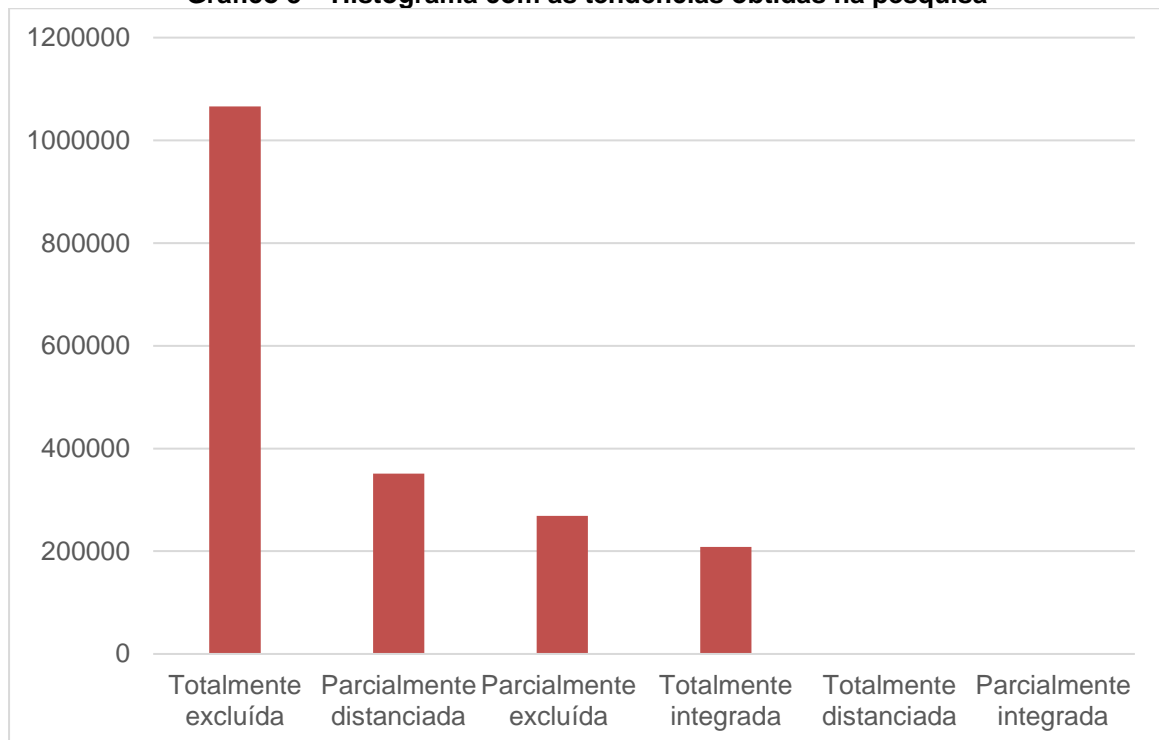
Fonte: elaborado pela autora (2020).

**Gráfico 2 – População, em porcentagem, dentro de cada uma das tendências sobre a integração, distanciamento ou exclusão de urbanidades das regionais de Curitiba**



Fonte: elaborado pela autora (2020)

**Gráfico 3 – Histograma com as tendências obtidas na pesquisa**



Fonte: elaborado pela autora (2020)

### 4.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir do objetivo geral deste estudo, que é analisar como, no município de Curitiba, os elementos espaciais interferem para a efetivação do direito à cidade e

da conseqüente dimensão ontológica de urbanidades que o caracterizam, primeiramente, buscou-se compreender como cada um dos equipamentos analisados encaixava-se, a partir da classificação feita anteriormente, com a integração social (devir das urbanidades), com o distanciamento (urbanidades presentes) e com a exclusão social (urbanidades amalgamadas), considerando, para tanto, a renda per capita e o *quantum* populacional de cada regional.

#### 4.3.1 Experiência do outro mediada pela cidade

Neste ponto, como aludido anteriormente, analisa-se o papel do espaço, que pode ser invisibilizado e fragmentado em razão dos meios de integração social existentes e como isto se reflete no tipo de equipamento analisado, ou seja, qual a sua importância, dada uma hierarquia de direitos fundamentais e sociais para convergir ao direito à cidade.

Esta categoria compreende os equipamentos de cultura, economia e esporte. Assim, passa-se ao exame dos resultados obtidos na pesquisa, dentro dessa categorização.

##### 4.3.1.1 Dos equipamentos de cultura

Ao que diz respeito à cultura, a regional Matriz aparece com um total de 50 equipamentos públicos municipais disponíveis para todos. É a única com um amplo e maior acesso a estes serviços. Cabe ressaltar que é a terceira em quantitativo populacional e a primeira em renda per capita dentro de Curitiba.

A regional Boa Vista tem à disposição um total de 16 equipamentos, sendo a quarta na renda per capita e a primeira em população.

As regionais do Portão e de Santa Felicidade têm 12. De modo que a primeira é a segunda na renda per capita e a sexta em moradores e a segunda é a terceira em renda per capita e a sétima em habitantes.

A regional do Cajuru tem 10 equipamentos desta categoria, sendo que é a quinta em renda per capita e segunda em número de municípios.

As regionais do Boqueirão (sétima em renda e quarta em população) e do CIC (oitava em renda e quinta em população) têm oito tipos de equipamentos para a população.

A regional do Bairro Novo tem cinco, ressaltando que é a nona em renda per capita e oitava em quantum populacional.

Já a regional do Tatuquara, que é a última no que diz respeito a renda e população, tem somente dois equipamentos.

Assim, pode-se dizer que, para os equipamentos de cultura:

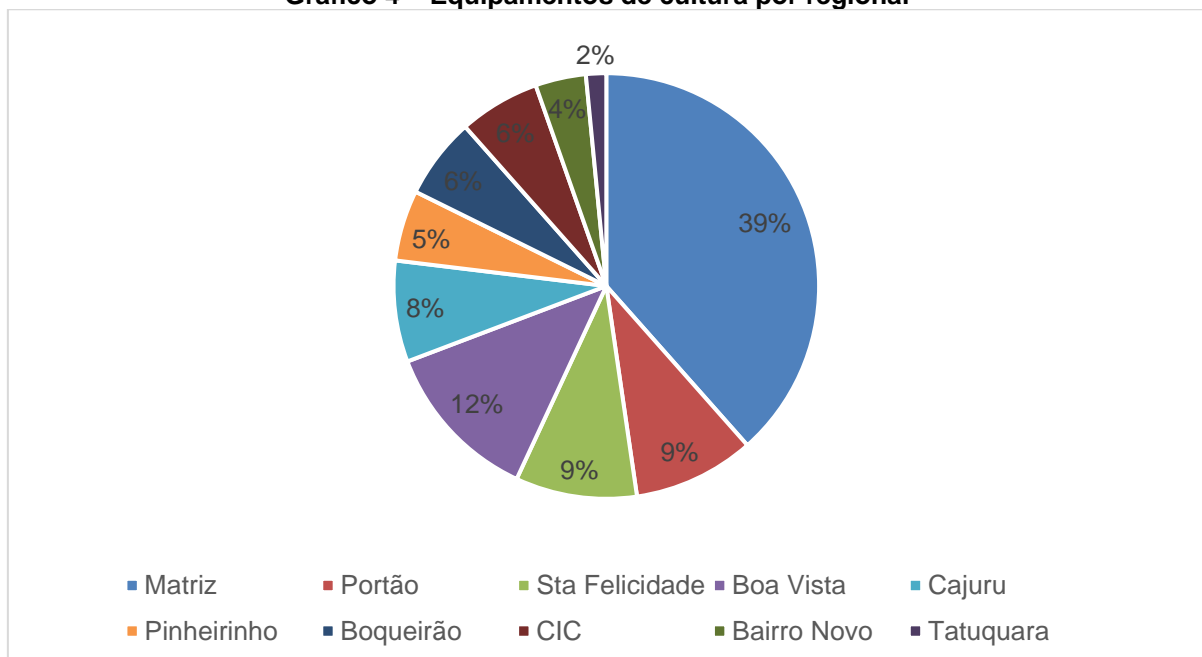
- A regional Matriz é a única que apresenta as características da urbanização social

- As regionais do Portão, Santa Felicidade, Boa Vista e Cajuru apresentam as do distanciamento e;

- As regionais do Bairro Novo, CIC, Pinheirinho, Boqueirão e do Tatuquara se demonstram excluídas neste ponto.

Neste sentido, pode-se apresentar os dados da seguinte maneira, para melhor compreensão (Gráfico 4):

**Gráfico 4 – Equipamentos de cultura por regional**



Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados do SEUC (2020).

#### 4.3.1.2 Dos equipamentos de Economia

A regional Matriz (primeira em renda e terceira em habitantes) aparece com o maior número, de oito equipamentos.

As regionais do Portão (segunda em renda e sexta em população), Boa Vista (quarta em renda e primeira em população), Pinheirinho (sexta em renda e nona em população) e Boqueirão (sétima em renda e quarta em população) têm, cada uma delas, dois equipamentos.

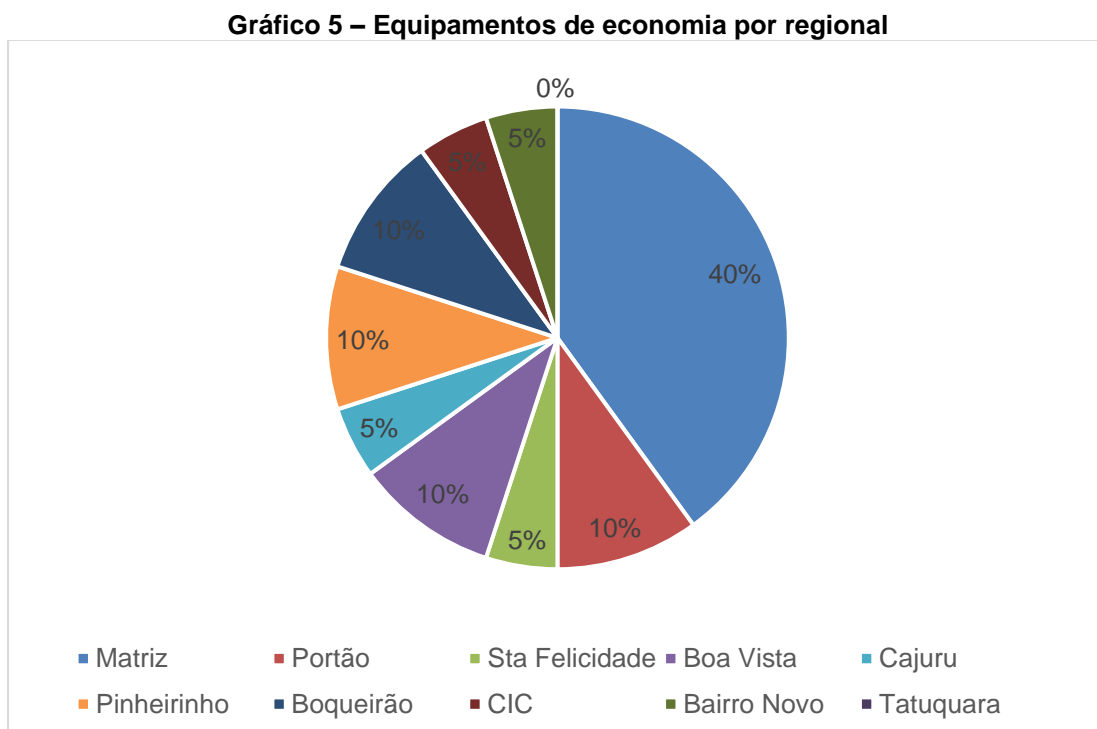
As regionais de Santa Felicidade (terceira em renda e sétima em população), Cajuru (quinta em renda e segunda em população), CIC (oitava em renda e quinta em população) e Bairro Novo (nona em renda e oitava em população) têm, cada, um equipamento.

Por sua vez, a regional do Tatuquara, que é a última em renda e população, não dispõe de nenhum.

Disto, depreende-se que:

- A regional Matriz está integrada socialmente;
- As regionais do Portão, Santa Felicidade (considerando a renda), Boa Vista, Pinheirinho e Boqueirão têm um distanciamento social e;
- As regionais do Cajuru, CIC, Bairro Novo e Tatuquara estão excluídas.

Assim, compreende-se o que se apresenta no gráfico que segue (Gráfico 5):



Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados do SEUC (2020).

#### 4.3.1.3 Dos equipamentos de Esporte

A Matriz (primeira em renda e terceira em população) tem 20 equipamentos, assim como as regionais de Santa Felicidade (terceira em renda e sétima em população) e do Tatuquara (décima em renda e em população).

Na regional do Portão (segunda em renda e sexta em população) existem 29 equipamentos.

Na regional do Boa Vista (quarta em renda e primeira em população) são 31.

Na regional do Cajuru (quinta em renda e segunda em população) são 35, igualmente a do Boqueirão (sétima em renda e quarta em população).

A do Pinheirinho (sexta em renda e nona em população) tem 24 equipamentos.

Na regional do CIC (oitava em renda e quinta em população) estão à disposição 41.

A do Bairro Novo (nona em renda e oitava em municípios) tem 25 equipamentos.

Com isto, se infere que:

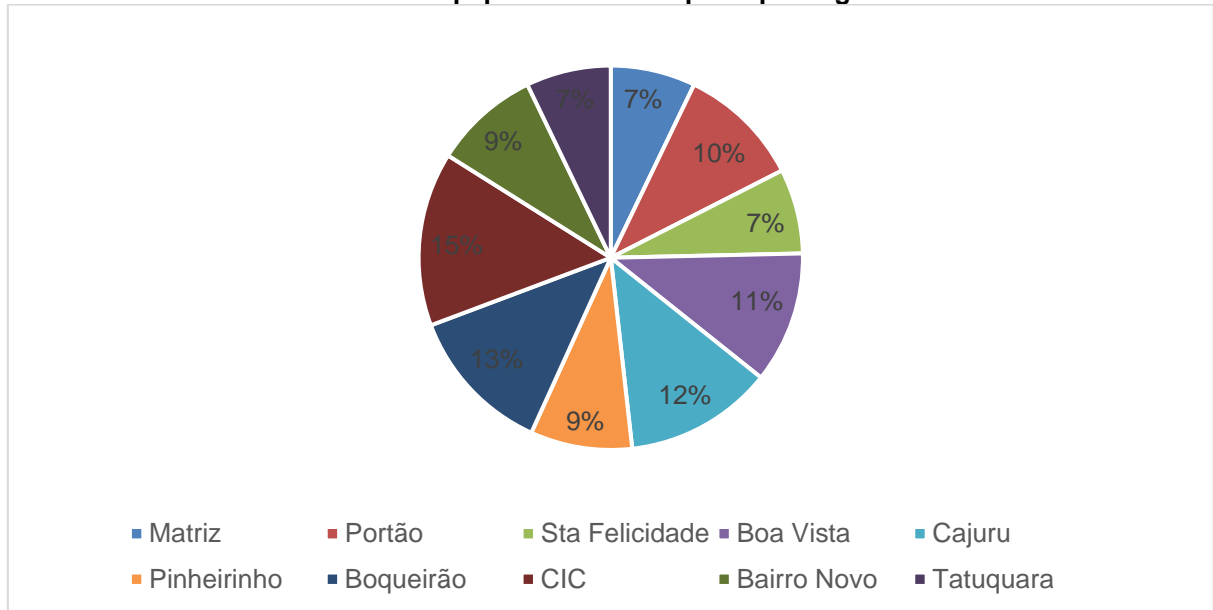
- As regionais da Matriz, Portão, Santa Felicidade, Boa Vista e Boqueirão têm integração social;

- As regionais do Cajuru, Pinheirinho e CIC têm distanciamento e;

- As regionais do Bairro Novo e do Tatuquara estão excluídas

Portanto, tem-se a seguinte apresentação dos dados (Gráfico 6):

Gráfico 6 – Equipamentos de esporte por regional



Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados do SEUC (2020).

#### 4.3.2 Comunicação livre de coerção no espaço urbano

Comunicação livre de coerção no espaço urbano é como o equipamento produz um senso de inteligibilidade, isto é, como se compreende a disponibilização de um equipamento dessa natureza dentro do contexto social apresentado, considerando, assim como o anterior, qual direito acaba tendo que se tornar uma prioridade perante os direitos das outras categorias.

Ou seja, sopesando os direitos fundamentais para que se leve à urbanidade, neste se compreendem aqueles imprescindíveis, que são a assistência social, educação, segurança e saúde.

##### 4.3.2.1 Assistência Social

A regional da Matriz (primeira de renda e terceira em população) conta com o maior número de equipamentos da cidade, que são 19.

A regional do Portão (segunda em renda e sexta em população) tem à disposição cinco equipamentos.

A regional de Santa Felicidade (terceira em renda e sétima em população) tem seis.

As regionais do Boa Vista (quarta em renda e primeira em população), Boqueirão (sétima em renda e quarta em população), CIC (oitava em renda e quinta

em população) e Bairro Novo (nona em renda e oitava em população), têm, cada uma, nove equipamentos.

A regional do Cajuru (quinta em renda e segunda em população) tem somente sete.

A regional do Pinheirinho (sexta em renda e nona em população) tem apenas quatro.

A regional do Tatuquara (décima em população e renda) tem 10 equipamentos.

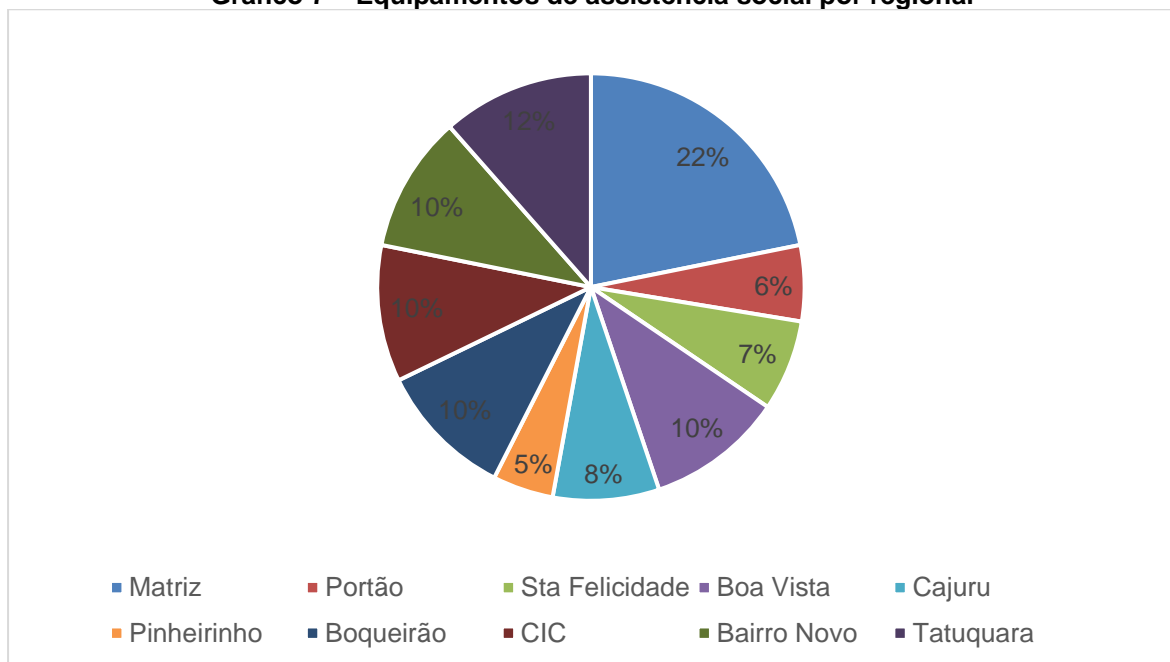
Neste cenário, compreende-se que:

- As regionais da Matriz, Bairro Novo e Tatuquara estão em integração social;
- As regionais do Portão, Santa Felicidade e Boqueirão têm certo distanciamento e;

- As regionais do Boa Vista, Cajuru, Pinheirinho e CIC têm exclusão social.

Os resultados acima transcritos, resultam no gráfico que segue (Gráfico 7):

**Gráfico 7 – Equipamentos de assistência social por regional**



Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados do SEUC (2020).

#### 4.3.2.2 Educação

A regional da Matriz (primeira em renda e terceira em população) tem 14 equipamentos de educação.



A regional do Portão (segunda em renda e sexta em população) conta com 35 equipamentos.

A regional de Santa Felicidade (terceira em renda e sétima em população) tem 27.

A regional do Boa Vista (quarta em renda e primeira em população) tem 52 equipamentos.

A regional do Cajuru (quinta em renda e segunda em população) tem 47.

Na regional do Pinheirinho (sexta em renda e nona em população) existem 36 equipamentos.

Na Regional do Boqueirão (sétima em renda e quarta em população) são 45 equipamentos.

A regional do CIC (oitava em renda e quinta em quantum populacional) tem 74

A regional do Bairro Novo (nona em renda e oitava em população) tem 49.

E a regional do Tatuquara (decima em renda e número de munícipes) tem 38 equipamentos desta categoria.

Portanto, depreende-se que:

- As regionais do Boa Vista, do Cajuru e da CIC estão em integração social;
- As regionais da Matriz, Portão, Santa Felicidade, Pinheirinho, Bairro Novo e Tatuquara estão em distanciamento e;
- A regional do Boqueirão está em exclusão.

Assim, a partir desses resultados, elabora-se o gráfico que segue (Gráfico 8):

**Gráfico 8 – Equipamentos de educação por regional**

Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados do SEUC (2020).

#### 4.3.2.3 Segurança

A regional da Matriz (primeira em renda e terceira em população) conta com seis equipamentos.

As regionais do Portão (segunda em renda e sexta em população) e do Cajuru (quinta em renda e segunda em população) têm um equipamento disponível cada.

As regionais de Santa Felicidade (terceira em renda e sétima em munícipes), Pinheirinho (sexto em renda e nono em habitantes), Boqueirão (sétima em renda e quarto em população) e CIC (oitavo em renda e quinto em população) possuem, cada, dois equipamentos.

As regionais do Boa Vista (primeira em população e quarta em renda) e Bairro Novo (nono em renda e oitavo em quantum populacional) têm quatro cada.

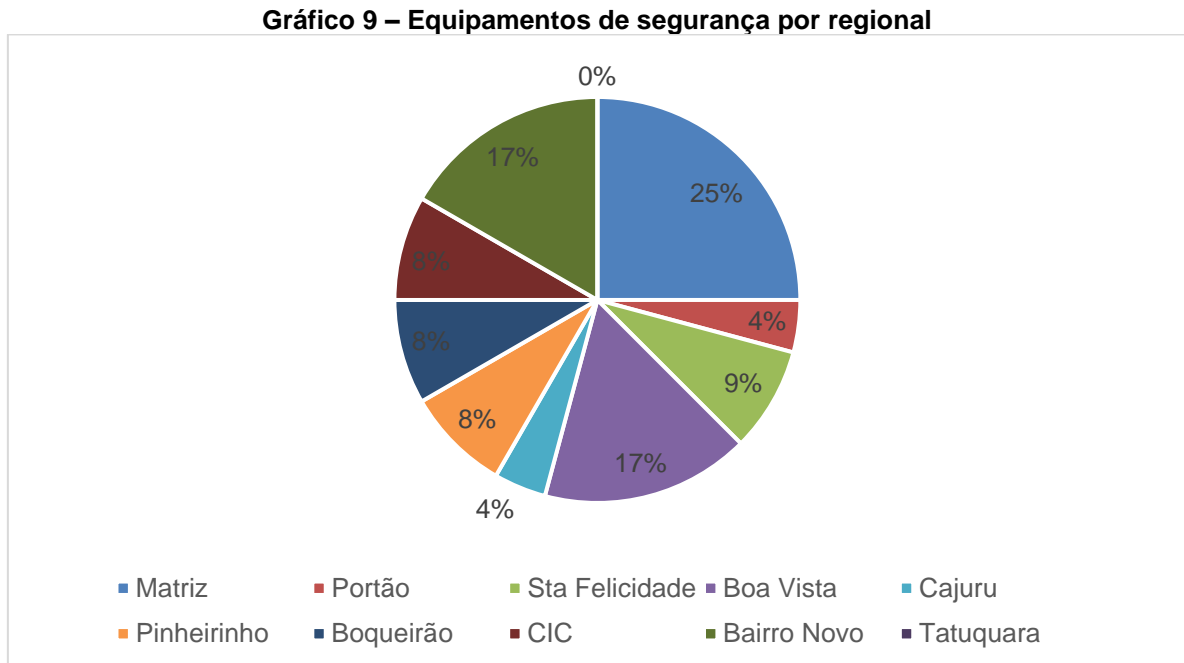
E a regional do Tatuquara (decima em renda e habitantes) não tem nenhuma.

Desta maneira, se concebe que:

- A regional da Matriz, neste quesito, é a única com integração social.
- As regionais do Boa Vista e do Bairro Novo estão em situação de distanciamento e;

- As regionais do Portão, Santa Felicidade, Cajuru, Pinheirinho, Boqueirão, CIC e Tatuquara estão em exclusão.

O resultado é mostrado no Gráfico 9:



#### 4.3.2.4 Saúde

A regional da Matriz (primeira em renda e terceira em população) tem 12 equipamentos.

A regional do Portão (segunda em renda e sexta em população) conta com 13 equipamentos.

A regional de Santa Felicidade (terceira em renda e sétima em população) tem 11.

A regional do Boa Vista (quarta em renda e primeira em população) tem 23 equipamentos.

A regional do Cajuru (quinta em renda e segunda em população) tem 16

Na regional do Pinheirinho (sexta em renda e nona em população) existem 17 equipamentos.

Na Regional do Boqueirão (sétima em renda e quarta em população) são 18 equipamentos.

A regional do CIC (oitava em renda e quinta em quantum populacional) tem 21.

A regional do Bairro Novo (nona em renda e oitava em população) tem 15.

E a regional do Tatuquara (décima em renda e número de munícipes) tem 11 equipamentos desta categoria.

Assim sendo:

- As regionais da Matriz, Boa Vista e do Portão estão em integração social;

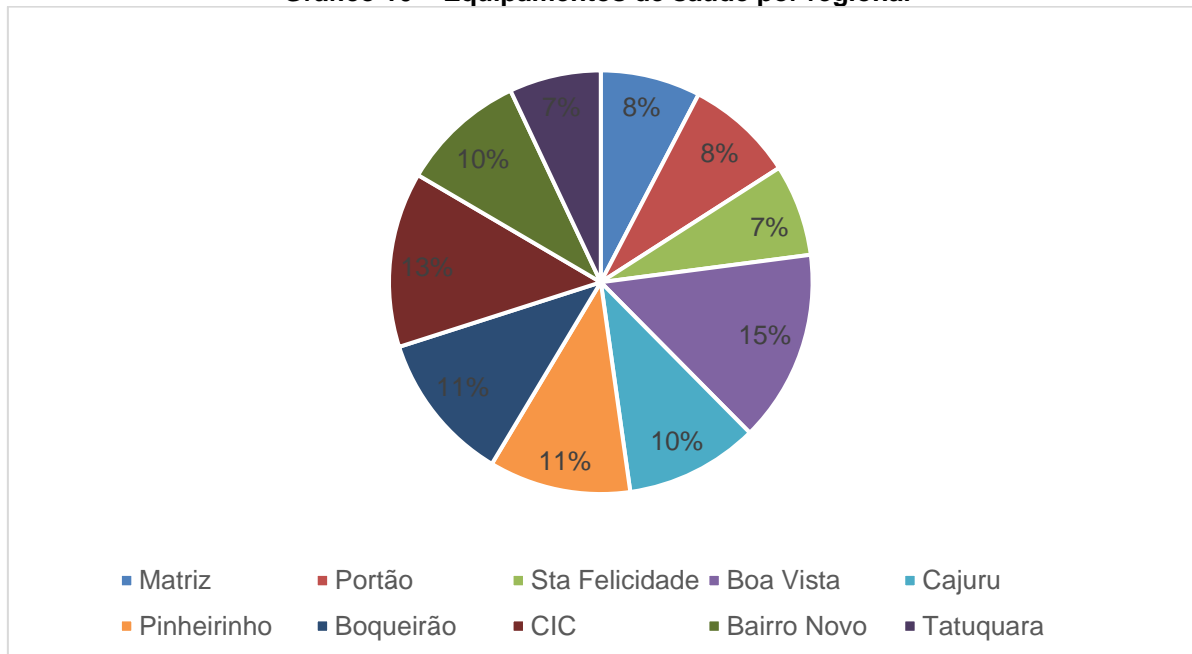
- As regionais de Santa Felicidade, Cajuru, Pinheirinho, Bairro Novo e

Tatuquara estão em distanciamento e;

- As regionais do Boqueirão e do CIC estão em exclusão.

Neste sentido, elaborou-se o gráfico que segue (Gráfico 10):

**Gráfico 10 – Equipamentos de saúde por regional**



Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados do SEUC (2020).

#### 4.3.3 Conexões de atos através da estrutura e significado do espaço urbano

As conexões de atos através da estrutura e significado do espaço urbano, que é a última categorização, compreende como a estrutura faz um tipo de “cordas invisíveis”, que tem o condão de “manter a realidade social e material articulada em nossa experiência e convívio urbanos” (NETTO, 2012, p. 251).

É de se ressaltar, neste ponto, que “o contato e copresença dependem do acesso e mobilidade” (NETTO, 2012, p. 253), e que os equipamentos que são

construídos ligados à espacialidade, como ruas, permitem uma prática social e ocorrem com atos praticados em outros lugares, não de uma maneira isolada (NETTO, 2012).

Assim, os equipamentos priorizados para a análise foram os de: abastecimento alimentar, meio ambiente, transporte, turismo e trabalho.

#### *4.3.3.1 Abastecimento alimentar*

A regional da Matriz (primeira em renda e terceira em população) tem 44 equipamentos.

A regional do Portão (segunda em renda e sexta em população) conta com 34 equipamentos.

A regional de Santa Felicidade (terceira em renda e sétima em população) tem 24.

As regionais do Boa Vista (quarta em renda e primeira em população) e do Cajuru (quinta em renda e segunda em população) têm, cada, 39 equipamentos.

Na regional do Pinheirinho (sexta em renda e nona em população) existem 22 equipamentos.

Na Regional do Boqueirão (sétima em renda e quarta em população) são 24 equipamentos.

A regional do CIC (oitava em renda e quinta em quantum populacional) tem 38.

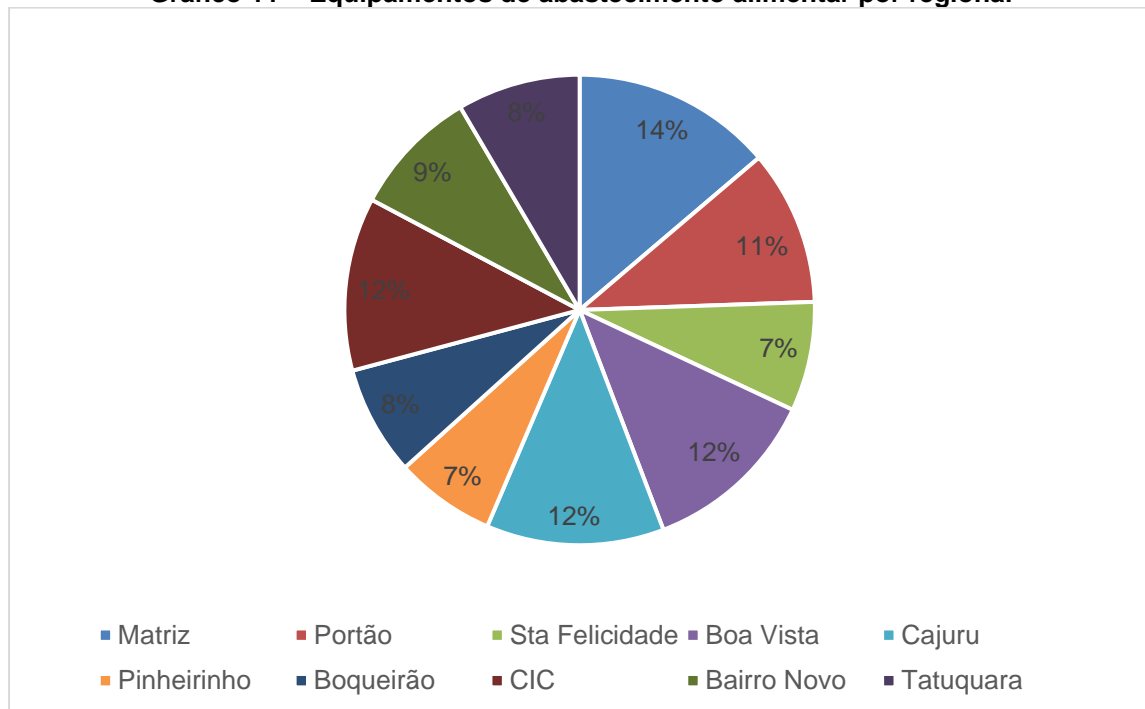
A regional do Bairro Novo (nona em renda e oitava em população) tem 28.

E a regional do Tatuquara (décima em renda e número de munícipes) tem 27 equipamentos desta categoria.

Com este cenário, pode-se dizer que:

- As regionais da Matriz, Portão e Santa Felicidade estão em integração social;
- As regionais do Boqueirão e do CIC estão em certo distanciamento e;
- As regionais do Boa Vista, Cajuru, Pinheirinho, Bairro Novo e Tatuquara estão em exclusão social.

Com isto, elaborou-se o gráfico que segue (Gráfico 11):

**Gráfico 11 – Equipamentos de abastecimento alimentar por regional**

Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados do SEUC (2020).

#### 4.3.3.2 Meio Ambiente

As regionais da Matriz (primeira em renda e terceira em habitantes) e do Portão (segunda em renda e sexta em habitantes) têm, cada, sete equipamentos.

A regional de Santa Felicidade (terceira em renda e sétima em população) tem seis.

A regional do Boa Vista (quarta em renda e primeira em população) tem 14 equipamentos

A regional do Cajuru (quinta em renda e segunda em população) tem cinco equipamentos. Igualmente como a Regional do Boqueirão (sétima em renda e quarta em população) e do Bairro Novo (nona em renda e oitava em população)

Na regional do Pinheirinho (sexta em renda e nona em população) conta com somente um equipamento.

A regional do CIC (oitava em renda e quinta em quantum populacional) tem 12.

E a regional do Tatuquara (décima em renda e número de munícipes) tem quatro equipamentos desta categoria.

Isto posto, se compreende que:

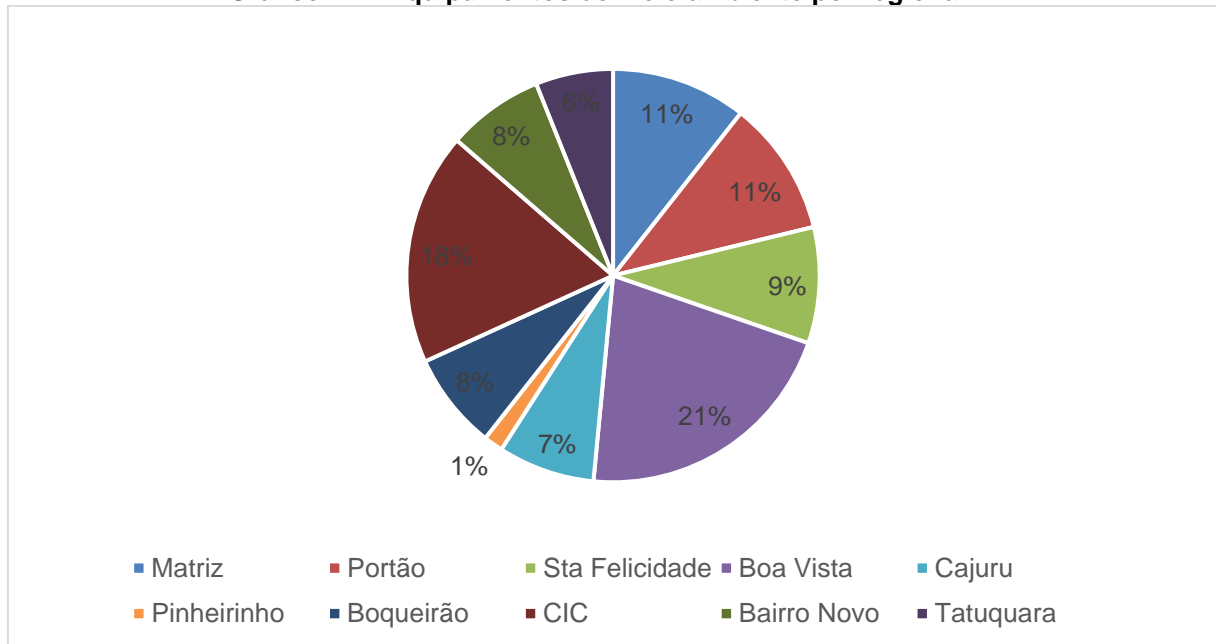
- Somente a regional do Boa Vista está em integração social;

- As regionais da Matriz, Portão, Santa Felicidade e CIC estão em distanciamento e;

- As regionais do Cajuru, Pinheirinho Boqueirão, Bairro Novo e Tatuquara estão em exclusão social.

Ilustra-se o exposto no gráfico 12, abaixo:

**Gráfico 12 – Equipamentos de meio ambiente por regional**



Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados do SEUC (2020).

#### 4.3.3.3 Transporte

A regional da Matriz (primeira em renda e terceira em população) tem 129 equipamentos.

A regional do Portão (segunda em renda e sexta em população) conta com 39 equipamentos.

A regional de Santa Felicidade (terceira em renda e sétima em população) tem 23.

A regional do Boa Vista (quarta em renda e primeira em população) tem 19 equipamentos.

A regional do Cajuru (quinta em renda e segunda em população) tem 32

Na regional do Pinheirinho (sexta em renda e nona em população) existem 40 equipamentos.

Na Regional do Boqueirão (sétima em renda e quarta em população) são 49 equipamentos.

A regional do CIC (oitava em renda e quinta em quantum populacional) tem 12.

A regional do Bairro Novo (nona em renda e oitava em população) tem 15.

E a regional do Tatuquara (décima em renda e número de municípios) não tem equipamentos desta categoria.

Conseqüentemente:

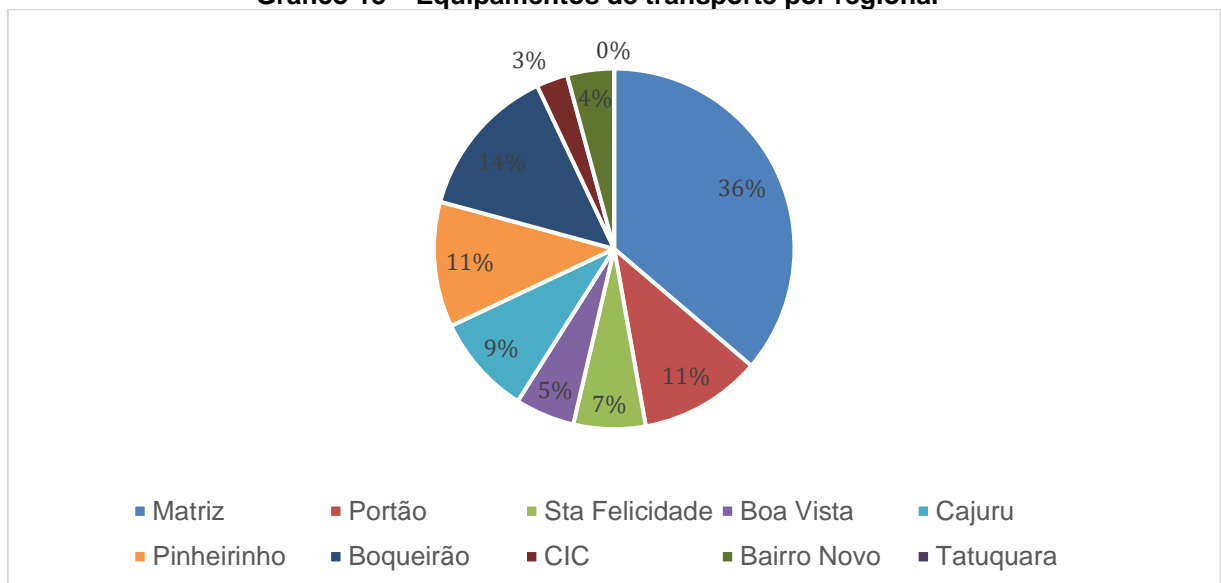
- As Regionais da Matriz, Portão, Santa Felicidade e Boqueirão estão integradas;

- As regionais do Cajuru e do Pinheirinho estão em distanciamento e;

- As regionais do Boa Vista, CIC, Bairro Novo e Tatuquara estão excluídas.

Razão pela qual se apresenta o gráfico que segue (Gráfico 13):

**Gráfico 13 – Equipamentos de transporte por regional**



Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados do SEUC (2020).

#### 4.3.3.4 Turismo

A regional da Matriz (primeira em renda e terceira em população) tem 20 equipamentos.

A regional do Portão (segunda em renda e sexta em população) conta com cinco equipamentos.



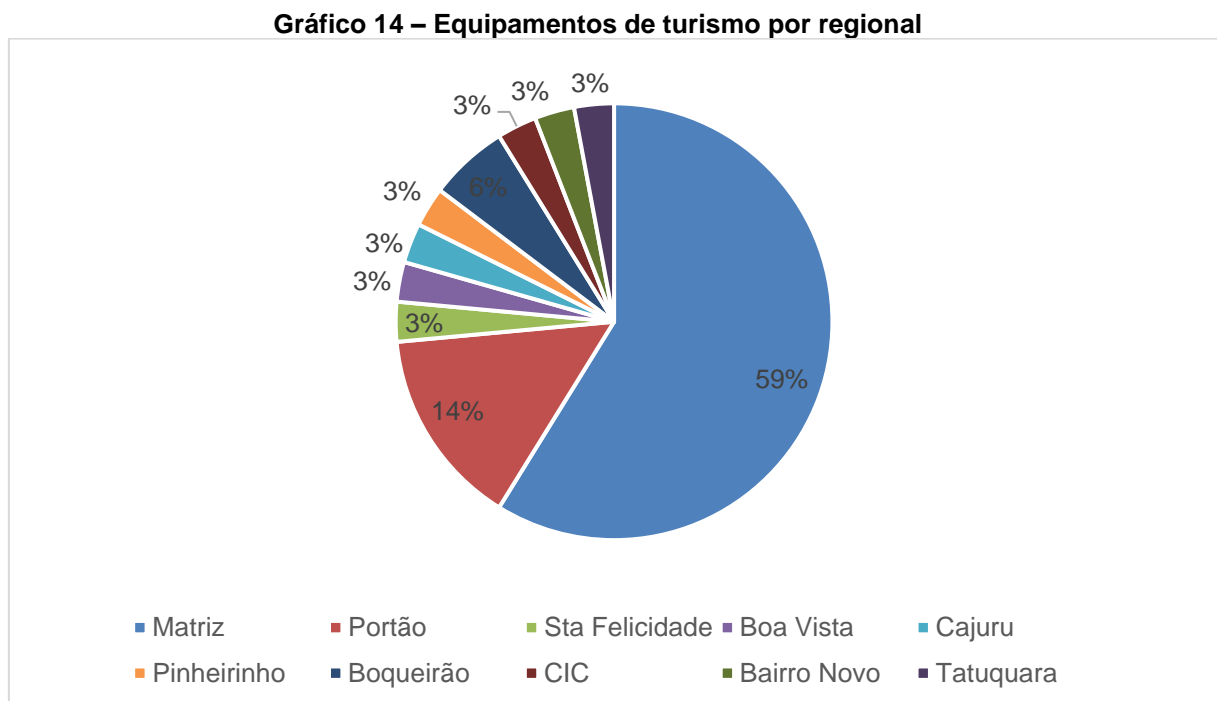
As regionais de Santa Felicidade (terceira em renda e sétima em população), do Boa Vista (quarta em renda e primeira em população), do Cajuru (quinta em renda e segunda em população), do Pinheirinho (sexta em renda e nona em população), do CIC (oitava em renda e quinta em quantum populacional), do Bairro Novo (nona em renda e oitava em população) e do Tatuquara (décima em renda e número de munícipes) possuem, cada uma, um equipamento dessa categoria.

A do Boqueirão (sétima em renda e quarta em população) tem 2.

Neste cenário, depreende-se que:

- A Matriz está integrada;
- A regional do Portão está distanciada e;
- As regionais de Santa Felicidade, Boa Vista, Cajuru, Pinheirinho, Boqueirão, CIC, Bairro Novo e Tatuquara estão excluídas.

Assim, tem-se o gráfico que segue (Gráfico 14):



Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados do SEUC (2020).

#### 4.3.3.5 Trabalho

A regional da Matriz (primeira em renda e terceira em população) tem seis equipamentos.

A regional do Portão (segunda em renda e sexta em população), do Boa Vista (quarta em renda e primeira em população) e do Boqueirão (sétima em renda e quarta em população) contam, cada, com três equipamentos.

As regionais de Santa Felicidade (terceira em renda e sétima em população), do Pinheirinho (sexta em renda e nona em população) e do Tatuquara (décima em renda e número de munícipes) têm, cada uma, dois.

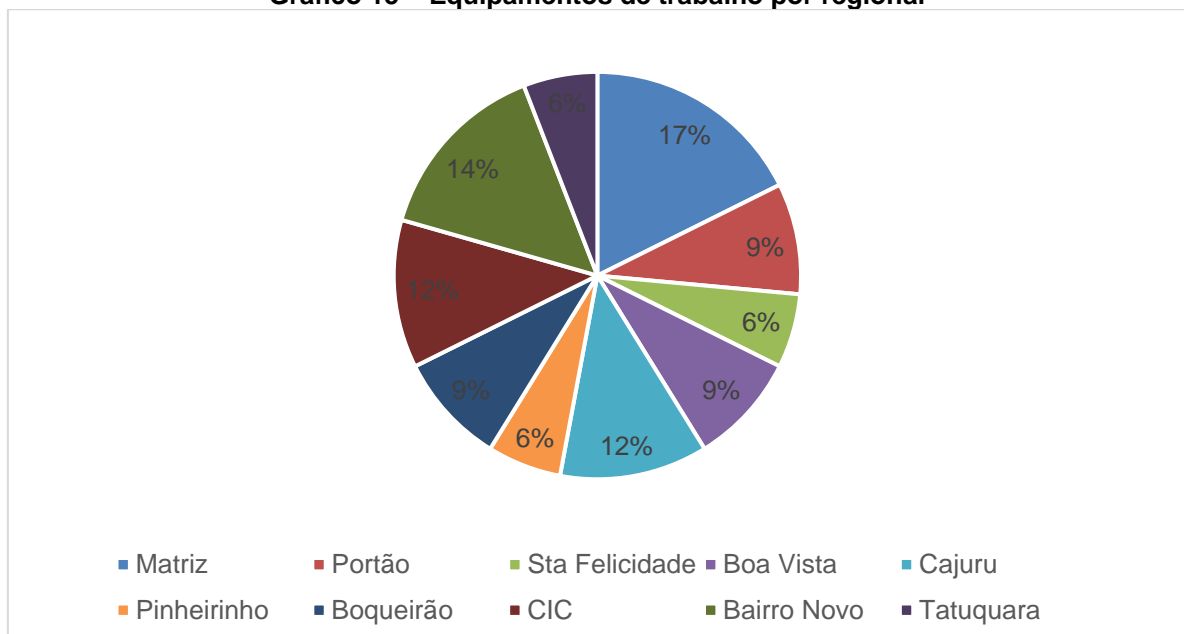
A regional do Cajuru (quinta em renda e segunda em população) e do CIC (oitava em renda e quinta em quantum populacional) tem quatro equipamentos cada.

A regional do Bairro Novo (nona em renda e oitava em população) tem cinco. Com isto, se extrai que:

- As regionais da Matriz e do Bairro Novo estão em integração social;
- A regional do CIC está em distanciamento e;
- As Regionais do Portão, Santa Felicidade, Boa Vista, Cajuru, Pinheirinho, Boqueirão e Tatuquara estão excluídas.

Neste cenário, elaborou-se o seguinte gráfico (Gráfico 15):

**Gráfico 15 – Equipamentos de trabalho por regional**



Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados do SEUC (2020).

## 5. DAS INTEGRAÇÕES, DISTANCIAMENTO E EXCLUSÕES

### 5.1 ANÁLISE DAS REGIONAIS A PARTIR DO REFERENCIAL TEÓRICO

A problemática que regeu este estudo é: No planejamento do município de Curitiba, como os elementos espaciais interferem para a efetivação do direito à cidade e da consequente dimensão ontológica de urbanidades que o caracterizam?

Como caminho para responder qual questionamento, foi imprescindível realizar a análise acima. O intuito era de verificar como cada equipamento – que para existir precisa estar dentro do planejamento urbano – porta-se na sua localização dentro dos limites geográficos da cidade, a partir da divisão pelas regionais administrativas, comparando-se com o *quantum* populacional e a renda per capita em cada uma delas.

É cediço que o Direito à Cidade é uma garantia Constitucional, advinda com o Marco de 1988, e que se deve efetivar por meio das políticas públicas de planejamento urbano. O intuito é de que, teoricamente, com isto todos possam ter uma cidade hígida, a um ambiente harmônico e equilibrado e a um local que proporcione dignidade à pessoa” (BATT AUS, DE OLIVEIRA, 2016, p. 81).

Porém, não é isto que ocorre a partir da análise realizada.

A primeira constatação – latente – é de que existem várias Curitiba dentro de uma Curitiba. Para ilustrar de maneira clara: como podem as duas maiores regionais da cidade (Boa Vista e Cajuru), em quantidade de pessoas, não serem as primeiras em renda ou terem mais políticas direcionadas para mudar essa realidade? Veja-se que equipamentos de trabalho e economia em ambas não estão em integração social. Pelo contrário.

Um ponto que tem que se ressaltar, da análise feita no tópico anterior, é de que não é o número de equipamentos que torna a urbanidade com a integração social que se almeja. É um conjunto de fatores, dentre eles a população distribuída na área e a concentração – ou não – da renda. Não é porque a Regional do Boqueirão tem 45 equipamentos para a educação que isto leva a uma comunicação livre de coerção no espaço urbano, até porque é, dentre as dez, a sétima em renda, ou seja, é uma localidade que precisa do acesso gratuito.

Assim, urge outro grande questionamento: porque o imaginário de Curitiba, como a cidade absurdamente planejada, que respira o “meio-ambiente” e a

integração (principalmente no seu “transporte modelo”) que se estabelece tanto para seus moradores quanto para todos de maneira geral, não se demonstrou nos dados deste trabalho?

Primeiro, porque a grande maioria das decisões é de discricionariedade do gestor, para aquilo que “se acha” do interesse, muitas vezes tornando-se políticas (e até “politiqueiras”). A exemplo disto, pode-se ver a quantidade de equipamentos de meio-ambiente e de turismo existentes: os bairros que mais proporcionalmente têm dessas categorias são aqueles pertencentes às regionais que ou estão integradas (Matriz) ou distanciadas (Portão e Santa Felicidade).

Segundo, porque é translúcido que vários paradigmas das políticas públicas para a integração social se alteraram ao longo do tempo, mas que a velocidade para a efetivação e construção dos equipamentos não foi a mesma. O poder de decisão acaba por não acompanhar as céleres mudanças da sociedade, o que leva, por vezes, há uma grande exclusão social e a uma urbanidade amalgamada. Para exemplificar isto, olham-se os dados dos equipamentos de saúde no Cajuru (segundo mais populoso) que tem tão somente 16, enquanto a Matriz (que é menos populosa e totalmente integrada) tem 12, fazendo com que as pessoas daquele primeiro sejam, de alguma maneira, preteridas.

Aqui cabe ressaltar o que traz Surel (2008, p. 51) de que “um paradigma não é apenas uma imagem social, mas um conglomerado de elementos cognitivos e práticos que estruturam o sucesso de um sistema de atores que o tornam coorte e durável”. Isto porque, de algum modo, infere-se que o “sucesso” que se visava com os equipamentos públicos não é o mesmo em todas as regionais. As discrepâncias entre as realidades são enormes.

Para verificar isto, basta um olhar rápido sobre os mapas trazidos nesta dissertação: entre todas as categorias ontológicas analisadas (que são os equipamentos) existem vários pontos geográficos descobertos e outros com um grande aglomerado, que se sobrepõe.

Outro cenário que se extrai da análise dos resultados – quadros e mapas – é o que é posto por Capra e Mattei (2018), de que muitas decisões tomadas pelo governo são pequenas ou nulas do ponto de vista social e ecológico. Para tanto, ressalta-se, aqui, os equipamentos que dizem respeito ao meio ambiente, sendo que somente uma das regionais está em integração, enquanto quatro em distanciamento e as outras cinco em exclusão.

Há um grande padrão que se repete nos resultados: as regionais com maior exclusão são aquelas em que os municípios dificilmente têm condições econômicas de arcar/pagar/participar de atividades que tenham o mesmo fim que os equipamentos públicos propõem. Daqui fala-se, principalmente, de cultura, meio ambiente, economia, esporte, saúde e segurança.

Daí que nem mais os gestores e tomadores de decisão conseguem, por vezes, em razão do processo mecanicista (CAPRA; MATTEI, 2018) avaliar quais serão de fato os reflexos reais da não instalação de alguns tipos de equipamentos, principalmente naquelas regionais que se demonstram com maior distanciamento ou até mesmo exclusão social.

Um ponto que é relevante analisar é que, em pese parecer que Curitiba é toda inserida em uma sociedade hipertexto, como denomina Ascher (2010), a realidade dos equipamentos públicos levantados, a partir do ponto ontológico trazido por Netto (2012), é que a grande maioria do município, inclusive as periferias geográficas, são, ainda, comunidades transformando-se numa sociedade industrial. Mas, de fato, apenas a regional Matriz pode ser considerada uma sociedade hipertexto, que não é a maior em população, mas possui um nível de renda muito acima da média das demais, o que leva a um acesso facilitado tanto para os equipamentos públicos quanto para os privados.

É nítido, por exemplo, que as relações e interações na capital paranaense se alteraram demasiadamente nos últimos anos, razão pela qual a evolução no sistema de transporte era algo necessário, para se atingir uma sociedade hipertexto. Mas não foi o que aconteceu. O sistema ainda é de um único tipo, existem regionais que não têm terminais de ônibus (a do Tatuquara) ou outras que não têm uma maior periferização e extensão de suas linhas. Isto, sem dúvidas, gera um grande poder de exclusão social, surgindo até a dúvida de se há, em realidade, um interesse do poder público de que as pessoas possam ter um direito à cidade e ocupá-la, a partir dos preceitos constitucionais

Dos mapas feitos com base nos equipamentos ontológicos levantados, é evidente que Curitiba está na Zona Crítica trazida à tona por Lefebvre (1999). Explica-se: já se passou pelas cidades política, comercial e industrial (principalmente quando da vinda de inúmeras indústrias e da criação de um bairro apenas para isto), aportando numa zona crítica que não foi tão bem planejada, principalmente no que fiz respeito à implosão-explosão da população e da sua

concentração nas periferias, que não tem acesso às políticas da maneira que necessitam. Isto é comentado da seguinte maneira, sobre as tendências do urbano:

A) à centralidade, através dos distintos modos de produção das diferentes relações de produção, tendência que vai, atualmente, até o centro decisional, encarnação do Estado, com todos os seus perigos;

B) à policentralidade, à oniscencialidade, à ruptura do centro, à disseminação, tendência que se orienta seja para a constituição de centros diferentes (ainda que análogos, eventualmente complementares), seja para a dispersão e para a segregação (LEFEBVRE, 1999, p. 110).

Dentro das dimensões de urbanidade que são propostas por Netto (2012), esta dissertação analisou a ontológica espacial, levantando os equipamentos públicos municipais de Curitiba, conforme a metodologia traçada anteriormente. Nisto posto e ante a análise feita no tópico anterior, pode-se concluir sobre urbanidades em Curitiba

Infere-se que há uma Curitiba minoritariamente integrada e que a sua maior porção territorial é excluída. A partir disto, elaborou-se o quadro 11, das tendências sobre a integração, distanciamento ou exclusão de urbanidades das regionais de Curitiba. O que se sugere é um olhar não somente na horizontal, que leva à conclusão da tendência que se apresenta, mas, também, na vertical, que demonstra os níveis de dificuldade para se chegar num possível distanciamento ou integração (Quadro 10).

**Quadro 10 – Tendências sobre a integração, distanciamento ou exclusão de urbanidades das regionais de Curitiba, com base na quantidade e localização dos equipamentos, comparada com os elementos metodológicos utilizados.**

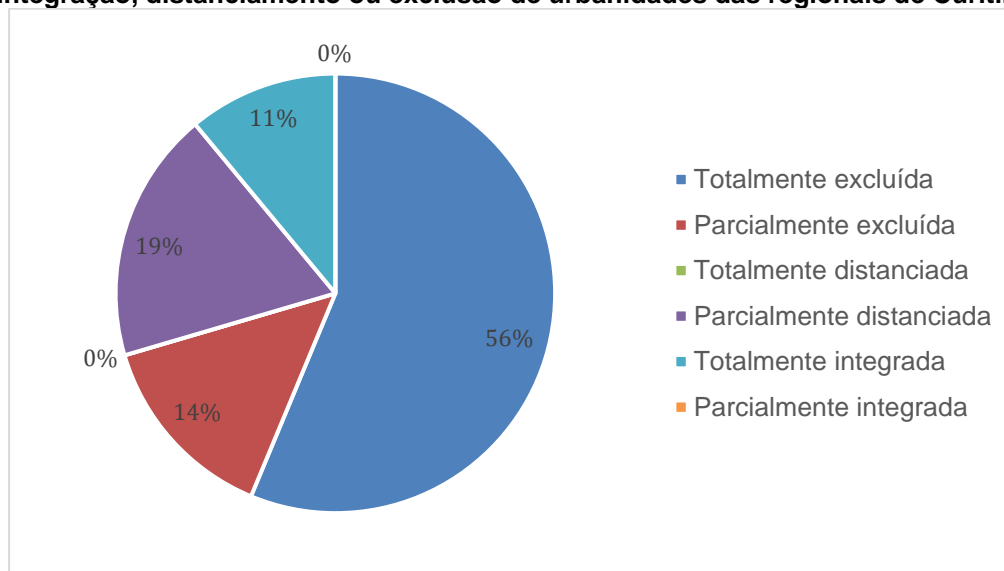
Regional	Integração	Distanciamento	Exclusão	Tendência apresentada
Bairro Novo	17%	25%	58%	Totalmente excluída
Boa Vista	33%	25%	42%	Parcialmente excluída
Boqueirão	17%	25%	58%	Totalmente excluída
Cajuru	8%	33%	58%	Totalmente excluída
CIC	8%	33%	58%	Totalmente excluída
Matriz	83%	17%	0%	Totalmente integrada
Pinheirinho	0%	42%	58%	Totalmente excluída
Portão	33%	50%	17%	Parcialmente distanciada
Sta. Felicidade	25%	50%	25%	Parcialmente distanciada
Tatuquara	8%	17%	75%	Totalmente excluída

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Para exemplificar, a partir da proposta do olhar na vertical, pode-se dizer que as regionais do Cajuru, CIC, Pinheirinho e Tatuquara são as mais desintegradas da urbanidade que se propõe. Que a Regional do Tatuquara é, pelo cenário, aquela com maior distanciamento. E que na coluna de exclusões se tem seis, das 10 regionais, com mais de 50% de exclusão dentro dos padrões deste trabalho, a partir da teoria posta por Netto (2012).

Em porcentagens, podemos aferir as tendências da seguinte maneira (Gráfico 16):

**Gráfico 16 – População, em porcentagem, dentro de cada uma das tendências sobre a integração, distanciamento ou exclusão de urbanidades das regionais de Curitiba**



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Constatar que mais da metade dos municípios vive numa tendência de estar totalmente excluída leva a compreensão de que o direito à cidade, previsto Constitucionalmente, e pensando na urbanidade, está – de longe – difícil de ser concretizado de fato, aplicando com efetividade as políticas públicas existentes, por exemplo, nas que estão parcialmente distanciadas.

A dificuldade de implementar foi trazida na discussão teórica já deste trabalho e pela sua relevância, repete-se a justificativa do porquê dessa discrepância e falta de materialização do mínimo:

Distribuição explicitamente desigual da população no território urbano agrava-se com a ocorrência de fenômenos frequentes, cujos desdobramentos implicam a perda da qualidade de vida urbana. O significativo número de vazios urbanos que geram lacunas na ocupação do solo e descontinuidade do sistema viário e das redes de infraestrutura

e, em contraposição, o adensamento desordenado de algumas regiões, são algumas referências desses fenômenos (BATTAUS; DE OLIVEIRA, 2016, p. 81).

Então, pode-se crer, neste sentido, que o planejamento urbano de Curitiba (frisa-se que é ao que se refere a distribuição de equipamentos urbanos públicos municipais) mostra-se frágil perto daquilo que se propõe na teoria. Daí porque leva-se à ótica de que ocorreu uma mudança de paradigma, ao longo dos anos, que o sistema não teve sustentação necessária para acompanhar e fazer as estimativas e projeções necessárias.

Partindo do pressuposto de que, dentro de políticas públicas, “um paradigma não é apenas uma imagem social, mas um conglomerado de elementos cognitivos e práticos que estruturam o sucesso de um sistema de atores que o tornam coorte e durável.”<sup>16</sup> (SUREL, 2008, p. 51), na cidade analisada, algum dos quatro elementos da matriz disciplinar (princípios metafísicos e gerais; hipóteses e leis; metodologia e; instrumentos e ferramentas) proposta por Surel (2008), a partir da teoria de Kuhn, deixou de existir ou está deficitário<sup>17</sup>. Nisto, gerou-se uma crise, o que leva para um esgotamento ou insegurança.

Tão logo, crer numa possibilidade de integração total torna-se quase utópico perto do cenário que se apresenta. Nesse sentido, considera-se que (infelizmente) o planejamento urbano de Curitiba, ao que se refere à problemática ora analisada, não transacionou/evoluiu dentro da proposta de Ascher (2010). Fato é, também, como demonstrado pelo quadro 11, que falta muito para chegar num nível de distanciamento; que se possa pensar numa efetiva integração social da urbanidade com o devir.

Fazendo uma analogia com base na teoria posta pelo autor<sup>18</sup> (ASCHER, 2010), tem-se que:

- a) a Regional Matriz, demonstra-se como de hipertexto. Isso porque seus elos sociais podem estar mais fragilizados, mas socialmente é aberta, em maior

---

<sup>16</sup> Tradução livre de: “un paradigma no es solamente una imagen social, sino un conglomerado de elementos cognitivos y prácticos que estructuran la actividad de un sistema de actores que lo hacen coherente y durable” (SUREL, 2008, p. 51).

<sup>17</sup> Não faz parte desta dissertação analisar qual dos elementos se tornou inseguro ou frágil, gerando uma necessidade de mudança de paradigma. Isto, inclusive, é um apontamento que só se chegou com base na pesquisa de dados realizadas, aplicando-se as teorias postas.

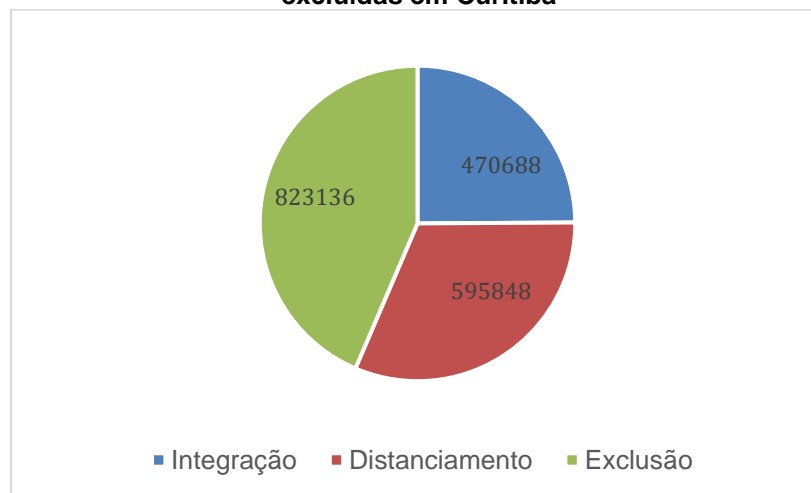
<sup>18</sup> Os critérios aqui adotados para essa separação são aqueles que Ascher (2010) propõe em sua obra e foram tratados no referencial teórico deste trabalho.



- escala, com aglomerações, organizações internacionais e num estado pleno de bem-estar social. Cognitiva e com sistemas de Direito que “funcionam”.
- b) As regionais do Bairro Novo, Tatuquara, Boqueirão, Cajuru e CIC, por estarem totalmente excluídas, são vistas, nessa ótica, como comunidades, pois, em que pese serem numerosas, funcionam de forma mecânica; têm costumes mais interioranos.
- c) Por sua vez, as regionais Boa Vista, Portão e Santa Felicidade podem ser tidas como as industriais, porque têm uma certa funcionalidade, mas não ao ponto de serem integradas parcial ou totalmente, tendo características (mesmo que pouco visíveis) de bem-estar social.

Com base nos dados da pesquisa, elaborou-se o gráfico 17, que demonstra, com base na porcentagem de integrada, distanciada e excluída, quantas pessoas estão em cada uma dessas categorias:

**Gráfico 17 – Quantitativo em número de pessoas que estão integradas, distanciadas e excluídas em Curitiba**



Fonte: elaborado pela autora, com base em dados de população estimada 2016 / IBGE.

Alude Santos (1993) de que o Brasil é um país continental e sua urbanização não se deu de forma igual em todo território; a lógica se aplica dentro das próprias cidades. Curitiba cresceu exponencialmente nos últimos anos, principalmente quando se analisam as periferias da cidade, mas não há dúvidas de que não há qualquer homogeneidade no território. Assim, de fato, não se pode ter integração em todos os lugares, da mesma maneira.

Esse pensamento vai no mesmo sentido da dimensão ontológica espacial, baliza desta pesquisa para o levantamento de dados. A proposta é clara ao trazer que existem inúmeras coexistências e que isto culminará com a materialização das consequências das políticas urbanas que foram traçadas. O que leva a crer que de alguma maneira existem espaços em Curitiba que não têm o devido encontro, experiência e reconhecimento, culminando em uma “desurbanidade” (NETTO, 2012).

Assim, a cidade com um devir de urbanidade, integração social e baseada nos cinco princípios filosóficos postos pela teoria analisada (NETTO, 2012) só é possível aferir na regional da Matriz. E isto não é em vão: é aquela que maior tem a renda per capita, mesmo não sendo a mais populosa, além de ser a mais antiga.

A questão que fica mais latente da análise proposta é que, pese os esforços teóricos do planejamento urbano na capital Paranaense, a realidade acaba se mostrando completamente ao contrário. A grande maioria das suas regionais está em situação de exclusão de mais da metade dos equipamentos ontológicos analisados.

Todavia, é necessário começar a mudar o modo de pensar, para que a urbanidade com o devir não seja tão somente uma aspiração teórica. Os planejamentos realizados na década de 60 e 70 muito contribuíram para que o futuro – que é o hoje – tivesse algo de diferente em relação ao resto do país. A principal questão é que os planejamentos de hoje para o futuro não almejam o mesmo.

É como se não houvesse um planejar, de fato, com intenções éticas e devir para a urbanidade, refletindo apenas num “apagar de incêndios”, conforme as mudanças paradigmáticas urgem da sociedade e não têm mais tempo de serem pensadas e planejadas. Isto porque, na grande maioria da quebra de paradigmas, não se deu a atenção necessária à política que precisava daquela mudança; precisa-se chegar a algum tipo de colapso, para que então se faça algo.

Há que se ressaltar, também, que mesmo que gritante as diferenças das várias Curitiba existentes, o espaço geográfico, como abordado por Milton Santos (2006, p.65) é “um resultado da inseparabilidade entre sistemas de objetos e sistemas de ações”. Tão logo, com isto, se crê que uma ação, em algum lugar, sempre terá reflexo em outra.

É importante compreender que, traduzindo a teoria de Lefebvre (1999), a “questão urbana com um objeto material e sensível, para uma problemática urbana, em que o urbano, a sociedade urbana, se anuncia, ainda não como uma realidade acabada, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora” (COSTA, 2015, p. 20-21). Daí o porquê da cidade industrial, que sucedeu a comercial e a política, num panorama geral, entra-se numa denominada Zona Crítica (LEFBVRE, 1999).

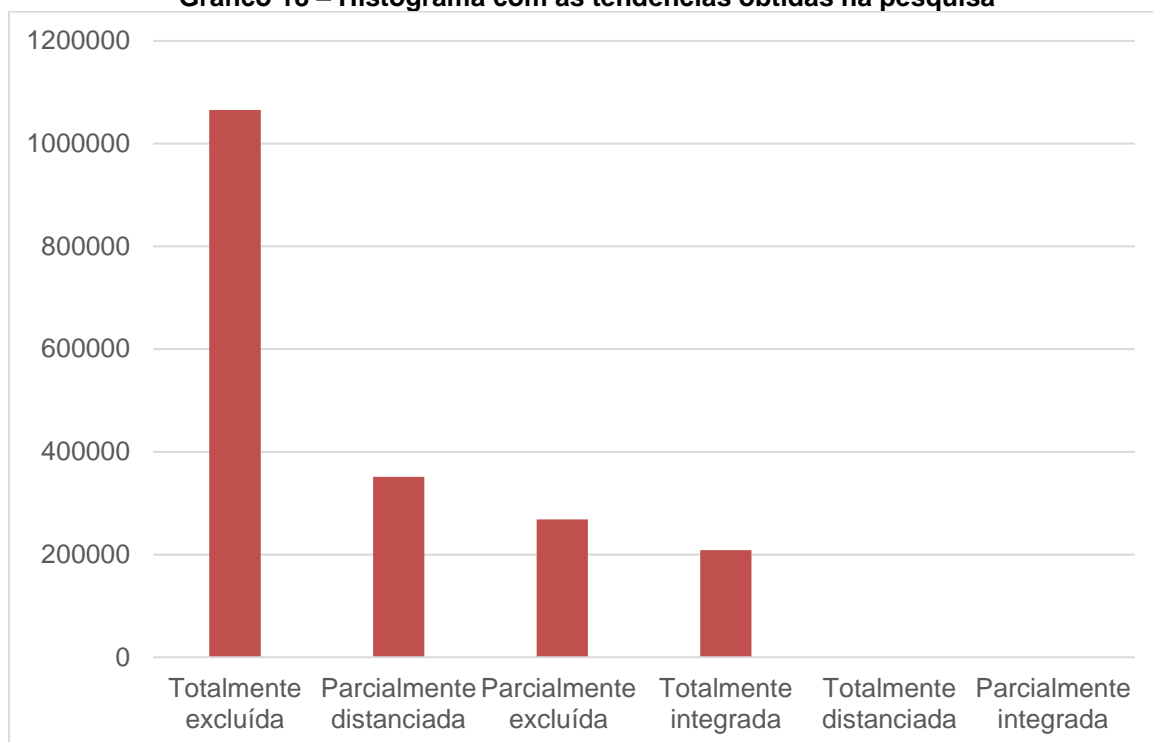
Para chegar na Zona Crítica, passa-se, primeiramente, por um processo de implosão-explosão, com perdas de características essenciais para aquela localidade, que levam à questão do sentir o pertencimento (TONUCCI FILHO, 2016). Analisando-se, assim, Curitiba, não é difícil compreender por que se chegou no cenário que os dados trazem e da sensação do não pertencimento.

A implosão-explosão culminou porque (i) o êxodo rural aconteceu de maneira grandiosa, considerando que o Paraná é eminentemente agrícola; (ii) começaram a existir concentrações urbanas em territórios até então não ocupados, para as quais o Estado tem que, de alguma maneira, dar conta da expansão; (iii) as políticas de industrialização feitas, com o fulcro de atrair grandes complexos industriais para o município, entre outras questões.

Eis porque, nessa dimensão de mudanças ocorridas, não se pode mais pensar na cidade como algo meramente urbano, e sim na necessidade do urbano com urbanidade, para se almejar o mínimo da concretização dos direitos fundamentais postos pela Carta Magna.

## 5.2 SUGESTÕES

Para elucidar onde devem se concentrar as sugestões apontadas neste trabalho, desenvolveu-se o histograma que segue (Gráfico 18):

**Gráfico 18 – Histograma com as tendências obtidas na pesquisa**

Fonte: elaborado pela autora (2020).

A linha do histograma representa, de maneira cumulativa, as localidades que deverão ter mais atenção em Curitiba, a partir das tendências que se obteve dos resultados da análise ontológica espacial, qual seja, dos equipamentos públicos municipais. As barras indicam, em número absoluto, o quantitativo populacional abrangido por cada uma das categorizações realizadas. Assim, é imprescindível que aquelas que estão totalmente excluídas ou parcialmente distanciadas tenham certa preferência.

Assim dada a urgência do pensar das Políticas Públicas conforme o referencial teórico trazido, acabam por demonstrar outra perspectiva dos problemas que urgem da sociedade e podem ser ignorados se mantidos os mesmos modelos mecanicistas de pensamentos; a lógica passa a valer para o Direito, que é aquele que produzirá as normas e instrumentos a serem aplicadas.

E por isto, neste último capítulo, traz-se a relevância da teoria de Capra e Mattei (2018), que aludem que o Direito é uma ciência social e não natural, que tem que considerar e respeitar onde está inserido e tentar, de alguma maneira, acompanhar as transições da sociedade.

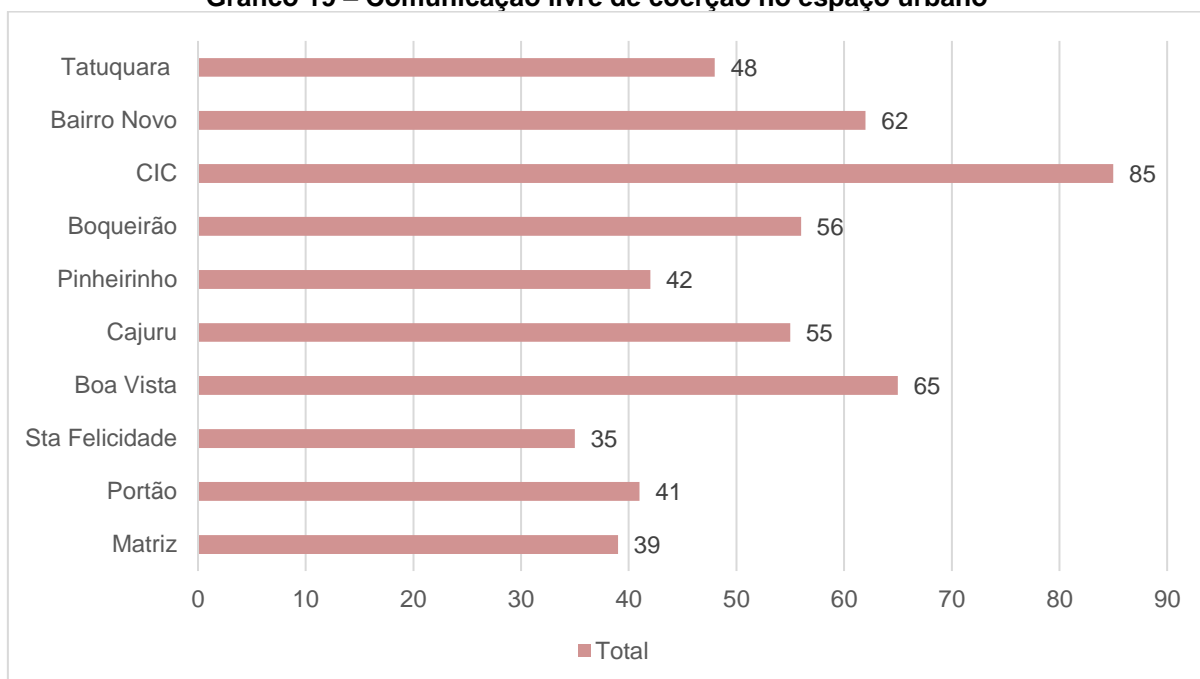
Não é esgotante inferir que Curitiba passou por inúmeras mudanças de paradigmas e grandes crises, que, de maneira ou outra, ainda não foram totalmente

solucionados, em detrimento dos resultados que se obteve nesta dissertação. Ou seja, a norma não acompanhou a realidade e isto leva ao caos em diversos âmbitos imprescindíveis para que haja a concretização da urbanidade, com fulcro na ontologia espacial, da teoria de Netto (2012). Portanto, pode-se dizer que, infelizmente, as “estruturas de tomada de decisões são dramaticamente tacanhas, do ponto de vista social e ecológico” (CAPRA; MATTEI, 2018) no município.

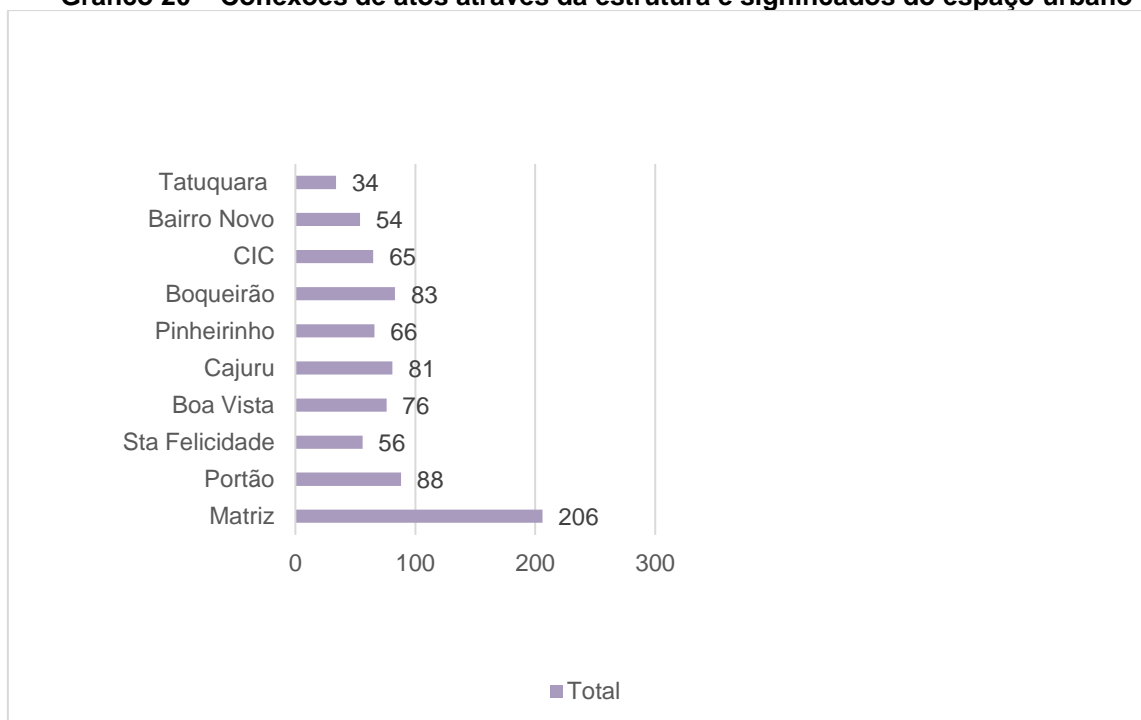
As crises paradigmáticas em políticas públicas, instauradas a partir da mecânica burocraticamente exaustiva posta pelos instrumentos vigentes, leva a compreender o porquê chegou-se num ponto em que as exclusões sociais na totalidade, a partir da tendência que se elaborou na metodologia deste trabalho, em Curitiba, abrangem mais do que 50% de sua população, limitando a capacidade dos gestores para a tomada das decisões necessárias, que implicarão em questões futuras, com a necessidade urgente de serem dirimidas (CAPRA; MATTEI, 2018).

Essas crises são advindas, como mencionado por Lefebvre (1999), em razão da implosão-explosão existente nos movimentos urbanos (explicadas e analisadas anteriormente), que levam a que o município acabe tendo uma “caixa preta” de problemas “abundantes”, que entrarão (ou já estão) em colapso. Isto porque pode-se entender que “cidade foi o lugar das criações e não simples resultado, simples efeito espacial de uma criação que ocorreu noutro lugar. (...) O urbano pode tornar-se objetivo, isto é, criação e criador” (LEFEBVRE, 1999, p. 35).

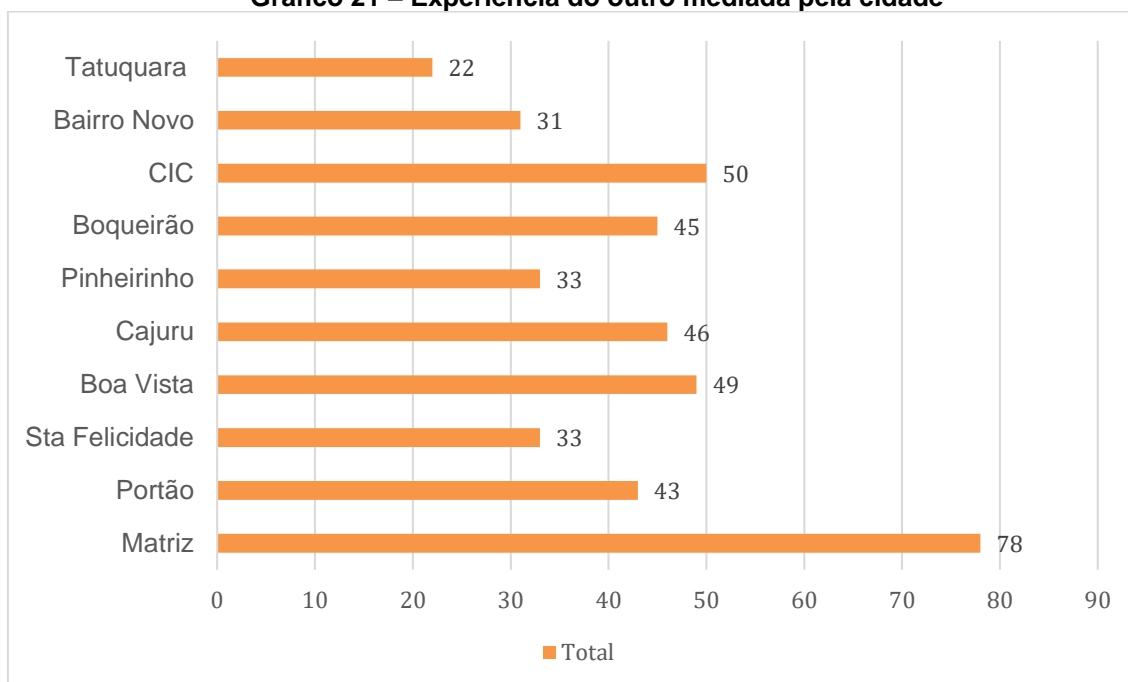
Curitiba, de alguma maneira que não é o objeto de estudo desta dissertação, não consegue que os três elementos essenciais para a urbanidade, que são (i) experiência do outro mediada pela cidade; (ii) comunicação livre de coerção no espaço urbano e; (iii) conexões dos atos através da estrutura e significados do espaço urbano (NETTO, 2012), sejam atingidos de maneira integral nas suas regionais. Para ilustrar, foram elaborados os Gráficos 19, 20 e 21, que apresentam o número de equipamentos por matriz em cada um dos elementos essenciais para a urbanidade:

**Gráfico 19 – Comunicação livre de coerção no espaço urbano**

Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados do SEUC (2020).

**Gráfico 20 – Conexões de atos através da estrutura e significados do espaço urbano**

Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados do SEUC (2020).

**Gráfico 21 – Experiência do outro mediada pela cidade**

Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados do SEUC (2020).

Há que se ressaltar, diante dos gráficos apresentados, que não é o número de equipamentos que faz a diferença, mas é a localização adequada ao território que mais precisa dele. E isto pode ser verificado na análise realizada no tópico “6” dessa dissertação.

Não se está querendo minimizar o quão complexas são as problemáticas trazidas da desenfreada e célere urbanização de Curitiba, até porque é aberto um “campo novo”, que é fragilizado, fragmentado, analítico, com falta de desenvolvimento, fragmentações e ameaças, que levam ao sentimento de perda da cidade enquanto algo coletivo e de pertencimento (LEFEBVRE, 1999). Como bem alude o autor, fenômenos sociais não são simples e beiram à denominada teoria da complexificação.

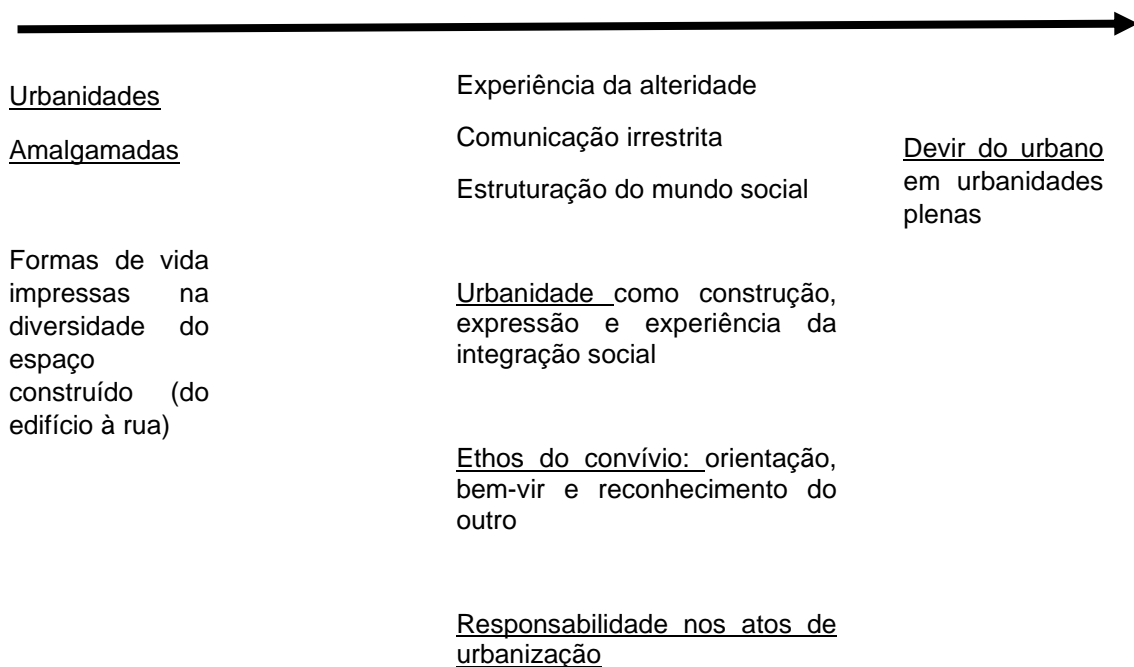
O que se sugere, para um tentar pensar no urbano, com urbanidade e integração total, são os três objetivos da teoria de Capra e Mattei (2018, p. 187) “desconectar o direito do poder e da violência; dar soberania à comunidade; e tornar a propriedade generativa”. Assim, vislumbra-se uma mudança do pensar na teoria, que implicará, sem dúvidas, numa mudança da prática, da efetivação e dos resultados, já que se prima pelo todo.

Compreende-se a dificuldade desse mudar e, para tanto, ainda com base nos autores, é importante que as novas concepções adotem um “diálogo político verdadeiramente progressista, livre da bagagem ideológica da modernidade” (CAPRA; MATTEI, 2018, p. 192).

É necessário saber, diante disto, “se a sociedade urbana autoriza a elaboração de um novo humanismo, uma vez que a sociedade dita industrial, capitalista ou não, desacreditou praticamente todo o antigo” (LEFEBVRE, 1999, p. 65), não sendo preciso trazer à tona o antigo humanismo, comprometido desde quando Marx e Nietzsche o submeteram à mais dura crítica teórica (LEFEBVRE, 1999, p. 65).

Considerando todos os pontos arguidos, será possível que Curitiba tenha no futuro o chamado *comming* da Teoria Ecojurídica, mesmo que desafiante, levando a uma urbanidade com “o cuidado, dever, reciprocidade e participação” (CAPRA, MATTEI, 2018, p. 218). Neste sentido, cabe retomar a figura 3, anteriormente apresentada nesta dissertação:

**Figura 3 – Urbanidades passadas, presentes e a responsabilidade com o futuro urbano**



Fonte: Netto (2012, p. 260).



Desta figura, verifica-se que as características não se excluem ao passar uma para a outra, mas, ao contrário, há uma soma, para chegar na urbanidade plena, com devir urbano.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: LIMITAÇÕES, DIFICULDADES E SUGESTÕES

Há que se deixar claro que em momento algum tentou-se esgotar o tema ou analisar equipamentos unicamente a partir de sua localização geográfica. Ao contrário. O que se tentou, de alguma maneira delinear, é como, a partir da teoria proposta por Netto (2012), das urbanidades com o devir urbano, o planejamento dos equipamentos públicos em Curitiba interferem na efetivação do direito à cidade e da conseqüente dimensão ontológica de urbanidades que o caracterizam.

A conjuntura teórica realizada demonstra uma necessidade de mudança, do rompimento de barreiras e dos paradigmas que a sociedade posta como imutáveis. Isto é mais evidente quando se visualiza nos mapas apresentados – lembrando das escaladas – que os equipamentos públicos não dão conta dos direitos fundamentais mínimos exigentes.

Isto porque se concluiu que as regionais que estão na tendência da exclusão (total ou parcial), que são as do Bairro Novo, Boa Vista, Boqueirão, Cajuru, CIC, Pinheirinho e Tatuquara, têm suas urbanidades dentro do passado, de maneira amalgamada. Enquanto as regionais distanciadas (total ou parcial) do Portão e de Santa Felicidade estão no presente.

Portanto, a regional Matriz, que chegou na tendência de integração social, fazendo com que se esteja no “futuro” e com devir urbano, leva à possibilidade demonstrada de que não é impossível a realização da urbanidade plena, basta, tão somente, um olhar do gestor sobre a localização e a compreensão das grandes mudanças ocorridas no município nos últimos anos.

É importante lembrar, ainda, da grande dificuldade de acesso que se teve aos dados. Explica-se. Numa primeira tentativa, quando do projeto, de captar dados via Lei de Acesso à Informação, verificou-se que o processo é demasiadamente burocrático e lento. Quando encontrou-se a possibilidade de uso de dados pelo SEUC (o que não foi tão simples e fácil – já que não está num lugar de fácil localização), notou-se que a data de atualização destes, para as diversas categorias, não era a mesma, pois depende da alimentação de cada uma das secretarias, para possibilidade de extração pelos usuários.

Por fim, infere-se o fato de que o planejamento urbano de Curitiba chegou num limite de necessário rompimento de paradigmas e reanálise, e se almeja – de algum modo – voltar a ser referência no assunto, adotando posições mais

modernas, de inclusão e de entender o direito constitucional à cidade como algo difuso e necessário para a dignidade humana.

## REFERÊNCIAS

ABBAGANO, Nicola. **Dicionário da Filosofia**. 1ª edição brasileira. Tradução: Ivone Catilho Benedetti. 5ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

AGUIAR, Douglas et al. **Urbanidades**. Letra e Imagem Editora e Produções LTDA, 2012.

ASCHER, François. **Os novos princípios do urbanismo**. Tradução: Nadia Smoekh. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **O município de Curitiba**. Disponível em: [http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/curitiba\\_pr](http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/curitiba_pr). Acesso em: 17 de junho de 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 08 de fevereiro de 2019.

BRASIL. Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm). Acesso em: março de 2019.

CAPRA, Fritjof; MATTEI, Ugo. **A Revolução Ecojurídica: o Direito Sistêmico em sintonia com a natureza e a comunidade**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 2018.

COSTA, Geraldo Magela. Construções teóricas da problemática urbana brasileira: rupturas, permanências, transcendências e convergências. In: **Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução: Magda Lopes. 3ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CURITIBA. Informações e publicações: equipamentos urbanos em Curitiba. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/servicos/equipamentos-urbanos-em-curitiba/35>. Acesso em: janeiro de 2020.

DE ALENCAR BATTAUS, Danila M.; DE OLIVEIRA, Emerson Ademir B. O DIREITO À CIDADE: URBANIZAÇÃO EXCLUDENTE E A POLÍTICA URBANA BRASILEIRA. **Lua Nova**, n. 97, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/html/673/67345645004/>. Acesso em: fevereiro de 2019.

DE BRITO, Fausto Alves et al. **A dinâmica do processo de urbanização no Brasil, 1940-2010**. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

DEÁK, Csaba. O processo de urbanização no Brasil: Falas e façanhas. In: **O processo de urbanização do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

DEÁK, Csaba. A acumulação entrava no Brasil e a crise dos anos de 1980. In: **O processo de urbanização do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

DEVIR. In: DICIONARIO da língua portuguesa: Michaelis. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/devir/>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2020.

DI SARNO, Daniela Campos Libório. **Elementos de direito urbanístico**. Editora Manole Ltda, 2003.

FENSTERSEIFER, Tiago. **A dimensão ecológica da dignidade humana: as projeções normativas do direito (e dever) fundamental ao ambiente no estado socioambiental de direito**. 2007. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/2320/1/000388419-Texto%2BParcial-0.pdf>. Acesso em: agosto de 2020.

GERHARDT, Tatiana Engel. SILVEIRA, Denise Tolfo. (org). Métodos de Pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: junho de 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, Virgínia Totti. Direito à cidade e direitos na cidade: integrando as perspectivas social, política e jurídica. **Revista de Direito da Cidade**, v. 9, n. 2, p. 626-665, 2017.

IPPUC. **Linha do tempo**. Disponível em: <http://ippuc.org.br/linhadotempo.php?titulo=hist%F3ria>. Acesso em: 17 de junho de 2019.

JAPIASSU, Hilton. MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básica de Filosofia**. Editor: Jorge Zahar. Rio de Janeiro: 2001.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Ed. Perspectiva. São Paulo: 1962.

LE PRESTRE, Philippe. **Ecopolitica internacional**. Tradução: Jacob Gorender – 2ª ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo. 2005.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1999. Tradução de Sérgio Martins.

MARCHI, Graciela. A dignidade humana e o estado socioambiental de direito: uma análise acerca do direito de propriedade sob o aspecto ambiental. **Direito**

**socioambiental** [recurso eletrônico] / organização Cleide Calgaro. – Caxias do Sul, RS: Educs, 2018.

MYSZCZUK, Ana Paula; MEIRELLES, Jussara. **Biopatentes, desenvolvimento e sociedade**: da patenteabilidade de genes humanos. 2012. 214 p. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: [http://www.biblioteca.pucpr.br/tede/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=2151](http://www.biblioteca.pucpr.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2151). Acesso em: julho de 2020.

NETTO, Vinicius M. A urbanidade como devir do urbano. **EURE**. nº 118, setembro de 2013. P. 233-263.

OLIVA, Jaime Tadeu. O espaço geográfico como componente social. **Terra Livre**. São Paulo. nº 17, p. 25-48, segundo semestre/2001.

RHEINGANTZ, Paulo Afonso. **Glossário de termos de filosofia e métodos de pesquisa**. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/308607600\\_GLOSSARIO\\_DE\\_TERMOS\\_DE\\_FILOSOFIA\\_E\\_DE\\_METODOS\\_DE\\_PESQUISA](https://www.researchgate.net/publication/308607600_GLOSSARIO_DE_TERMOS_DE_FILOSOFIA_E_DE_METODOS_DE_PESQUISA). Acesso em: 28 de dezembro de 2019.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Urbanização sem urbanidade: um cenário de incertezas. **Ensaio FEE**. Porto Alegre. P. 556-590. 1995.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª edição. 2ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **A urbanização Brasileira**. São Paulo: Ed. Hucitec. 1993.

SCLIAR, Moacyr. História do conceito de saúde. **Physis: Revista de saúde coletiva**, v. 17, p. 29-41, 2007.

SEIDL, Eliane Maria Fleury; ZANNON, Célia Maria Lana da Costa. Qualidade de vida e saúde: aspectos conceituais e metodológicos. **Cadernos de saúde pública**, v. 20, p. 580-588, 2004.

SILVA, José Afonso da. **Direito Urbanístico Brasileiro**. São Paulo. Ed. Malheiros: 2010.

SOUZA, Maria Adélia A. de. O II PND e a política urbana brasileira: uma contradição evidente. In: **O processo de urbanização do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

SUREL, Yves; SEGURA, Javier Sánchez. Las políticas públicas como paradigmas. **Estudios Políticos**, n. 33, p. 41-65, 2008.

TONUCCI FILHO, João Bosco. O direito à cidade na urbanização planetária, ou: Henri Lefebvre por uma nova cidadania urbana. In: **Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

WESTPHAL, Marcia Faria; MENDES, Rosilda. Cidade saudável: uma experiência de interdisciplinaridade e intersetorialidade. **Revista de Administração Pública**, v. 34, n. 6, p. 47-61, 2000.